



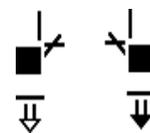
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL/TO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

JOSÉ DIVINO MENDES DE SOUZA

**LIBRAS ENQUANTO LÍNGUA DE REGISTRO E CIRCULAÇÃO DO
CONHECIMENTO PRODUZIDO NO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

PORTO NACIONAL/TO

2022



2022

Tradução: Daniele Miki Fujikawa Bózoli
Professora Surda Dra. do Departamento de
Educação da UTFPR Campus Apucarana

JOSÉ DIVINO MENDES DE SOUZA

**LIBRAS ENQUANTO LÍNGUA DE REGISTRO E CIRCULAÇÃO DO
CONHECIMENTO PRODUZIDO NO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, para a obtenção do Grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Professora Dra. Neila Nunes de Souza

PORTO NACIONAL/TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S7291 Souza, José Divino Mendes de.

Libras enquanto língua de registro e circulação do conhecimento produzido no trabalho de conclusão de curso. / José Divino Mendes de Souza. – Porto Nacional, TO, 2022.

171 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2022.

Orientadora : Neila Nunes de Souza

1. Surdos.. 2. TCC. . 3. Políticas Linguísticas. 4. Curso de Letras: Libras. . I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOSÉ DIVINO MENDES DE SOUZA

**LIBRAS ENQUANTO LÍNGUA DE REGISTRO E CIRCULAÇÃO DO
CONHECIMENTO PRODUZIDO NO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, para a obtenção do Grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Professora Dra. Neila Nunes de Souza

Aprovado em, ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Neila Nunes de Souza

Orientadora – Universidade Federal do Tocantins

Profa. Dra. Elsa Midori Shimazaki

Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Mauricio Alves da Silva

Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Felipe de Almeida Coura

Universidade Federal do Tocantins

PORTO NACIONAL/TO

2022

A minha querida esposa Cleide,
minhas filhas Lisnar e Maria Luísa.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma das tarefas mais complexas, sobretudo pelo risco de cometer injustiça por não contemplar alguém que tanto nos ajudou na caminhada da vida, isto é, nunca caminhamos sozinhos, somos sempre auxiliados até por quem menos imaginamos. Consciente de que a realização deste trabalho só foi possível com a ajuda de muitas pessoas, agradeço a todos os alunos Surdos e os docentes do Curso de Letras – Libras da UFT e da UFSC. A minha orientadora, Professora Doutora Neila Nunes de Souza, pela paciência comigo e porque toda interdisciplinaridade que tento expor neste estudo só está sendo possível porque a Professora Neila também é interdisciplinar. Aos Professores(as) membros(as) da banca de defesa deste estudo: Elsa Midori Shimazaki, Mauricio Alves da Silva e Felipe de Almeida Coura.

Ao Professor Doutor Bruno Gonçalves Carneiro, por me despertar o desejo de elaborar o projeto de pesquisa para ingresso no mestrado sobre as políticas linguísticas para os alunos Surdos. À Professora Doutora Maria Inêz Probst Lucena, por mostrar o quão rico são os olhares etnográficos no ambiente educacional. Ao Professor Doutor Daniel Nascimento e Silva, por me ensinar o quanto o colonialismo, aliado ao nacionalismo, são ruínas, principalmente para os grupos minoritários. Ao Professor Doutor Kanavillil Ragopalan, por nos ensinar que uma “Nova Pragmática” é possível, ou seja, um novo jeito de contextualizar um mundo que seja mais equitativo.

Às instituições públicas que possibilitaram a construção deste estudo, à Universidade Federal do Tocantins – UFT, por meio do Programa de Pós-Graduação em Letras, na pessoa do Professor Doutor Carlos Roberto Ludwig. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que, por meio do Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD, possibilitou a estadia em Florianópolis/SC, com o objetivo de cursar duas disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC.

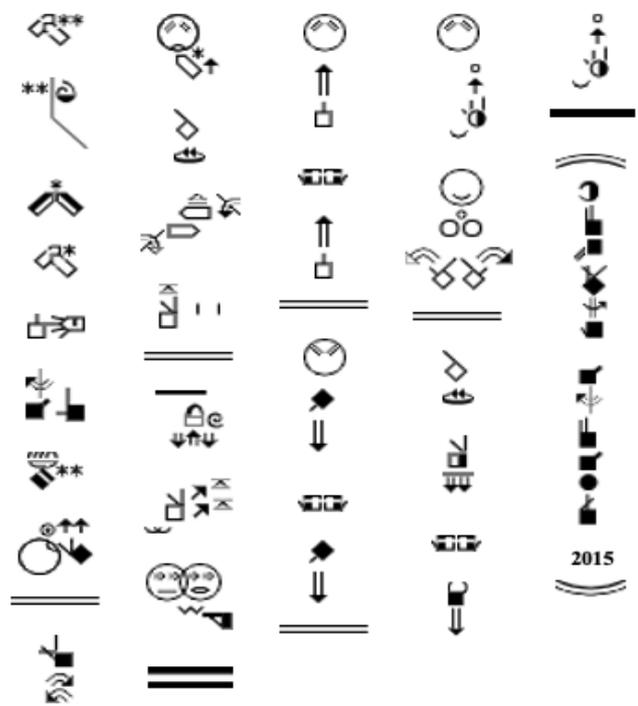
Às pessoas que, de forma direta e indiretamente, me auxiliaram nesta jornada: a Intérprete e Tradutora de Línguas de Sinais Sálua Romano de Oliveira, Delismar Palmeira Costa, Péricles Souza Lima, Adeuson Prado de Castro, Adriana Souza Santana, Marcos Antônio de Sousa, Lorena Bastos Pires de Sousa, Warley Rodrigues de Souza, Maria Ieda Fonseca Pinheiro. A minha querida irmã Ana Paula Mendes da Luz. A minha querida mãe Douraci Mendes de Souza ao meu pai João Tavares de Souza (*In memoriam*), por ter me dado a oportunidade de estar neste mundo. A minha querida esposa, Cleide Souza Mendes, e as minhas filhas Lisnar Mendes de Souza e Maria Luísa Mendes de Souza, a minha querida

sogra Catarina de Souza Santana (*In memoriam*) e ao meu sogro Adi Pereira de Santana. As minhas caninas amigas: Linda, Lua e Zuma, as felinas Pretinha e Panduca, e ao felino Chico.

Muito obrigado!



Ainda no sexto ano, no colégio 14 de julho, na aula de história, o professor pediu para que fizéssemos prova em dupla. Enquanto separávamos as duplas, uma frase era emitida em alta voz: melhor com melhor e pior com o pior, e o que sobrar que tenha boa sorte! Para nós, restava quase sempre o que sobrava (CUNHA JUNIOR, 2015).



Tradução: Daniele Miki Fujikawa Bózoli
 Professora Surda Dra. do Departamento de
 Educação da UFPR Campus Apucarana

RESUMO

A presente pesquisa está inserida no campo da Linguística Aplicada e desenvolvida em uma perspectiva etnográfica. Com foco na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no Curso de Licenciatura em Letras – Libras da Universidade Federal do Tocantins – UFT, o estudo tem como objetivo geral delinear possibilidades teóricas consubstanciadas nas Políticas Linguísticas para elaboração do TCC, considerando as especificidades da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Para tanto, busca-se nos construtos da linguística aplicada crítica o sentido reflexivo, com objetivo de fortalecer a circulação da Libras na elaboração, apresentação e publicação dos TCC's. As reflexões teóricas foram construídas com base em estudos, tais como: Cavalcante e Silva (2007), Erickson (1985), Fritzen e Lucena (2012), Gesser (2012), Moita Lopes (2013), Perlin (2014, 2016), Quadros (1997), Rajagopalan (2003, 2007, 2010 e 2020) e Stumpf (2005). Esses são os principais autores utilizados nesta pesquisa. Também foram realizadas observações na Universidade Federal de Santa Catarina – SC, campus de Florianópolis, pioneira no ensino superior de Libras. Com base nessas observações e em observações no nosso campo aplicado, qual seja o curso de Letras – Libras da Universidade Federal do Tocantins, procurou-se refletir sobre diferentes perspectivas em relação à dicotomia da língua portuguesa/escrita. Para muitos grupos sociais, a escrita em línguas orais é primordial, contudo, para as pessoas surdas, é o grafocentrismo, aliado às línguas orais, em contraste com as línguas de sinais. No entanto se exalta a ideologia de que a escrita está relacionada com o letramento e com o sucesso escolar, e que estes são sinônimos de conquistas e de benesses acadêmicas. Para o relatório deste trabalho, a perspectiva etnográfica reverberou forma de geração de dados, por meio de análise documental, observações, entrevistas, diário de campo e fotografias feitas a lápis por um dos participantes. Na análise, exploramos os pontos de vista dos alunos Surdos e professores Surdos, além de uma profissional intérprete de línguas de sinais, retratados por meio de entrevista e diário de campo da interação entre alunos Surdos e uma profissional na área de interpretação e tradução de língua de sinais no processo de orientação e construção do TCC. Os resultados demonstram que outras possibilidades de publicações dos trabalhos acadêmicos construídos pelas pessoas Surdas são necessárias, o que poderá ampliar a circulação de conhecimentos tendo a Libras como língua protagonista da Comunidade Surda. Então, necessário que a Libras seja a língua de circulação de conhecimento acadêmico na elaboração, apresentação e publicação do TCC.

Palavras-chave: Surdos. TCC. Políticas Linguísticas. Curso de Letras: Libras.

ABSTRACT

The present research is inserted in the field of Applied Linguistics and developed in an ethnographic perspective. Focusing on the elaboration of the Course Completion Work - TCC, at Modern Language: Brazilian sign language (LIBRAS) degree of the Federal University of Tocantins - UFT, the study has as general objective to outline theoretical possibilities embodied in the Language Policies for the elaboration of the TCC, considering the specificities of the Brazilian Sign Language – Libras. Therefore, the reflective sense is sought in the constructs of critical applied linguistics, with the aim of strengthening the circulation of Libras in the elaboration, presentation and publication of TCC`s. Theoretical reflections were built based on studies such as: Cavalcante e Silva, (2007); Erickson, (1985), Fritzen and Lucena, (2012); Gesser, (2012); Moita Lopes, (2013); Perlin, (2014, 2016); Quadros, (1997); Rajagopalan; (2003, 2007, 2010 and 2020); Stumpf, (2005). These are the main authors used in this research, in addition to observations made at the Federal University of Santa Catarina - SC, Florianópolis campus, a pioneer in Modern Language: Brazilian sign language (LIBRAS) degree, which provided the visualization of other possible ways for Deaf academics to develop the TCC. Based on these observations and observations in our applied field, which is the Modern Language: Brazilian sign language (LIBRAS) degree of the Federal University of Tocantins, I tried to reflect on different perspectives in relation to the Portuguese/written language dichotomy. That is, for many social groups, writing in oral languages is essential, however, for deaf people, graphocentrism combined with oral languages in contrast to sign languages, in which the ideology that writing is related to literacy and the school success. and they are synonymous with academic achievements and benefits. For the report of this work, the ethnographic perspective reverberated form of data generation, through document analysis, observations, interviews, field diary and photographs taken in pencil by one of the participants. In the analysis we explore the points of view of Deaf students and Deaf teachers as well as a professional sign language interpreter in which they are portrayed through interviews and field diary of the interaction and Deaf students and a professional in the field of interpretation and translation of signals in the TCC orientation and construction process. The results demonstrate that other possibilities of publishing academic works built by Deaf people are necessary, which can increase the circulation of knowledge with Libras as the protagonist language of the Deaf Community. The results demonstrate that other possibilities of publishing academic works built by Deaf people are necessary, which can increase the circulation of knowledge with Libras as the protagonist language of the Deaf Community. That is, it is necessary that Libras be the language of circulation of academic knowledge in the preparation, presentation and publication of the TCC.

Keywords: Deaf. TCC. Language Policies. Libras Letters Course

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quantitativo de Cursos no âmbito da UFT	46
Figura 2 – Mapa dos campus da UFT e seu respectivo sinal em <i>Singwriting</i> com destaque aos municípios da UFNT	50
Figura 3 – Quantitativo de vagas no Curso de Letras – Libras	54
Figura 4 – Mapa dos campus da UFT e seu respectivo sinal em <i>SingWriting</i> com destaque ao campus de Porto Nacional	61
Figura 5 – Mapa do bloco CCE – UFSC – Florianópolis/SC.....	65
Figura 6 – Acadêmicos Surdos em conversação	67
Figura 7 – Acadêmica Surda apreensiva na orientação do TCC	119
Figura 8 – Trecho da parte introdutória do TCC do acadêmico Freitas (2019)	123
Figura 9 – Acadêmicos Surdos apreensivos na orientação do TCC.....	126
Figura 10 – HQ do TCC do Acadêmico Tyson	128
Figura 11 – Parte da fundamentação teórica do TCC do acadêmico Tyson.....	131

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Evolução da Assistência (PNAES) na UFT	45
--	----

LISTA DE QUADRO

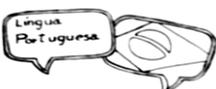
Quadro 1 – Participantes: alunos(as) e professores(as).....	89
---	----

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CES	Câmara de Educação Superior
CLB	Curso de Letra/Libras
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
COVID – 19	Corona Vírus Disease – 19, se refere ao ano de 2019
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação à Distância
EMVZ	Escola de Medicina, Medicina Veterinária e Zootecnia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei orçamentária anual
MEC	Ministério da Educação
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Projeto Político do Curso
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPG-Letras	Programa de Pós-Graduação em Letras
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEST	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

SEPLAN	Secretária de Planejamento e orçamento
SIE	Sistema de Informação para o Ensino
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SISBIB	Sistema de Biblioteca da UFT
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TO	Tocantins
UFG	Universidade Federal do Goiás
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNITINS	Universidade Estadual do Estado do Tocantins

Convenção para transcrição, arte desenho Tyson (2021).

	Entrevista realizada Libras.
	Entrevista em língua portuguesa

Organização do autor (2021).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Justificativa para a pesquisa.....	33
1.2 Pergunta da pesquisa.....	35
1.3 Objetivo Geral.....	35
1.4 Objetivos Específicos.....	35
2 CRIAÇÃO DA UFT E DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LIBRAS	38
2.1 Contexto Regional e Local	38
2.2 Curso de Licenciatura em Letras – Libras, histórico de criação	51
2.3 Descrição dos documentos que regem os TCC I e TCC II.....	55
3 ETNOGRAFIA NO ESPAÇO SURDO DA UFT	61
3.1 Geração de dados	78
3.2 Participantes no contexto universitário	89
4 IDENTIDADE E CULTURA SURDA, NA UFT, UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO.....	99
4.1 O Surdo e as Políticas linguísticas na Universidade Federal do Tocantins – UFT.....	107
4.2 A questão da escrita, as inquietações de alunos Surdos e a construção do TCC	114
4.3 “Eu não gosto de ABNT muito difícil mais português fica mais difícil ainda”: a necessidade da Libras enquanto língua de registro e circulação no contexto acadêmico	118
4.4 “Eu não entendo, muito confuso mesmo com ajuda da intérprete, se fosse para desenhar seria melhor”	124
5 SOBRE AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TCC PELOS ACADÊMICOS SURDOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	143
ANEXO A – OS EIXOS DE FORMAÇÃO DO CURSO DE LETRAS – LIBRAS DA UFT, CAMPUS DE PORTO NACIONAL/TO.....	156
ANEXO B – CONTÉM A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS – LIBRAS DA UFT, CAMPUS DE PORTO NACIONAL/TO	158

ANEXO C – EMENTA DA DISCIPLINA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC I DO CURSO DE LETRAS – LIBRAS DA UFT, CAMPUS DE PORTO NACIONAL/TO	161
ANEXO D – EMENTa da DISCIPLINA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC - II DO CURSO DE LETRAS – LIBRAS DA UFT, CAMPUS DE PORTO NACIONAL/TO	162
ANEXO E – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR POR EIXOS DO CURSO DE LETRAS – LIBRAS DA UFSC	163
APÊNDICE A – PERECER (COMITÊ DE ÉTICA).....	166
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	167
APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE QUESTÕES ABERTAS E FECHADAS	168
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DOCENTE E O OS (AS) DISCENTES DA UFSC	169
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS (AS) DOCENTES E TRADUTOR (A) E INTÉRPRETE DE LÍNGUAS DE SINAIS DA UFT.....	170
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS (AS) DISCENTE DA UFT	171

1 INTRODUÇÃO

À guisa de início dessas reflexões acerca da escrita não só de trabalho acadêmico pelos alunos Surdos, mas, em um contexto mais amplo, em sala de aula, somos solicitados comumente a entregar atividades e, na maioria das vezes, estas têm de ser realizadas em formato escrito pelos alunos ouvintes e em vídeo pelos alunos Surdos. Isto é, ainda temos poucos Professores Surdos nas instituições de ensino.

Ao nos referir à escrita dos alunos Surdos, quando esta é expressa em língua portuguesa, nos chama a atenção o fato de vivermos ainda em busca de conhecimentos sobre as especificidades das pessoas Surdas, principalmente no que concerne ao canal de compreensão idiomática do viso espacial. O que nos leva à reflexão de que a segregação linguística dos comunicantes em línguas de sinais não ocorreria se já se tivesse o entendimento de forma ampla por parte dos falantes das línguas “majoritárias” sobre as especificidades das línguas de sinais. Assim haveria o reconhecimento de que a Libras é uma língua com todas as características das línguas conhecidas como línguas de “prestígio”. A maioria dos Surdos se expressa na sua língua natural, a língua de sinais, que não é universal (GESSER, 2012), pois cada país tem uma língua de sinais, assim como no Brasil é reconhecida a Libras como a língua da Comunidade Surda Brasileira. As línguas de sinais também têm grafia, e neste estudo utilizaremos o *SignWriting*.

Dessa forma, as narrativas e os motivos que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa sobre construção do Trabalho de Conclusão de Curso, doravante (TCC), dos alunos surdos e suas inquietações são uma das sustentações estruturais para a construção deste estudo. Meu primeiro contato com pessoas Surdas aconteceu em 2015 e, posteriormente, em 2016, ao me tornar efetivo como Assistente em Administração da UFT no campus de Porto Nacional/TO. Ao chegar ao referido campus, encontrei muitas pessoas Surdas, e o Curso de Letras – Libras, já em atividade. No segundo semestre desse mesmo ano, passei a exercer função de secretário desse Curso, no período de julho de 2016 a junho de 2019. Na mesma época, além de exercer as atividades preconizadas pelo trabalho de secretário no período diurno, no qual cumpria 40 horas semanais, no período noturno cursava Geografia/Licenciatura, o que me oportunizou elaborar o meu TCC com o tema: “Um território Surdo na Universidade Federal do Tocantins: o lugar como espaço vivido” (SOUZA, 2018).

Nesse contexto, a aspiração em aprender Libras, aliada à pesquisa, se desenvolveu. Porém o aprendizado de uma língua requer técnica de aprendizagem e muito esforço, pois, apesar do tempo em contato com as pessoas Surdas, reconheço que ainda não sou fluente

nessa língua. Isso porque a aquisição não pode ser apenas por uma questão de mercado de trabalho, mas um ato de resistência com todas as pessoas Surdas que têm seus direitos institucionalmente cerceados em um processo histórico que ainda perdura. É difícil aprender um novo idioma, mesmo assim posso afirmar que, nos momentos de contato linguístico com os utentes da Libras, há possibilidade de usar os recursos existentes na Libras para que a comunicação não se perca. Assim, quando não conseguia entender o sinal em Libras, pedia para o aluno Surdo repetir em datilologia¹ e, além de aprender, a comunicação se efetivava.

Sabemos que, em uma maratona, embora muitos participem da largada, nem todos chegam a finalizá-la. Na largada acadêmica não é diferente, entretanto chama a atenção de que nos cursos de Letras – Libras a maioria dos formandos são ouvintes em um momento em que o discurso sobre inclusão e igualdade se encontra em ascensão no Brasil. Pode até ter inclusão, entretanto equiparação ainda não é o que se visualiza. Sobre a realidade da língua padronizada, a institucionalização principalmente por parte do Estado por meio do discurso de melhor tramitação dos documentos oficiais tem um fator preponderante na mercantilização idiomática além das relações de poder e hierarquização das línguas.

Contudo, a defesa de uma cultura multilíngue tem a ver, sobretudo, com o respeito às línguas minoritárias. Trazendo a reflexão para o formato de construção do trabalho final para concluir a graduação em Letras – Libras, o artefato cultural, qual seja, a língua de sinais, quando chega ao final do curso, fica em segundo plano. Isso porque o TCC, por mais que seja apresentado em Libras, a publicação fica toda em língua portuguesa, ou seja, o canal de comunicação que nesta opção prioriza mais a língua em contexto, a Libras, tem o seu prestígio até apresentação do TCC somente. Após isso, a circulação desse conhecimento talvez não seja de forma tão ampla para as pessoas Surdas, o que seria diferente caso a publicação fosse em duas modalidades: sinalizados em libras/vídeo e em língua portuguesa ou outras línguas orais.

Também é comum vermos pessoas surdas e ouvintes permanecerem além do tempo regular nos cursos universitários, sendo retidos por alguma especificidade que não é observada pelos agentes que têm o condão de sanar tais barreiras, ou pelo menos amenizá-las. Tanto as escolas de ensino básico quanto as universidades têm autonomia constitucional para fazer as melhores escolhas de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto precisamos fazer dessa autonomia o melhor e mais humano para atores minoritários linguisticamente.

¹ Alfabeto manual, sinalizado com as mãos.

O início deste estudo ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, onde realizamos uma observação em sala de aula. Os participantes foram dois alunos Surdos que, junto com outros 14 discentes, estavam cursando a Disciplina Estágio Supervisionado como L2. Nessa disciplina é exigida a apresentação de um relatório, tido como trabalho final de conclusão de curso pelo Curso de Letras – Libras da UFSC.

O aceite dos dois alunos ocorreu após a assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, ponto inicial desta pesquisa. Além das observações e entrevistas, foi possível acompanhar as atividades desenvolvidas por meio da disciplina de estágio para posteriormente fazermos as entrevistas e aprofundarmos mais sobre o estudo que estava sendo realizado. Após essas preliminares, iniciamos as observações participativas. Ao longo desses momentos em sala de aula, era possível perceber a forma com que os alunos desenvolviam as atividades, pois, embora fosse um trabalho final do curso, suas preocupações eram comuns, como para muitos acadêmicos quando estão desenvolvendo TCC.

Essas foram as primeiras impressões para iniciarmos o estudo sobre as possibilidades de apresentação de TCC pelos alunos Surdos: Libras enquanto língua de registro e circulação do conhecimento produzido no TCC. De forma semelhante, as observações que fizemos como os alunos Surdos da UFSC foram realizadas na UFT, campus de Porto Nacional, com alunos também Surdos do Curso de Letras – Libras, objetivo principal deste estudo. Porém salientamos que as observações participativas, conforme propostas desde o início, foram realizadas, mas, de forma breve, por causa da pandemia causada pela COVID-19.

Assim, para possibilitar que os participantes fossem agentes da pesquisa e não meros informantes, justificam-se os motivos nos levaram a optar pela perspectiva etnográfica como norteadora desta pesquisa. Também as análises qualitativas nos auxiliaram a reavaliar as políticas educacionais e entender “as práticas educacionais tanto no nível micro da sala de aula como no nível macro das políticas de línguas” (LUCENA, 2012, p. 120).

Embora há pouco anos em utilização no campo educacional, as pesquisas de observação e descrição no ensino eram entendidas como de cunho etnográfico ou do tipo etnográfico. Isso porque a perspectiva etnográfica tem suas raízes na antropologia, em que essa técnica metodológica preconiza mais alguns critérios para a realização da pesquisa etnográfica. Um desses critérios é que o pesquisador precisa ficar longo tempo juntos aos agentes e o local da pesquisa (ANDRÉ, 2005). Não obstante, trabalhos educacionais de observação e descrição que têm a perspectiva teórico-metodológica etnográfica como norteadora de levantamento de dados tem no seu contexto a virtualização do significado real

em forma alegórica. Sobre isso, Clifford (2016, p. 153) explica que “os textos etnográficos são inescapavelmente alegóricos, e levar a sério muda as formas como podem ser escritos e lidos”. Dessa forma, entende-se que as vozes representadas por meio das entrevistas e diários de campo são as formas alegóricas desenvolvidas no contexto etnográfico pesquisado, o que enseja ao pesquisador a liberdade de eleger as partes que realmente poderão responder seu objeto de pesquisa.

Os primeiros trabalhos de campo ocorreram no segundo semestre de 2019 na UFSC, campus de Florianópolis/SC. A motivação do estudo foi para fazer uma comparação com os trabalhos de conclusão de curso TCC realizados pelos acadêmicos surdos do Curso de Letras – Libras da Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Porto Nacional/TO.

Como Assistente em Administração da UFT, e em contato diário com os acadêmicos surdos, observava que dentre muitos conflitos linguísticos, os surdos reclamavam de que a língua portuguesa causava entraves no entendimento das aulas. Embora as ideias fluíssem após a internalização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, conquanto, quando iam escrever, não conseguiam. Muitas vezes tinham receio de mostrar o que escreveram por vergonha, devido ao fato de muitos de nós, ouvintes, por não conhecermos suas características linguísticas, achar que estava errada a escrita por não conter conectivos, por exemplo. Era perceptível que embora essas pessoas dominassem a sua língua viso-espacial, ao escrever em língua portuguesa nem sempre era uma tarefa efetivada. Nesse contexto, Ronice Müller de Quadros (1997, p. 30) ressalta que

O domínio da língua nativa, apesar de ser essencial, não garante o acesso a uma segunda língua. Observa-se que, em algumas escolas, embora haja o emprego da língua de sinais, as dificuldades em relação à língua portuguesa persistem. Na verdade, o domínio da L1, apesar de ser pressuposto para o ensino de L2, não parece ser suficiente para que o processo de aquisição da L2 se concretize.

A aquisição da L2, para a maioria das pessoas Surdas, é um trabalho individual, no entanto, requer o apoio individual e coletivo. Desde o início desse debate sobre o tema: a construção de trabalho de conclusão de curso pelos alunos surdos ou relatório de estágios, com a mesma finalidade, que enfatizamos que, quando os surdos têm de se expressar em língua portuguesa por meio da escrita, ainda são comuns as complexidades em relação à escrita e a decodificação. Esses obstáculos são inerentes ao processo histórico de segregação, além de que há busca de resolução da surdez por meio da medicalização, como, por exemplo,

o implante coclear². E ainda existirem muitos mitos em relação a Libras, “um deles é achar que ela é apenas um conjunto de gesticulação incapaz de expressar conceitos abstratos” (QUADROS, 1997, p. 46). A autora também desmistifica o senso comum ao afirmar que a Libras “é uma língua natural”, ou seja, a primeira língua das pessoas Surdas.

Outro aspecto fundamental que caracteriza as concepções mencionadas é o fato de as línguas de sinais terem *status* de línguas de fato e de direito. Tais línguas são naturais interna e externamente, pois refletem a capacidade psicobiológica humana e porque surgiram da mesma forma do que as línguas orais – da necessidade específica e natural dos seres humanos de usarem um sistema linguístico para expressarem ideias, sentimentos e ações. As línguas de sinais são sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não se derivam das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço visual.

Com o olhar sobre as características e especificidades das pessoas surdas é que temos observado os seus comportamentos no meio acadêmico, mais precisamente nos cursos de graduações em Letras – Libras. Esses cursos foram implantados nas unidades federativas do Brasil com o intuito de preencher a lacuna da educação de surdo, tão negada no processo educacional brasileiro, e, dessa forma, tentar mudar o contexto atual, sobretudo, para uma realidade mais humana.

Com essas preocupações que buscamos visualizar a construção do relatório de estágio de dois alunos Surdos que serão identificados com os pseudônimos: Artur e Natanael. Dessa forma, respeitamos as especificidades linguísticas de cada um, Surdos e ouvintes, em que se sentiram à vontade para responder em Libras, tendo a mim como intérprete nas entrevistas e observação em sala de aula. Seguindo a temática de Gesser (2012, p. 165), compreende-se que, “(...) nesse contexto da Libras, em especial, traduzir ou interpretar carregam sentidos diferentes, revelam características culturais que entram em atrito com o mundo surdo e o mundo ouvinte”. E, de fato, se não entrarmos no mundo, espaço visual dos surdos, dificilmente estabeleceremos uma comunicação viável.

Por outro lado, observamos que estudos e resistências pelas minorias são possíveis de serem intermediados por um representante figurado no pesquisador. O papel da

² O implante coclear é um aparelho eletrônico que funciona como uma prótese auditiva, na medida em que desempenha a função das células ciliares ao fornecer a estimulação elétrica às células ganglionares espirais remanescentes no nervo auditivo da cóclea (CAPOVILLA, 1988).

representação tem as suas nuances. A autora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2014) questiona a posição do intelectual pós-colonial ao explicar que nenhum ato de resistência pode ocorrer sem que este esteja imbricado no discurso hegemônico e nesse discurso a representatividade, principalmente no campo científico, em que surgem muitas dúvidas. Isto é, a aceitação do representante pelos representados. Spivak (2014, p. 12) escreve que “o termo subalterno se refere às camadas sociais mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão de mercados, da representação política e legal”. Nesse sentido, muitos grupos minoritários recebem com receio os interessados em realizar pesquisas científicas sobre seus *modus vivendi*, uma vez que os resultados de muitas pesquisas nem sempre retornam para as comunidades ou grupos pesquisados.

Quando decidimos realizar esta pesquisa, uma das muitas dúvidas que suscitaram, principalmente por parte do pesquisador, era sobre o pertencimento a um grupo minoritário – Afro-Brasileiro – e o “normal” seria que buscasse representar cientificamente o seu grupo de pertencimento. Entretanto a pesquisa está representando neste estudo outro grupo também minoritário e segregado, histórica, social e economicamente, os Surdos. Assim, o seguinte questionamento que fez parte de um período de reflexão foi: seria justo entrar nessa luta?

Esse questionamento surgiu durante muito tempo na construção deste trabalho. Essas inquietações possibilitaram uma reflexão sobre o contexto histórico das refutações do outro, seja pela classe social, cor da pele, pela variação linguística ou regional. Uma dessas desigualdades, nós já nascemos com elas, ou seja, o que não é segredo é que os habitantes das Regiões Norte e Nordeste do Brasil sofrem certo desprestígio em relação às demais regiões brasileiras. A divisão territorial desse País demonstra grande contraste e subalternidade entre as unidades federativas. Como exemplo, os Nortistas e os Nordestinos são tidos como subalternos das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Estas três são conhecidas por serem mais desenvolvidas técnica e economicamente. Conforme Florestan Fernandes (2006, p. 38) destaca, além disso, embora em formato diferente do eurocentrismo, aqui também existe a figura burguesa que fez e ainda faz parte dos “desenvolvimentos” regionais:

Por isso, ela envolve e se desenrola por meio de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos ou menos conscientes e inteligentes, por meio dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado.

E com esses três níveis organizacionais, a subalternidade das regiões norte e nordeste pode ser visualizada pelo acesso precário das prestações de serviço público, dando como

exemplo o serviço de fornecimento de energia elétrica que, em novembro de 2020, o estado do Amapá encontrou-se desabastecido de energia elétrica por mais de vinte dias. E fica a pergunta: se esse desabastecimento tivesse ocorrido em uma unidade federativa das regiões centro-oeste, sudeste ou região sul, já não teria sido resolvido? Outro aspecto intrigante dessa subalternidade regional é a vinculação da linguagem com a vida social e o funcionamento da violência linguística, dando aos nordestinos um estereótipo caricato. Conforme Silva (2010, p. 59), “o Nordeste é pensado, desde sua invenção como o lugar do atraso”. Atos de fala como: “nordestinos preguiçosos” ainda são comuns de se ouvir, principalmente em relação aos naturais do estado da Bahia.

Os Nortistas também são referidos com termos depreciativos em contexto histórico, mormente, ao referir a essas pessoas com menosprezo. Cunha Mattos (1979, p. 16), ao descrever a situação da Região Norte em 1824, afirma que “na Comarca do Norte os habitantes não se dedicavam à agricultura, havendo fome constante, sendo o maior empecilho à produção, a preguiça dos habitantes, que excedia à dos moradores do Sul”. A impressão sobre os nortistas que o autor diz que visualizou remete a uma visão do colonizador, uma vez que, naquela época, a Região Norte era reduto da exploração do ouro, e tinha como força para realização do trabalho a utilização dos indígenas como escravos.

Quando tentamos visualizar o processo histórico de colonização do “Lugar” em que enseja uma ocupação de exploração e não de permanência, como ocorreu no território brasileiro, é possível entender que, na maioria das vezes, o colonizado tem uma visão endeusada do colonizador. Isso porque este tenta apagar o que há de mais sagrado aos colonizados, o seu *modus vivendi*, que inclui a sua cultura, no qual a língua entra no *rol*. Essa forma de territorialização deixa marcas negativas em seus habitantes por um período imensurável. A exemplo, Frantz Fanon (2008, p. 34) retrata a Ilha da Martinica, colonizada pela França. Em um de seus destaques ele afirma que “todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana”. Com os apontamentos deste autor, é possível observar, do ponto de vista comportamental, como os sujeitos que passaram por um processo de colonização – e neste estudo nos referimos à colonização linguística –, podem ou não fazer parte de outro grupo que também sofreu e continua sofrendo por questões análogas, isto é, dos processos colonizadores, sobretudo, linguísticos.

A partir dessas reflexões, houve encorajamento por parte do pesquisador para continuar a pesquisa, com cuidado para não querer assumir o papel do colonizador e de poder

relatar e discutir, no campo das políticas linguísticas, questões concernentes ao ensino e aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Após, decidido a pesquisar sobre os Surdos do Curso de Letras – Libras da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, com o ensejo de fomentar visibilidade aos Surdos que, assim como outros grupos minoritários, não fazem parte dos debates e decisões políticas, chama-me a atenção a polarização política que Brasil está vivendo, em que sujeitos vão a público pedir o fim da democracia e a volta do regime militar. Estamos vivenciando um momento na história de ataques aos direitos conquistados imbuídos por uma política sectária propagadora de ódio aos grupos minoritários com a falácia de um “não viés ideológico”.

Tendo em vista que nenhum ser humano é neutro ideologicamente, alinho-me a Mézaros (2004, p. 57), para lembrar que “a verdade é que em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologias”, quer percebamos, quer não (...)”. Além disso, a nossa cultura liberal-conservadora tenta desvirtuar e desconstruir direitos sociais que seriam e que é o caminho mais viável para “equilibrar a balança” das desigualdades sociais. O sujeito pertencente a grupos minoritários ainda “é o escravo que ganhou a liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica” (IANNI, 1972, p. 89). Assim como Ianni (1972), Frantz Fanon (2008) possibilita o entendimento sobre o complexo cotidiano de nós negros na sociedade brasileira, os quais ainda carregamos as marcas da desumanidade por questões raciais e que tivemos nossos atributos desprestigiados durante a maioria dos processos históricos.

Nesta seção, apresentamos a análise dos dados. em que “(...) praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos (...), mapear campos, manter um diário e assim por diante” (GEERTZ, 1989, p. 4). Disto isso, temos como finalidade encontrar mecanismo teóricos e metodológicos para responder à pergunta da pesquisa, qual seja “o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Libras, da UFT, campus de Porto Nacional, contempla a livre escolha dos alunos surdos em relação ao uso de Libras ou de português escrito na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?”. Procuramos demonstrar, de acordo com a opinião de alunos Surdos participantes desta pesquisa, as experiências em relação ao letramento acadêmico na construção do TCC, de como foi o processo de ter de lidar com a escrita e a apresentação em sua língua, a Libras. Enfatizamos que a análise não tem o condão estático em sua interpretação, ou seja, outros olhares com possibilidades de interpretações são genuinamente possíveis.

Na organização dos dados para análise, após sua geração, tivemos de tomar uma decisão para chegar a uma resolução plausível. Isso porque os primeiros dados gerados foram do Curso de Letras – Libras da UFSC, campus de Florianópolis/SC, e o local de pesquisa objeto deste trabalho é o Curso de Letras – UFT, campus de Porto Nacional/TO. Dessa forma, decidimos listar os dados iniciais em ordem cronológica de geração – primeiro os dados gerados na UFSC e, posteriormente, os dados gerados na UFT. O processo de transcrição das entrevistas possibilitou ter novos significados, diferente do momento em que eram realizadas. Uma vez que, e conforme já mencionado antes neste estudo, é necessário que o etnógrafo evite concepções preestabelecidas e, com as reanálises, foi possível verificar cada informação transmitida pelos participantes e assim alocar cada excerto ou diário de campo de forma mais adequada. De acordo com Erickson (2004, p. 44),

Ao se revisar exemplos de relatos é importante ter em mente dois conjuntos de distinções: aquelas entre distinção geral e particular e aquelas entre relato descritivo e comentário interpretativo de acompanhamento. Qualquer relato de pesquisa etnográfica se alterna entre estes tipos de escrito enquanto um meio de apresentar evidências e de tornar as evidências compreensíveis ao leitor.

Dessa forma, o movimento de idas e voltas se justifica principalmente pelo enfoque no objeto da pesquisa, qual seja a construção de TCC pelos alunos Surdo do Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO. Com o foco no objetivo comum da pesquisa, combinei os dados dos meus diários de campo junto com as entrevistas e as diversas notas. Lembrando mais vez que poderíamos ter realizado mais observações em sala de aula. Contudo, devido à pandemia causada pela COVID-19 – nesta data, 13/8/2021, todo o sistema público educacional brasileiro ainda se encontra restrito para funcionar de forma presencial – as observações em sala de aula ou acompanhamento no momento das orientações dos acadêmicos Surdos sobre a construção de seus TCCs não ocorreram como gostaríamos. Mesmo assim, conseguimos observar e entrevistar de forma presencial antes da pandemia e, no curso da pandemia, de forma remota.

As pesquisas sobre ideologias linguísticas do multilinguismo com enfoque na Língua Brasileira de Sinais – Libras, assim como as línguas de sinais emergentes usadas pelos povos indígenas (VILHALVA, 2009), têm em comum, além dos aspectos de línguas minoritárias, a recenticidade de estudos acadêmicos. Essas línguas de sinais utilizadas no território brasileiro têm seu arcabouço de estudos acadêmicos iniciados na década de 80 do século XX. Seus aspectos novéis são apresentados pelo seu estado da arte, em que Quadros (2013, p. 15) afirma que, “no campo acadêmico, temos estudos sobre a Libras que iniciaram nos fins dos

anos 80”. Dessa forma, com as mesmas características contemporâneas, tem a instituição que é o local desta pesquisa, a Universidade Federal do Tocantins – UFT, a qual teve suas atividades iniciadas no ano de 2003, e o Curso de Letras – Libras, desta instituição, campus de Porto Nacional/TO, que iniciou suas atividades com a primeira turma no ano de 2015.

Espera-se de uma instituição pública que cumpra sua efetividade social. A Universidade Federal do Tocantins, que no ano de 2021 completa 18 anos, tem justificado sua existência, não negando seu papel social junto à sociedade tocantinense. Nesse sentido, a presente pesquisa, realizada junto ao curso de Licenciatura em Letras – Libras da UFT, visa a contribuir com outras pesquisas desenvolvidas nessa jovem universidade, assim como com outros contextos científicos. Baseado em teorizações sobre ideologias linguísticas do multilinguismo, com o olhar voltado para acadêmicos Surdos³ do curso de Licenciatura em Letras – Libras da UFT, este estudo visa a investigar outro viés de conforto linguístico na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Sendo assim, passei a refletir sobre a educação de Surdos quando tive o primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais – Libras, em 2015, por meio da disciplina Língua Brasileira de Sinais, que faz parte da estrutura curricular do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, campus⁴ de Araguaína. Eu era aluno regular do curso e estava cursando o quinto período. Ainda no ano de 2015, em um curso promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Colinas do Tocantins, tive a oportunidade de estreitar um pouco mais os laços com a Libras e com pessoas surdas.

Em 2016, após tomar posse como efetivo no cargo de assistente administrativo da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, no segundo semestre do mesmo ano, iniciei minhas funções como secretário do curso de Licenciatura em Letras – Libras. O curso tinha somente duas turmas da licenciatura, uma no quarto período e outra no segundo. A primeira turma iniciou no primeiro semestre em 2015; a segunda, no primeiro semestre de 2016. A partir desse momento, comecei a perceber que o mundo da surdez realmente tem especificidades que a maioria de nós, ouvintes, ainda não apreendemos. Uma das especificidades que mais me chamou atenção foi a forma como os Surdos escreviam em língua portuguesa. Muitos de nós dizíamos que aquela forma de escrita era errada. Essa especificidade da escrita dos Surdos caracterizava-se de acordo com o nível de aprendizagem

³ Nesta pesquisa, como faz Cunha Junior (2015, p. 23), “mencionamos Surdos com ‘S’ maiúsculo, em referência à trajetória dos Surdos que, têm história, vida e luta pela educação, embora o cenário, tomado pelo enfoque oficial, seja marcado pelas imposições das práticas ouvintistas”.

⁴ Utilizaremos a grafia campus, tanto no plural quanto no singular de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Libras do ano de 2018 da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

de cada sujeito em língua portuguesa, sua segunda língua. E os perfis de domínio da escrita em português variavam bastante.

Progressivamente fui aprendendo que o canal cognitivo viso-espacial das pessoas surdas é diferente das pessoas ouvintes. Aos poucos fui internalizando que a Libras é uma língua com toda riqueza expressiva das línguas naturais, ainda que o canal de aquisição linguística seja diferente.

As observações *in loco* mostravam-me acontecimentos que começaram a chamar cada vez mais atenção. Percebi que parecia haver uma relação hierárquica entre o português e a Libras. Muitos alunos ouvintes também tinham maiores dificuldades em relação a L2, ou seja, a Libras, e em algumas disciplinas específicas. No entanto os alunos surdos também relatavam problemas de compreensão em relação aos textos em português, que eram cobrados para realizarem avaliações e demais formalidades para aprovação nas disciplinas. Embora houvesse intérpretes de língua de sinais em sala de aula, as barreiras em relação à língua portuguesa persistiam, uma vez que a modalidade escrita dessa língua difere da Libras, que é uma língua viso-espacial (STROBEL, 2018).

Dessa forma, dentre muitos exemplos que observei na UFT, campus de Porto Nacional/TO, e que ilustrará a relação de poder da língua portuguesa em relação Libras, citarei um episódio em que uma senhora, mãe de uma aluna Surda, se mostrava preocupada com o relacionamento afetivo de sua filha com um jovem Surdo. Isto é, a mãe dessa aluna não aceitava que a sua filha tivesse relacionamentos afetivos com pessoas Surdas. Para ela, sua filha teria de se relacionar com pessoas ouvintes. A senhora justificava o receio de ver a filha casada com uma pessoa Surda por causa das barreiras comunicativas existentes na sociedade e, para ela, o matrimônio entre duas pessoas surdas seria mais difícil no convívio em uma sociedade em que ainda é comum a não aceitação da diferença comunicativa dos sujeitos Surdos. Contudo essas barreiras poderiam amenizar se sua filha se relacionasse com uma pessoa ouvinte.

Assim, eu percebia como uma língua majoritária, nesse caso a língua portuguesa, tinha tanto poder sobre os grupos minoritários. Aqui o termo “minorias” é em relação a políticas linguísticas com o objetivo de fortalecimento das línguas minoritárias, e não no sentido demográfico (MAHER, 2007). No caso citado acima, é possível visualizar o desprestígio em relação a Libras ao ponto de poder decidir com quem as pessoas pertencentes a essa minoria linguística poderão ou não se relacionar. Faço menção não só a Libras utilizada pelas comunidades surdas, mas, também, aos indígenas e às colônias italianas, alemãs

localizadas no sul do Brasil, que também fazem parte desse contexto de grupos linguísticos minoritários.

Nas observações na UFT, campus de Porto Nacional/TO, era compreensível a relutância dos pais de Surdos em relação a Libras, uma vez que, desde o diagnóstico que identifica a perda auditiva de uma criança que nasce em uma família ouvinte, várias decisões terão de serem tomadas. E a maioria das decisões são de ordem patológica, isto é, essa criança irá utilizar aparelho auditivo? Fazer o implante coclear? E a Libras, na maioria das vezes, fica em última opção, isto é, quando fica. Isso porque a maioria dos audiologistas informa aos pais que a criança que nasce com perda auditiva precisa ouvir para ser tornar “normal” na sociedade.

Hoffmeister (2016, p. 116) assevera que “muitos profissionais estabelecem a situação de que, uma vez surdo, é um problema”. Dessa forma, era possível compreender a preocupação da senhora, mãe da aluna Surda, em que pude realizar algumas observações em relação à união afetiva de sua filha com outra pessoa surda. Era mais para proteger a sua filha, principalmente por causa do estigma que ainda persiste em relação a Libras por muitos que ainda acreditam que essa é apenas uma forma de comunicação dos “deficientes auditivos”, impondo um desprestígio a Libras. Sendo assim, Hoffmeister (2016, p. 116) enfatiza que “as pessoas no mundo dos surdos são vistas como não possuindo nenhuma possibilidade de alcançar sucesso em suas vidas”.

Com essas impressões sobre a surdez e das pessoas surdas, adentro ao campo da linguagem com alguns questionamentos formulados em minha trajetória como profissional de uma instituição educacional, tentando entender e descrever as complexidades do universo da surdez. Sobretudo, o quanto ainda é desafiador quebrar paradigma em relação à fluidez identitária, uma vez que não é mais possível olhar os minoritários de forma padronizada.

A luta das comunidades Surdas, no Brasil e em outros países, sempre foi para que a educação bilíngue chegasse a todos os níveis de ensino, inclusive o superior, de forma que as línguas de sinais fossem consolidadas cada vez mais como línguas acadêmicas. Uma das conquistas que tem ajudado a consolidar a Libras como língua na conjuntura científica foram às legislações no contexto federal, com abrangência estadual e municipal, tais como o Decreto n. 5.626/2005, que regulamentou a Lei n. 10.436/2002, a qual reconhece a Libras como primeira língua das pessoas surdas, e a mais nova Lei n. 14.191/2021, que incluiu a educação bilíngue para os Surdos na Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

O Decreto n. 5.626/2005 determina, em seu artigo 3º, que “a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior” (BRASIL, 2005). Outro dispositivo legislativo de grande importância é a Lei n. 13.146/2015, intitulada Estatuto das Pessoas com Deficiência. Esse estatuto, ao tratar da educação bilíngue e da Libras, assegura, em seu artigo 27, inciso IV, a “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” (BRASIL, 2015). Entretanto, por mais que conquistas tenham acontecido na legislação, a realidade ainda não está conforme as leis e o decreto citados determinam.

1.1 Justificativa para a pesquisa

A escolha pelo tema se justifica pela definição do grupo social que colaborou com a pesquisa e a “delimitação geografia e cronológica do estudo” (ECO, 1977, p. 29). Dessa forma, também foram delimitados o Curso e os componentes curriculares (TCC I e TCC II).

A justificativa inicial se baseia no fato de poder desenvolver um estudo sobre as possibilidades de apresentação do trabalho de conclusão do curso pelos alunos Surdos do Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, e relacionar a Libras enquanto língua de registro e circulação do conhecimento produzido no TCC construído pelos alunos Surdos. Há poucos trabalhos nessa temática e por se tratar de grupos minoritários que têm tido um olhar mais amplo com o advento do mundo conectado, ou seja, globalizado.

Acredito que esse motivo possibilitou ter acesso a um arcabouço teórico sobre a temática. Até iniciar este estudo surgiram muitas dúvidas, principalmente pelo desafio de internalizar as teorias sobre a cultura surda e poder descrever as especificidades do “mundo surdo” (HOFFMEISTER, 2016). Sobretudo quando Lane (1992, p. 23) afirma que “no estereótipo do ouvinte, a surdez representa uma falta e não a presença de algo”. Assim, é comum muitos de nós ouvintes, inclusive eu, apesar da quebra de paradigma, dizer que as pessoas surdas têm dificuldade em relação à língua portuguesa. Como se fosse fácil para nós ouvintes aprendermos de forma instantânea a Libras. Para muitos de nós, a aquisição de uma segunda língua requer muita dedicação, tempo e estratégias. Em relação à decisão de aderir a perspectiva teórica-metodológica etnográfica e a observação participativa para realização desta pesquisa, tem nas primeiras observações que foram realizadas em sala de aula do curso de Letras – Libras da USFC o ponto inicial. Em dado momento em que conversava com o

Professor Rodolfo (nome fictício) sobre as características da UFSC, em relação à educação de surdo no ensino superior, o professor Rodolfo traz a seguinte observação:

Excerto 1: Professor Rodolfo

O contexto educacional e aprendizagem das Libras no Brasil ainda existem problemas que embora as instituições educacionais trabalhem com o fito de equacionar tais barreiras, a abrangência ainda é incipiente para a demanda crescente em todo Brasil. A educação básica ainda se encontra aquém do mínimo necessário para o letramento de uma pessoa surda (Entrevista em 4 de dezembro de 2019).

Essas observações no contexto da educação das pessoas coadjuvaram na tentativa de visualizar o contexto das políticas linguísticas na construção do TCC pelos alunos surdos da UFT, campus de Porto Nacional/TO, se há outras possibilidades de trabalho de conclusão de Curso que atendam as especificidades dos alunos surdos.

A justificativa intermediária para realização desta pesquisa tem relação com o desafio de aprofundar o entendimento da visão que a maioria de nós ouvintes temos das pessoas Surdas, ou seja, para os Surdos se inserirem na sociedade em condições de igualdade, precisam no mínimo internalizar as especificidades dos ouvintes, isto é, saber ler e escrever da mesma forma de uma pessoa ouvinte. As pessoas Surdas que nasceram em uma família ouvinte já enfrentam uma realidade multilíngue, ou seja, iniciam sua vida em dois contextos linguísticos: a língua viso-espacial e a língua portuguesa verbalizada pelos ouvintes. Kyle (2017, p. 23) descreve que “noventa e nove por cento das crianças surdas nascem em famílias ouvintes e, para alcançar esse objetivo, uma grande quantidade de ensino da língua é necessária o mais rápido possível assim que saiba que a criança é surda”.

Entretanto a não aceitação desde o diagnóstico de perda auditiva e de sua especificidade linguística viso-espacial faz com que o Surdo viva uma falsa realidade monolíngue. Esses fatos ocorrem, sobretudo, por causa do estigma que as línguas de sinais ainda carregam sobre os seus utentes. Nesse contexto que venho em busca de uma compreensão da realidade multilíngue das pessoas Surdas, mais precisamente na tentativa de visualizar outras possibilidades de construção do trabalho de conclusão de curso TCC, pelos alunos Surdos. Não estou afirmando que outras possibilidades não existam, estou na tentativa de entendê-las.

Justifico também que uma descrição das relações dos alunos Surdos na construção de seus trabalhos de conclusão de curso TCC poderá auxiliar nas reflexões dos que propõem os Projetos Pedagógicos de Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, dos anos de 2014 e 2018, e o PPC vigente é o do ano de 2018. Esses dois documentos regem

toda organização pedagógica do Curso de Letras – Libras. No PPC de 2018, “o Curso objetiva a produção e a democratização de conhecimentos na área de ensino da Libras e concede Diploma de Licenciado em Letras – Libras, com habilitação para o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras como primeira e segunda língua” (UFT, 2018, p. 13). Por conseguinte, o acesso desses alunos ao ensino superior ainda é marcado por lutas, e sua permanência na universidade requer ajuste contínuo no contexto micro e macro da administração pública. Assim, acreditamos que este estudo poderá contribuir para o ensino no contexto universitário por trazer outra possibilidade da construção do TCC.

1.2 Pergunta da pesquisa

Com o propósito de compreendermos melhor os elementos que serão delineados nesta pesquisa, elaboramos o seguinte questionamento de pesquisa:

- O Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Libras, da UFT, campus de Porto Nacional/TO, contempla a livre escolha dos alunos surdos em relação ao uso de Libras ou de português escrito na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

1.3 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar as percepções que alunos e professores surdos têm sobre a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Letras – Libras, da UFT, campus de Porto Nacional/TO, de modo que as reflexões e resultados venham a contribuir com modalidades mais inclusivas de construção/apresentação do TCC e com a formação crítica dos Professores Surdos no Curso de Letras – Libras da UFT.

1.4 Objetivos Específicos

- Analisar os Projetos Político Pedagógicos do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras – Libras⁵ da UFT, campus de Porto Nacional/TO.

⁵ Nesta pesquisa, analisamos os dois Projetos Pedagógicos do Curso PPC, do ano de 2014 e a versão mais recente de 2018.

- Identificar as percepções dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, e dos alunos do Curso de Letras – Libras da UFSC, campus de Florianópolis – SC.
- Discutir como os programas das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o currículo do curso de licenciatura abordam as modalidades de trabalho de pesquisa e se atendem as especificidades das pessoas surdas.

Para responder à pergunta do estudo e aos objetivos elencados, esta pesquisa se encontra dividida em cinco capítulos. No primeiro, busco evidenciar minhas motivações, sobretudo, profissionais como Assistente em Administrativo da UFT para a realização da pesquisa, as justificativas, a pergunta a ser respondida e os objetivos do estudo.

No segundo, destaco o processo de criação do Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, e contexto histórico regional e local de criação da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Para tanto, exponho os dados de efetividade acadêmica da UFT, tais como quantidades de cursos oferecidos, ações afirmativas para o ingresso de alunos surdos e ouvintes, além de ações de assistência estudantil de permanência dos acadêmicos. Exibo a espacialidade da UFT, por meio de duas figuras cartográficas com legendas em *SignWriting*, em que se mostra a abrangência territorial da UFT, com o recorte espacial deste estudo e, respectivamente, seu desmembramento com a criação da mais nova universidade federal do Brasil, a Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT por meio da Lei n. 13.856 de 8 de julho de 2019. Apresento os principais documentos de análise deste estudo, quais sejam os Projetos Políticos Pedagógicos do ano de 2014 e o vigente elaborado no ano de 2018, que trazem os dados para análise dos Trabalhos de Conclusões de Cursos. Exponho também o local das primeiras observações de cunho etnográfico realizadas na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que motivaram essas reflexões.

No terceiro capítulo, descrevo o ambiente de circulação da Libras na UFT, o que justifica a permanência das pessoas Surdas no local mesmo fora do horário de aula. Apresento o caminho metodológico seguido neste estudo e, também, apresento os autores/pesquisadores que o embasaram, fazendo revisão sobre as bases da Linguística Aplicada e da Etnografia. Destaco os aspectos da trans/indisciplinaridade da Linguística Aplicada (doravante LA), que tem como pressuposto viabilidade da equidade social. Em seguida, apresento o processo de geração de dados e os participantes no contexto universitário. Procuo elucidar que, embora este estudo tenha utilizado a perspectiva etnográfica, que exige um período mais prolongado junto aos participantes, contudo, devido ao isolamento social causado pelo período

pandêmico, tivemos de fazer uso de plataformas digitais como o *Google Meet* para finalizar as entrevistas. Exponho também o processo de entrada em campo, no qual são explicitadas as notas de campo e entrevistas. No que concerne à Etnografia, faço reflexões no sentido de que, embora tenha suas origens na antropologia, as suas técnicas observacionais vêm sendo utilizadas nos estudos educacionais como perspectiva metodológica. Procuro, no entanto, dar ênfase no processo de construção do TCC pelos alunos Surdos no Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO.

No quarto capítulo, apresento a análise dos dados levantados. Início descrevendo as características da subalternidade da diferença, de acordo com Hall (2013), e os circuitos educacionais da excelência e do desânimo da Educação de Surdos a partir das reflexões de Sánchez (2013). As análises se iniciam na seguinte ordem das seções: 4.1) Os Surdos e as Políticas linguísticas na Universidade Federal do Tocantins – UFT; 4.2) A questão da escrita, as inquietações dos alunos Surdos e a Construção do TCC; 4.3) “Eu não gosto de ABNT muito difícil mais português fica mais difícil ainda”: a necessidade da Libras enquanto língua de registro e circulação de conhecimento no contexto acadêmico; 4.4) “Eu não entendo, muito confuso mesmo com ajuda da intérprete, se fosse para desenhar seria melhor”: História em quadrinhos (doravante HQ) de um acadêmico Surdo que preferia desenhar em vez de escrever em língua portuguesa.

No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais deste estudo. Relembramos os caminhos percorridos, principalmente em relação à busca para responder os objetivos da pesquisa, com sugestões de atuações futuras relacionadas a novos estudos sobre a construção de trabalhos acadêmicos pelos acadêmicos Surdos.

2 CRIAÇÃO DA UFT E DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LIBRAS

Neste capítulo, apresento aspectos que nortearam os documentos que orientaram o desenvolvimento deste estudo, isto é, os Projetos Político Pedagógicos do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras – Libras da UFT, Campus de Porto Nacional/TO. Dessa forma, este capítulo tem como objetivo descrever e analisar os Projetos Político Pedagógicos do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras – Libras⁶ da UFT, Campus de Porto Nacional/TO. Para chegar a tal objetivo, necessária a análise do processo histórico de criação da UFT e do Curso de Letras – Libras, tendo como referências os PPCs do ano de 2014 e 2018 do Curso de Letras – Libras da UFT. Para tanto, exponho os dados de efetividade acadêmica da UFT, tais como quantidades de cursos oferecidos, ações afirmativas para o ingresso de alunos surdos e ouvintes, além de ações de assistência estudantil de permanência. Discuto os processos de desmembramento de dois Campus da UFT, com a finalidade de criação da UFNT, exibindo esse processo por meio de duas figuras cartográficas com legendas em *SignWriting*, que mostram a abrangência territorial da UFT, antes e depois da criação da UFNT. Por último, apresento o lugar das primeiras observações que motivaram a escolha da perspectiva metodológica etnográfica que ensejou este estudo, qual seja, o Curso de Letras – Libras da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

2.1 Contexto Regional e Local

O cenário da pesquisa é a Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, recorte espacial deste estudo. Como forma de contextualização regional e local, abordamos o histórico de criação dessa instituição, a UFT, que tem em seu processo de existência sua recente divisão realizada com o objetivo da criação da mais nova Universidade Federal brasileira a UFNT, partindo de uma descrição mais ampla até chegar do Curso de Licenciatura em Letras – Libras, dados do curso, histórico de criação. Posteriormente, há a descrição do ambiente acadêmico no contexto dos alunos Surdos e a análise dos principais documentos para realização desta pesquisa.

A UFT, mesmo no período pandêmico causado pelo COVID-19, tem dado continuidade ao processo de desmembramento, em que os dois câmpus de Araguaína e

⁶ Nesta pesquisa, analisamos os dois Projetos Pedagógicos do Curso PPC, do ano de 2014 e a versão mais recente de 2018.

Tocantinópolis, ambos municípios da Região norte do Tocantins, passaram a pertencer a UFNT. Enquanto não finalizar esse período de transição, a UFT segue atendendo os sete câmpus. Isso porque o processo de mudança requer a criação de novas reitorias e pró-reitorias que possibilitem a transferência de todas as rotinas administrativas para o pleno funcionamento da nova instituição de ensino. Essas descrições de início têm como objetivo situar o leitor de que o estado do Tocantins já conta com a existência de duas universidades federais em seu território.

O campus da UFT, localizado em Porto Nacional/TO, onde se encontra alocado o único Curso de Letras – Libras em universidade federal no estado do Tocantins, é um ambiente em que acreditamos que existam possibilidades de construção identitária e aceitação das diferenças culturais de forma que as barreiras causadas por sobreposições influenciadas pelas relações de poder sejam rompidas. Este é o desejo dos grupos minoritários não só no contexto universitário, mas em outros contextos sociais: que, de fato, os objetivos elencados na visão e missão da UFT sejam alcançados. Isto porque a formação de professores para atuar na educação de Surdos realizada no Curso de Letras – Libras da UFT, campos de Porto Nacional/TO, propiciam essas possibilidades.

Ao fazer essas afirmações, nos embasamos na força institucional em que o fato de sua existência possibilita cumprir seu papel social. Dentre essas possibilidades, nos remetemos ao que o autor Schmitt (2008, p. 116) afirma sobre o fato de que existir a circulação da Libras no ambiente acadêmico já é um fator confortável: “os Estudos Culturais vêm participando do momento histórico-cultural e da sociedade na luta pelo direito ao espaço de identidade dos grupos surdos e do caminho para uma nova identidade”. Dessa forma, ao contextualizar um espaço regional que é bem mais amplo, temos de levar em consideração o *locus*, onde as experiências boas ou ruins ensejam os construtos identitários em que os sentimentos topofólicos podem influenciar de forma salutar ou não as vivências culturais de um grupo.

De forma interdisciplinar e na tentativa de fazer com que outras áreas do conhecimento se convirjam, o “lugar” é uma das categorias geográficas intrínseca no desenvolvimento das relações humanas. A exemplo do que nos ensina o geógrafo Yi-Fu Tuan (1983, p. 198), “o lugar é um mundo de significado organizado. (...) Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar”. O sentimento pelo lugar pode ser de afeto ou não. E, para alunos Surdos do contexto desta pesquisa, o Curso de Letras – Libras da Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Porto Nacional/TO possibilita que eles desenvolvam afeto no convívio acadêmico, principalmente em razão da circulação da Libras, ou seja, quando estão no

ambiente universitário, as possibilidades de comunicação que praticamente não existem fora dos muros universitários ensejam experiências positivas.

Isso posto, de forma interdisciplinar e conforme perguntas e objetivos propostos neste trabalho desenvolvido no campo da Linguística Aplicada aliada à perspectiva Etnográfica no contexto da educação superior, apresentaremos os processos de criação da UFT e do curso de Licenciatura em Letras – Libras em Porto Nacional/TO.

Convidamos o/a leitor/a a nos acompanhar em uma linha histórica que vai da criação da Universidade Estadual à Universidade Federal do Tocantins – UFT, ao curso de Libras no campus de Porto Nacional, sendo esse um dos cinco câmpus da UFT. Na Universidade Estadual, eram dez câmpus no Estado e uma Escola Agrícola do município de Natividade.

Com a criação do estado do Tocantins, por meio da Carta Magna de 1988, de acordo com o artigo 13 dos Atos das Disposições Transitórias (ADCT), apresentamos uma linha histórica que vai da criação da Universidade Estadual à Universidade Federal do Tocantins – UFT, e a criação do Curso de Letras – Libras no campus de Porto Nacional/TO, sendo esse um dos 5 câmpus da UFT. Na Universidade Estadual, eram dez câmpus no estado do Tocantins e a Escola Agrícola do município de Natividade. Dessa forma, “nasce a Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, por meio da Lei n. 136 de 1990” (SOUZA; SILVA; LUDWIG, 2018, p. 49). Isso significou um avanço para o Estado em questões educacionais de nível superior. Contudo essa melhoria não perdurou por muito tempo, vindo a sofrer investidas por parte do governo estadual da época, que tinha interesse em privatizar a tão sonhada instituição de ensino superior estadual. Sendo assim, iniciou a cobrança de mensalidades para os alunos, momento em que nasce um movimento pela criação de uma universidade federal para o mais novo estado da federação. Com a possibilidade da universidade federal no Estado, a proposta era de que permanecessem apenas 5 câmpus que fariam parte da UFT.

Dentre estes deixou de existir o campus da cidade de Paraíso do Tocantins, onde tinha o Curso de Processamento de Dados, o qual foi transferido para a capital do Estado, Palmas, no ano de 2000 de acordo o Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências da Computação do câmpus de Palmas – TO, (PPC, 2019, p. 12), um dos cursos de grande importância, sobretudo, porque era o único polo de formação superior na área da informática no Estado. O ensino de informática era algo raro na década de noventa do século passado e, com a criação da UFT, o Curso foi incorporado ao rol de cursos desta instituição no campus de Palmas, capital do Estado. Nesse contexto, ficaram de fora do projeto da universidade federal os câmpus da cidade de Guaraí e Colinas do Tocantins. Intensificou-se a luta pela

inclusão dos câmpus de Tocantinópolis e Arraias para serem inseridos no projeto da universidade federal, o que teve êxito e, atualmente, o campus de Tocantinópolis pertence a mais nova universidade do Brasil, a UFNT.

Para que o campus de Arraias continuasse em atividade, foi necessária muita resistência por parte dos acadêmicos e professores (SOUZA; SILVA; LUDWIG, 2018, p. 47). Sob as ameaças de fechamento do campus da UNITINS, a UFT iniciou suas atividades sendo uma instituição multicampi, com sete câmpus. Porém a resistência de professores e alunos fez a diferença, principalmente no campus de Arraias, localizado a 414 km da Capital, uma vez que esse campus por pouco deixou de existir. A sua manutenção só foi possível por causa de muitas obstinações daqueles que viam e acreditavam na importância de um campus universitário que atendesse não só Arraias, mas outros municípios circunvizinhos, conforme descrevem os autores:

Foram tempos difíceis, o pior deles, foi quando recebemos um ofício do Reitor Prof. Ruy Rodrigues que dizia que o campus não teria mais vestibular e que as turmas em funcionamento seriam finalizadas sob regime modular. Começamos então, um movimento de mobilização e sensibilização para que a Universidade continuasse em Arraias, inicialmente o contato com os políticos de Arraias e região, eram deputados federais e estaduais, bem como pessoas preocupadas com a universidade, a exemplo, de José Brasil e setores da sociedade. Após, como isso não surtisse muito efeito, chamamos os prefeitos dos municípios vizinhos, reunião na prefeitura de Arraias, foi acordado que seria realizado um consórcio entre os prefeitos da região para manter o campus, nisso estava presente a cobrança de mensalidade, o que para alguns chefes do poder executivo, se acenava como uma possibilidade de ganhos e dividendos para as prefeituras dos municípios da região. Prefeitos, Sr. José Brasil e nós na direção do campus, fomos para Palmas reunir com o reitor, com essa alternativa para não fechar o campus. Vale lembrar, enquanto diretora e na luta, presenciamos nesse período o Reitor que foi a Arraias e ficou esperando sentado em um banco da rodoviária, enquanto o carro oficial entregava documentos no campus, acreditamos que ele tivesse como destino a cidade de Brasília, motivo da passagem por Arraias. Assim, na próxima etapa, assume outro reitor, que veio de Brasília, nomeado pelo então governador Siqueira Campos, ao que pese muitas críticas por ele ser um militar do exército, aposentado, foi ele quem abraçou a causa e luta pela permanência da Universidade em Arraias. A partir de um evento que organizamos no Clube Social Arraiano, convidamos o novo reitor para participar e mostrar que lá tinha uma comunidade que estudava e uma comunidade que não poderia prescindir da Universidade e de tudo que ela representava. Para o evento, convidamos a comunidade e pedimos o compromisso do Reitor da Unitins com vista a sua participação. Com todas as carências tivemos a presença de ônibus de participantes de Brasília e dos câmpus da Unitins, de colegas que vieram contribuir, sensibilizados com a causa. [...] foram muitas vozes (SOUZA; SILVA; LUDWIG, 2018, p. 50).

Dessa forma, a UFT, desde o início, teve sua história marcada por muitas lutas e por pessoas que acreditaram que a educação não pode ser entendida como mercadoria, e sim um espaço de formação e transformação social. O advento de suas atividades cobria uma área distribuída na seguinte configuração: ao norte, os câmpus de Araguaína e Tocantinópolis

(atualmente pertencente a UFNT); mais ao centro do Estado, os câmpus de Miracema do Tocantins e da Capital Palmas; ao sul, Porto Nacional, local desta pesquisa, Gurupi e Arraias. Até a data atual, setembro de 2021, não foram criados novos câmpus, mas houve a criação da UFNT, já em transição, com o desmembramento dos dois câmpus já mencionados.

A UFT teve o seu nascimento conforme os ditames do direito público brasileiro, mais precisamente no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, inciso XIX, que preconiza: “somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada à criação de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação”. Dessa forma, a Lei n. 10.032, de 23 de outubro de 2000, instituiu a UFT, que tem o seu vínculo com o Ministério da Educação, e sua área de atuação foi definida para atuar no ensino superior, pesquisa e extensão. A Instituição possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (PPC, 2018, p. 6).

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares junto com patrimônio que pertenciam à UNITINS⁷. Para chegar a essa configuração funcional, a UFT precisou seguir alguns caminhos de ordem legal da Administração Pública. O processo de fundação dessa instituição trilhou os seguintes parâmetros necessários à época: “em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, por meio da Portaria de n. 717, de 18 de abril de 2001” (PPC, 2014, p. 6). Essa comissão foi criada com a finalidade de elaborar o Estatuto e o projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão, foi designado o professor doutor Eurípedes Falcão Vieira, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, localizada no Rio Grande Sul⁸ (UFT, 2014).

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado

⁷ As informações referentes à institucionalização da UFT e do Curso de Letras – Libras campus de Porto Nacional/TO tem como fonte de referência os Projetos Pedagógico do Curso do ano de 2014 e o vigente de 2018.

⁸ O Professor Eurípedes Falcão Vieira foi ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no período de dezembro de 1972 a abril de 1977, e não da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, conforme informam os documentos institucionais da Universidade Federal do Tocantins – UFT, tais como os PPC’s consultados e o PDI 2016 – 2020. Esta pesquisa achou por bem tentar corrigir esta informação.

em julho de 2002 o Decreto de n. 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor *pró-tempore* da UFT (PPC, 2014, p. 07). Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação n. 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o estado do Tocantins, a UNITINS e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, objetivando viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas (PPC, 2014, p. 8).

Além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados, com o primeiro concurso público para docentes realizado em janeiro de 2003 e empossados em maio do mesmo ano, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de campus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor *pró-tempore* o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do Ministério da Educação.

Dessa forma, foi instituída uma comissão que elaborou e organizou as minutas do Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criaram-se as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa Comissão preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, em que foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria n. 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) (UFT, 2014, p. 8).

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) n. 041 e Portaria Ministerial n. 658/2004, “também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS” (SILVA; SOUZA,

2014, p. 6). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história dessa Instituição, assim como todo seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista do povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando em uma instituição social voltada para produção e difusão de conhecimentos, para formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação⁹. No entanto, conforme já mencionado antes, em 9 de junho de 2020, com a nomeação do Reitor *pró-tempore* Prof. Dr. Airton Sieben para a Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, foram desmembrados dois câmpus: Araguaína e Tocantinópolis.

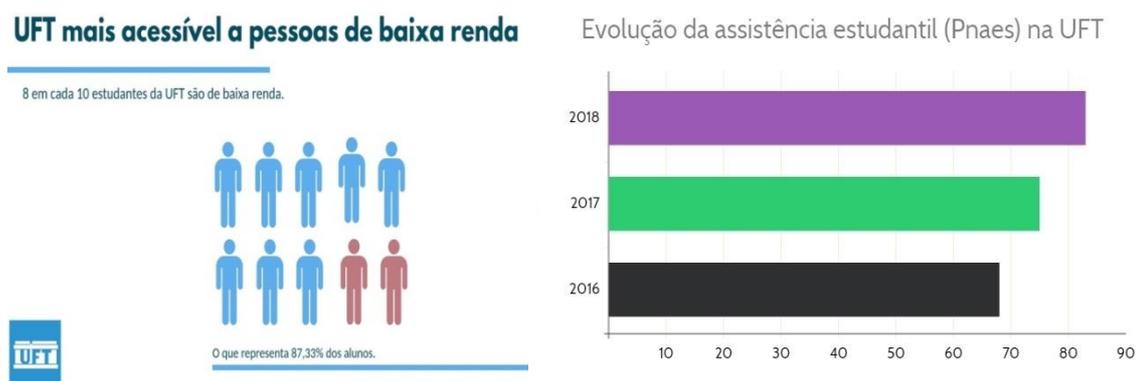
Ainda com os dados de efetividade acadêmica na totalidade dos sete câmpus, a UFT atende mais de 17 mil alunos, entre graduandos, acadêmicos de pós-graduandos *lato senso* e *stricto senso*. Um dado que chama a atenção é a inserção de alunos de baixa renda que enseja um quantitativo bem expressivo. Os dados quantitativos aqui apresentados são oriundos da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROEST, que, por meio de seus programas de fomento ao aluno em situação de vulnerabilidade, possibilitou à UFT chegar “ao quantitativo de mais de 20 mil profissionais formados em 64 cursos superior em diversas áreas como saúde, licenciaturas, ciências agrárias, engenharias e ciências sociais aplicadas” (Palavras do Reitor: Luís Eduardo Bovolato, quando a UFT completou 17 anos de fundação em maio de 2020). Publicada no ano de 2017, uma análise de dados dos alunos assistidos pela PROEST, verificou que a cada dez alunos ingressantes na UFT, oito são vulneráveis (online). Isso mostra a situação socioeconômica do estado do Tocantins e a importância de uma instituição pública educacional de qualidade para a ascensão social das pessoas de baixa renda, como a UFT.

A questão social, principalmente para a maioria dos alunos oriundos das famílias de baixa renda, é que a educação tem um papel primordial. Recepcionar e acolher a gama de alunos nessas condições tem sido desenvolvido pela UFT de forma que a efetividade da assistência estudantil tem a proporção de a cada 10 alunos, 8 são de baixa renda. A existência de tais políticas de assistência estudantil já é um avanço, contudo, o seu aprimoramento é de

⁹As informações prestadas sobre o histórico da UFT têm como fonte principal o primeiro Projeto Pedagógico do Curso de Letras Libras do ano de 2014.

devida necessidade, justificado pelo seu caráter dinâmico ao longo do tempo. “São 87% dos alunos da instituição com renda per capita familiar de até 1,5 salário-mínimo” (online). A média é acima da nacional, que é de 70,2%, conforme dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST (online). O quadro a seguir ilustra em porcentagem a evolução do quantitativo de alunos de baixa renda atendidos pelo PNAES de 2016 a 2018.

Gráfico 1 – Evolução da Assistência (PNAES) na UFT

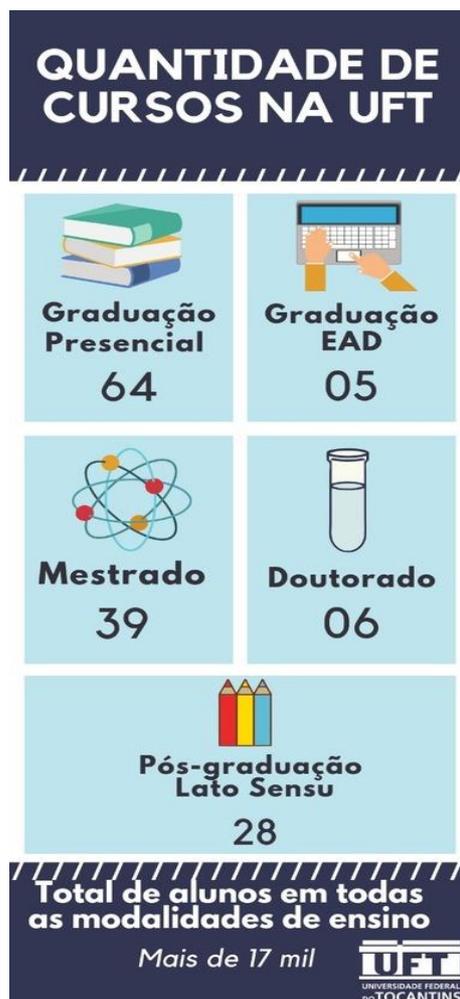


Fonte: UFT (2019, online).

Para chegar a essa efetividade acadêmica para as pessoas de baixa renda, conforme demonstrado no quadro acima, a resistência dos alunos da UNITINS no ano de 2000 teve fundamental importância, por meio do movimento SOS UNITINS, em que reivindicaram uma Universidade de qualidade e custeada com recursos federais, uma vez que, neste ano, o estado do Tocantins, já com doze anos de existência, era a única unidade federativa do Brasil que não tinha uma Universidade Federal. Com a força dos alunos que foram às ruas exigir do governo federal uma universidade pública, fez com que fosse possível tornar realidade a UFT, em relação a sua atuação.

A Figura 1, do ano de 2017, mostra o quantitativo de cursos de graduação de pós-graduação existente nessa universidade. Porém alguns cursos não constaram porque nesse ínterim, mais precisamente no ano de 2019, foram criados: um Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas no campus de Porto Nacional e um novo Curso de Direito no campus de Arraias. Esses foram os acréscimos à Figura 1.

Figura 1 – Quantitativo de Cursos no âmbito da UFT



Fonte: UFT (2019, online).

A estrutura da UFT, tanto administrativa quanto acadêmica, é norteada pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, além de outras ferramentas de controle e avaliação. No momento em que estão sendo escritas estas páginas, em agosto de 2020, está em elaboração o novo PDI – 2021-2025. No entanto, no PDI – 2016-2020, a UFT destaca como missão institucional da UFT: “Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal”; e como Visão: “Ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão” (UFT, 2016, p. 16).

Por conseguinte, na universidade, assim como na vida cotidiana, “tudo se transforma ao longo do tempo”, e com a UFT não é diferente. Essa jovem universidade está em processo de desmembramento de dois câmpus para dar ensejo a mais nova universidade do Brasil, a Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT. No dia 9 de julho de 2020, foi

publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria n. 577 de 7 de julho de 2020 com a nomeação do professor Airton Sieben como reitor *pro tempore* da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) (UFT, 2020). Embora estejamos vivenciando um período pandêmico causado pela COVID-19, mesmo assim está sendo realizado o desmembramento dos câmpus de Araguaína e Tocantinópolis, sendo a Universidade Federal do Tocantins (UFT) tutora nesse processo de implantação.

Segundo o reitor *pro tempore*, dentro da questão operacional, a reitoria temporária terá a incumbência de nomear uma comissão “estatuinte” com prazo de 180 dias para a criação do estatuto da UFNT, discutindo principalmente o modelo de gestão da universidade, além de providenciar o CNPJ da instituição e coordenar a primeira eleição para reitoria (UFT, 2020). Além dos câmpus de Araguaína e Tocantinópolis, há em seu projeto de expansão a construção de mais dois câmpus, na cidade de Guaraí e em Xambioá. A última ação publicada em 10 de agosto de 2020 foi o envio ao congresso da primeira proposta orçamentária para integrar a Lei orçamentária anual (LOA), no valor de 37 milhões de reais, para custear assistência estudantil, investimentos e custos com pessoal na nova universidade (UFT, 2020a).

Os acontecimentos ao longo da história são de suma importância para o período existencial de uma instituição. Conforme já dito antes neste capítulo, será a primeira ilustração cartográfica com o fito de visualizar a divisão territorial da UFT, e nova configuração após desmembramento da Universidade Federal do Estado do Tocantins – UFT, que ensejou a criação da Universidades Federais do Norte do Estado do Tocantins – UFNT. As ilustrações cartográficas conterão, além das legendas informativas de um mapa temático, “em que é anunciado por um título, onde se declara verbalmente o tema, o lugar e a data (o “o quê?”, o “onde?” e o “quando?”), informações necessárias a um mapa (MARTINELLI, 2017, p. 23). Dessa forma, os mapas a seguir conterão, além das legendas de praxe, os nomes das cidades em *SignWriting* (escrita de sinais), umas das escritas da Língua Brasileira de Sinais – Libras¹⁰.

¹⁰ Segundo Stumpf (2005, p. 51) “O sistema de escrita para línguas de sinais denominado *SignWriting* foi desenvolvido (...) por Valerie Sutton, que era diretora a época do Deaf Action Committee (DAC), uma organização sem fins lucrativos sediada em La Jolla, Califórnia”. Esse sistema comporta mais 900 símbolos e pode ser adaptado a qualquer língua de sinais do mundo. Desta forma o *SignWriting* não é o único sistema de escrita da língua de sinais existente no Brasil. O sistema ELIS, sigla que significa Escrita da Língua de Sinais, criado pela Professora Mariângela Estelita Barros da Universidade Federal do Estado de Goiás – UFG, também é um sistema adotado em pelo menos cinco universidades federais brasileiras. Também há o sistema SEL (Sistema de Escrita Linear), desenvolvido por Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira. Sendo assim, as ilustrações cartográficas terão em suas legendas como identificação de todas as cidades onde existem câmpus da UFT e da UFNT, em *SignWriting*.

Tendo a consciência do contraste para o acesso das pessoas Surdas, que é a elaboração deste trabalho em língua portuguesa, acredito que as ilustrações harmonizarão os aspectos visuais de acessibilidade para os utentes da Libras, uma vez que esta é direcionada em especial ao público Surdo. Dessa forma, as figuras cartográficas 2 e 4 que se seguem foram produzidas com o objetivo de atender as especificidades linguística dos sujeitos Surdos, em relação ao contexto da pesquisa e o seu recorte espacial e temporal. Para isso, foi necessário fugir dos padrões de confecção de mapas convencionais, como exemplo, uma elaboração com cores temáticas para as legendas, assim como a inclusão do nome de cada campus em língua de sinais representados pela escrita de sinais *SignWriting*.

Em relação à linguagem cartográfica, acreditamos que seja de suma importância no processo de ensino aprendizagem para as pessoas Surdas, conforme nos ensina os autores Bueno e Neto (2019, p. 64), quando afirmam que o mapa é “um importante recurso pedagógico para construção do raciocínio geográfico, pois o mapa é compreendido como linguagem, representação e comunicação permite que o sujeito compreenda a relação entre os conteúdos”. Dessa forma, a figura cartográfica tem o condão de nos localizar no tempo e no espaço, além de seus efeitos educacionais.

A partir desse ponto, faremos uma exposição histórica na tentativa de narrar o contexto pretérito e atual para criação do Curso de Letras – Libras, em que utilizaremos as peculiaridades do campus de Porto Nacional/TO e sua localização geográfica, local desta pesquisa. A exposição histórica aqui posta se explica porque os principais documentos desses estudos são os PPCs, os quais exigem o contexto histórico que fundamentou sua existência.

As ações institucionais com foco no bem-estar dos estudantes têm em comum um dos mais importantes – o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Esse programa garante a maioria dos recursos financeiros de fomento à permanência estudantil, por meio da gestão da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROEST. As ações são: construções e manutenção de moradia estudantis e restaurante universitário – RU, além de auxílios estudantis, tais como: auxílio permanência, auxílio permanência Educampo, auxílio saúde, auxílio permanência temporário, além da coordenação da Bolsa MEC, destinada aos estudantes indígenas e quilombolas.

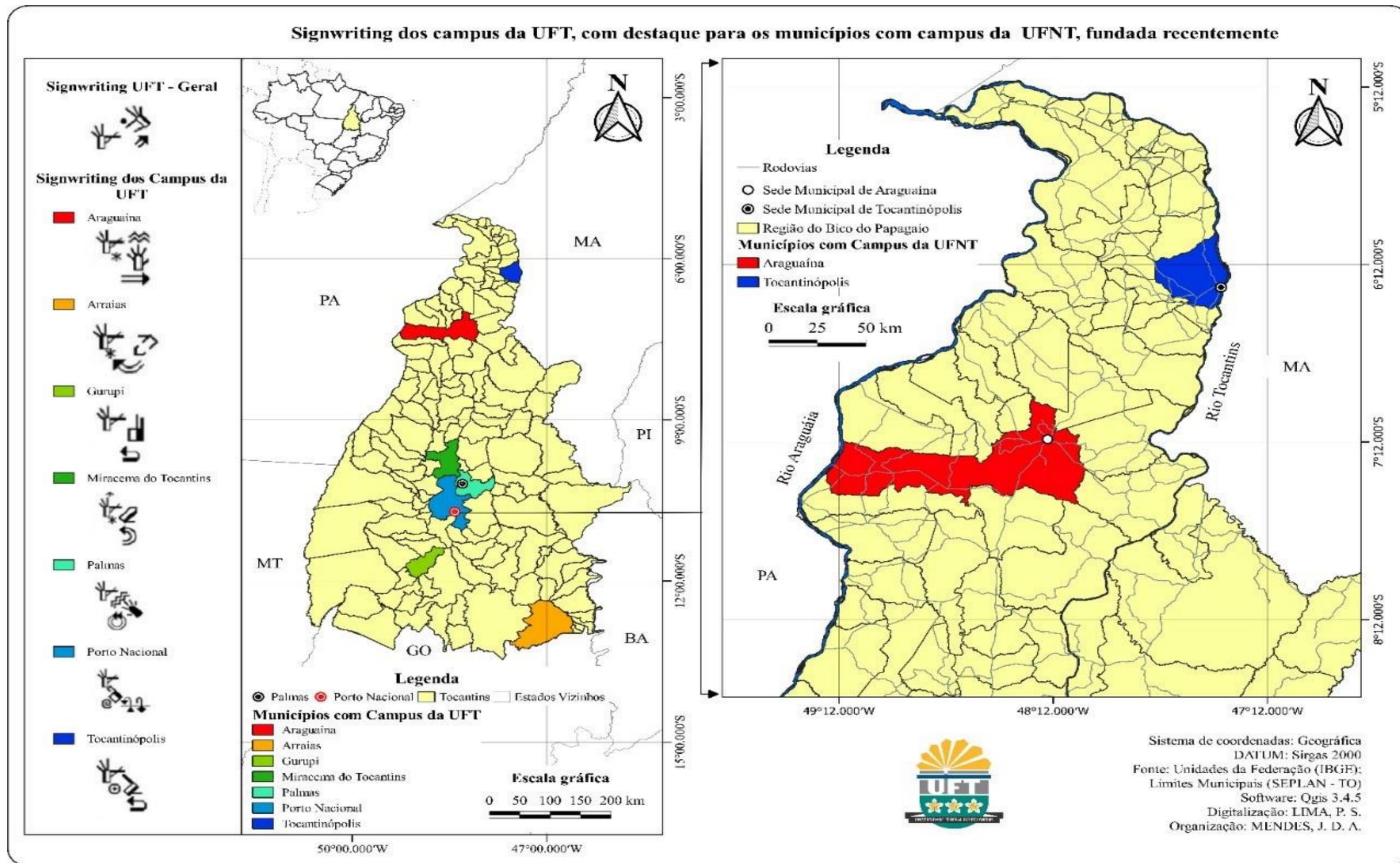
Apresentarei a descrição desse campus e suas ações, existentes, sobretudo, no apoio aos acadêmicos de baixa renda, no que condiz casa de estudante e restaurante universitário. Uma vez que este estudo está embasado pela Linguística Aplicada e Etnografia, levamos em

consideração a interdisciplinaridade, e todos os fatores da comunicação importam, não só a descrição ou a prescrição, mas, sobretudo, as questões da prática social, uma vez que estamos abordando um estudo de um grupo minoritário, os Surdos do Curso de Letras – Libras do campus de Porto Nacional. É considerável frisar que nos ambientes acadêmicos que existem apoio e acolhimento, principalmente para os sujeitos desfavorecidos economicamente, é de se esperar que o ambiente fique mais confortável. Assim, acredito que esses registros possam marcar um tempo histórico para outros estudos. Desse modo, o campus descrito terá sua divisão em Região Imediata e Região Intermediária, mostrando a Divisão Regional do Brasil elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017, p. 87):

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre.

- **CAMPUS DE PORTO NACIONAL:** antiga Porto Real do Pontal e atualmente Porto Nacional, emancipada em 13 de julho de 1861. Localizada na Região intermediária de Palmas, mais precisamente na Região imediata, que leva o seu próprio nome Porto Nacional, composta por mais 12 municípios, o seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de, 0, 740, e a sua população está estimada no ano de 2020 em 53.316 habitantes (IBGE, 2021). Nesse campus, os cursos oferecidos são principalmente na área educacional, ou seja, licenciatura.

Figura 2 – Mapa dos campus da UFT e seu respectivo sinal em *Singwriting* com destaque aos municípios da UFNT, fundada recentemente



Fonte: Mapa digitalizado por Lima (2020) e organizado pelo autor (2020).

A Figura Cartográfica acima tem o objetivo de mostrar duas projeções da UFT e da UFNT, e no mesmo documento elucidar o processo histórico de espacialização da UFT, desde sua criação com a missão de “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal” (UFT, 2018, p. 10), e sua transformação no momento atual com o desmembramento dos dois câmpus, com a criação da UFNT.

2.2 Curso de Licenciatura em Letras – Libras, histórico de criação

O Curso de Letras – Libras nasceu consoante os compromissos éticos e pedagógicos da Universidade Federal do Tocantins para com as comunidades tocaninenses e, em especial, com a inclusão da Comunidade Surda, cuja situação no Estado ainda se encontra efetivamente à margem do processo educacional em nível superior. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021, 0. 18), por meio do Censo de 2010, o Tocantins contabiliza um grande quantitativo de pessoas com deficiência auditiva permanente, que correspondia à época do levantamento desses dados 211 pessoas, de acordo com o PPC do Curso de Letras – Libras.

Após o início das atividades do Curso de Letras – Libras na Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, constatamos que o número de pessoas surdas foram emergindo a cada vestibular mais vagas e demonstrando a importância do curso para o Estado do Tocantins e para a comunidade surda, principalmente para os que residem mais distantes. A exemplo os pertencentes da Comunidade Quilombola Barra de Aroeira, onde encontramos duas pessoas adultas Surdas. Essa comunidade é um distrito do município de Santa Tereza do Tocantins/TO, a 77,4 km da capital Palmas. Outro jovem Surdo que também tivemos contato foi na cidade de Ipueiras, a 107,1 Km de Palmas. Com 22 anos, também não frequentava a escola por falta de intérprete. Para essas pessoas, além da não escolarização, se comunicavam à época por meio da língua de sinais caseira¹¹.

No edital do primeiro vestibular realizado em 2015 do Curso de Letras – Libras, que teve como organizadora do certame a Comissão Permanente de Seleção – COPESE, responsável pelos processos seletivos da UFT, houve 18 pessoas Surdas inscritas. Esse quantitativo continuou crescente a cada vestibular, o que ficou demonstrado em 2016, ano

¹¹A língua de sinais caseira é criada pelos próprios membros da família das pessoas surda, quando ainda não tiveram contato com a comunidade surda e ainda não aprenderam a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

em que se inscreveram 24 pessoas Surdas. Como todas as Universidades públicas brasileiras, ao ofertarem vagas nos vários cursos custodiados por cada uma, essa oferta se estende a todo território nacional. No caso do Curso de Letras – Libras da UFT, a probabilidade de maior procura são as unidades federativas limítrofes com o Estado do Tocantins, tais como Goiás, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia, conforme mostra a figura cartográfica 4, além do contexto da Amazônia Legal:

Ressalta-se ainda o impacto do Curso no contexto da Amazônia Legal, que possibilita não só a produção de saberes a partir do patrimônio imaterial que é a Língua Brasileira de Sinais, mas forja a formação de professores e pesquisadores nesta área de conhecimento. No contexto do Estado do Tocantins, o Plano Estadual de Educação (PEE), Lei Nº 2.977 de 08 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.411, prevê a oferta efetiva da disciplina de Libras no currículo das escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino, conforme estratégia 6.5 e 6.8 do PEE/TO (PPC, 2018, p. 19).

O planejamento do Curso de Letras – Libras foi executado levando em consideração sua abrangência e possibilidade de atender as demandas de ensino de Libras, nas micros e macros regiões do estado do Tocantins. Para isso, analisaram-se os planos de educação das cinco maiores cidades do estado do Tocantins, a saber: Palmas, Araguaína (Lei Municipal n. 2.957 de 24 de junho de 2015), Gurupi (Lei Municipal n. 2.223 de 26 de junho de 2015), Porto Nacional (Lei Municipal n. 2.248 de 24 de junho de 2015) e Paraíso do Tocantins (Lei Municipal n. 1.804 de 23 de junho de 2015), que também planejam a implementação da disciplina de Libras nas respectivas redes municipais de ensino (UFT, 2018, p. 19). Os documentos legislativos acima foram originados obedecendo às diretrizes nacionais referentes “a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, o Decreto n. 5.626, de 22/12/2005; a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (Lei n. 9.394 de 20/12/1996) (UFT, 2018, p. 20).

Outra questão observada no cenário deste estudo foi o quadro funcional de docentes – constam 17 professores efetivos e de dedicação exclusiva, sendo oito ouvintes e nove Surdos. Além de quatro Tradutores/Intérpretes de Libras/Português (dois efetivo e dois contrato temporário), três técnicos administrativos em educação, também efetivos, que exercem três cargos diferentes: técnico em informática, técnico em audiovisual e assistente em administração (Secretário do Curso).

Em relação ao processo de ingresso dos alunos no curso, tanto surdos quanto ouvintes, os editais têm dividido o quantitativo de vagas em ampla concorrência concomitante com as vagas destinadas às políticas de Ações Afirmativas, isso de acordo com

a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, e a Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016, nos cinco vestibulares realizados até dezembro de 2019, para ingresso em 2020. O vestibular de 2020, para ingresso em 2021, não foi realizado devido à pandemia causada pelo Covid-19. Decisão tomada pelo Egrégio Conselho Universitário – CONSUNI, da UFT, por meio da Resolução n. 23 de março de 2020, que, além de suspender o calendário acadêmico do primeiro semestre do ano de 2020, também suspendeu todos os vestibulares. O ingresso de novos alunos dos demais cursos, exceto o curso de Licenciatura em Letras – Libras, foi realizado com as notas do Exame Nacional do Ensino Médio referente ao ano de 2019.

Sendo assim, acreditamos que até o de ano de 2022 o processo de ingresso seguirá normalmente, exceto a Lei n. 12.711/2012, que passará por revisão, conforme previsto na Lei n. 13.409 de dezembro de 2016. Após essa data, é inseguro afirmar normalidade no que diz respeito a políticas de ações afirmativas:

Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2016, online).

Isso posto, esperamos que, após a revisão dessa lei de ações afirmativas, seja mantido todo seu programa de inclusão da edição anterior, ou ampliado, e não suprimido. Até porque, por meio dela, foi possível o ingresso de muitas pessoas que antes não tinha essa oportunidade. Citamos como exemplo os vestibulares do Curso de Licenciatura em Letras – Libras desde sua criação até o ano de 2019, em que os editais elaborados pela COPESE – UFT (Coordenação de Processos Seletivos) havia reservado o maior número de vagas para pessoas Surdas, ou seja, das 30 vagas ofertadas a cada certame, 18 eram destinadas para as pessoas Surdas e 12 para as pessoas ouvintes.

Essas ações em prol das pessoas com menor chance de ingresso na universidade, caso o certame fosse realizado sem a existência das políticas de ações afirmativas, mostra a efetividade posta em prática de acordo com os valores da UFT “para a promoção de sua missão, quando a mesma declara e promove os seguintes valores: Respeito à vida e à diversidade; Transparência; Comprometimento com a qualidade; Criatividade e inovação; Responsabilidade social; Equidade” (PPC, 2018, p. 19). E, para o acontecimento dessas ações, os dois valores elencados por esta instituição que, de fato, fazem concretizar tais realidades são: Respeito à vida e à diversidade e Responsabilidade social.

Nesse sentido, para o Curso de Letras – Libras da UFT, e para os candidatos Surdos, demonstra-se a necessidade de que, quanto mais professores Surdos forem colocados no mercado educacional, mais possibilidades de transformação dos alunos Surdos do ensino básico, ao ter contato com professores que não só falem a sua língua, mas, acima de tudo, sirvam de exemplo para alguém que tem a mesma especificidade, a surdez. Como demonstração das distribuições das vagas para o Letras – Libras de Porto Nacional/TO, segue a Figura 3 com o quantitativo de vagas no Curso de Letras – Libras da UFT e sua respectiva distribuição, levando em consideração a Lei n. 12.771/2012.

Figura 3 – Quantitativo de vagas no Curso de Letras – Libras

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO – COPESE
ALC NO 14, Av. NS 15, s/n, Palmas-TO | 77.000-000
(63) 3232-8545 | www.uft.edu.br | copese@uft.edu.br



EDITAL Nº 01/2019 – VESTIBULAR UFT LETRAS: LIBRAS 2020 / PROGRAD/COPESE
ANEXO I – DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

LICENCIATURA EM LETRAS: LIBRAS													
CAMPUS: Porto Nacional													
TURNO: Matutino													
ÁREA: Ciências Humanas e Letras													
CATEGORIA	CÓDIGO	TOTAL DE VAGAS	AÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS			SISTEMA DE RESERVA LEGAL DE VAGAS (LEI Nº 12.711/2012)							
			AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)	INDÍGENA (A1)	QUILOMBOLA (A2)	EP ≤ 1,5 SM				EP Independente de Renda			
						DEMAIS VAGAS (L1)	DEMAIS VAGAS - PCD (L9)	PPI (L2)	PPI/PCD (L10)	DEMAIS VAGAS (L3)	DEMAIS VAGAS - PCD (L13)	PPI (L4)	PPI - PCD (L14)
CANDIDATOS SURDOS*	LLS01	18	7	1	1	1	0	3	1	1	0	2	1
CANDIDATOS OUVINTES	LLO02	12	2	1	1	1	0	2	1	1	0	2	1
TOTAL		30	9	2	2	2	0	5	2	2	0	4	2

AC = Ampla Concorrência

SM = Salário Mínimo

EP = Escola Pública

PPI = Pretos, Pardos ou Indígenas

PCD = Pessoa com deficiência

*Art. 2º Para os fins deste Decreto (Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005), considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Fonte: UFT, 2020b.

Para realização desses processos seletivos, o aparato legislativo tem sido de suma importância. Papel esse que tem levado em consideração os aspectos linguísticos das pessoas Surdas, ou melhor, os editais de todos os vestibulares elaborados para selecionar alunos para o Curso de Letras – Libras da UFT tem respeitado essas características. Esse respeito que colocou o Curso como segundo curso de Licenciatura em Letras – Libras do Brasil com maior

número de alunos Surdos (online). Apesar desse contexto, a língua portuguesa ainda é um fator de incômodo para a maioria dos alunos Surdos. Uma das questões que justifica esse desconforto linguístico é a carência de escolas bilíngues no ensino básico, que poderiam sedimentar uma base mais sólida de conhecimento, tendo a Libras como o principal meio de aquisição de novos conhecimentos.

O Curso Licenciatura em Letras – Libras funciona em modalidade presencial no turno matutino. A proposta apresentada no curso para integralizar na habilitação de Licenciatura em Letras – Libras, contém 3.270h (três mil, duzentas e setenta horas), duração de no mínimo de oito (8) semestres e tempo máximo de 12 (doze) semestres para integralização completa dos créditos. Segue, pois, as diretrizes curriculares para a formação de professores do ensino fundamental II e ensino médio. Na próxima seção, serão descritos os documentos constantes do PPC, vigente de 2018, que são os eixos curriculares, matriz curricular e as ementas das disciplinas TCC I e TCC II. A apresentação das peculiaridades desses documentos correlaciona-se ao cenário da pesquisa.

2.3 Descrição dos documentos que regem os TCC I e TCC II

A ansiedade do ato de escrever trabalhos científicos, seja uma monografia, trabalho de conclusão de curso (TCC), uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado costuma ser um desafio para a maioria dos que se enveredam na busca de construir um desses trabalhos elencados. A dor para muitos é inevitável. Ou melhor, a arte de expor argumentos de cunho intelectual é prazeroso, porém não para todos. Faço essa relação com base no trabalho de Grossi (2004), intitulado “A dor da tese”. Embora a autora não faça uma relação com a escrita das pessoas Surdas, tento relativizar que as circunstâncias do período de construção do TCC, em que estão envolvidos orientador/orientando, nem sempre o contínuo dessa relação é harmônico.

No que concerne essa temática, vejo que nas situações que vivenciamos no período que perdurou a construção deste estudo era perceptível a angústia por parte de alguns acadêmicos Surdos, assim como das pessoas ouvintes. E fica um questionamento: esse sofrimento/angústia é necessário/a no período da escrita de trabalhos acadêmicos? Constatamos que para a maioria das pessoas Surdas esse momento da estruturação do TCC parece bem mais complexo. Isso por envolver dois contextos linguísticos em que a Libras poderia estar em primeiro plano para essas pessoas. Mas nem sempre é assim. Outro contexto

que poderia amenizar essa situação ou não é a relação orientador(a) e orientando(a). Para melhor explicar esse argumento, Grossi (2004, p. 222) nos ensina que

Um dos pressupostos teóricos que sustentam a minha visão da orientação é que se trata de uma relação de transferência (por parte do aluno) e de contratransferência (por parte do orientador). Ou seja, trata-se de uma relação na qual há muito mais coisas envolvidas, no plano emocional, do que "apenas" a orientação de um trabalho científico. A escolha do/a orientador/a, que muitas vezes é vista simplesmente como uma opção teórica ou temática, é na verdade uma escolha muito mais profunda do que o nosso discurso consciente sobre a orientação sugere. Evidentemente, é uma escolha mútua, mesmo que na maior parte dos casos pareça ser uma escolha apenas da/ a aluna/o.

No que concerne a orientação das pessoas Surdas, essas considerações, tendo como base as observações etnográficas, dentre as espécies de observações, a nota de campo é “um elemento crucial na construção do arquivo de pesquisa” (BLOMMAERT, 2010, p. 39). Dito isto, segue a percepção do acadêmico Tyson no período da construção de seu TCC:

Em uma manhã do dia 7 de novembro de 2019, após finalizar a aula do Professor Hygor, me aproximei do acadêmico Tyson para perguntar como estava a construção do seu TCC. O mesmo demonstrava tristeza por que não ter conseguido contato com o orientador e também porque já tinha tentado exprimir suas ideias em Libras para a intérprete de línguas de sinais Ana Maria digitar no computador, mesmo assim pra ele estava muito difícil (Diário de Campo, em 7 de novembro de 2019).

Ao observar o relato do aluno Tyson, foi possível perceber que, para nós ouvintes, mesmo em situações como a falta da visão, há possibilidade de acesso da sua primeira língua por meio da audição e essa é majoritária, e para algumas dessas pessoas, quando há oportunidade de acesso ao sistema de escrita em relevo, o Braile, estará acessando a escrita de sua língua materna. Nesse caso, e com muito cuidado para não fazer comparações entre o estado de surdez e cegueira, mas, simplesmente, no que concerne a aquisição da primeira língua, reflete-se sobre as barreiras enfrentadas por estes atores sociais. Isto é, quanto às barreiras linguísticas, para nós ouvintes são mais amenas, mas não quer dizer que estejamos isentos. Porém essa é apenas um fragmento da realidade, há barreiras de acesso em quase tudo para pessoas com cegueira, sem contar com a falta de empatia, que é a pior delas. Voltando as reflexões sobre os utentes da Libras, de acordo com as observações do excerto acima, nota-se o desconforto do acadêmico no momento de exprimir as ideias por meio da escrita em uma língua que não é a sua, o que era perceptível pela tristeza que ele transmitia em sua fala e expressões faciais. Imaginemos o quanto essa situação é complexa para uma pessoa Surda, mais precisamente os Surdos profundos, levando em consideração seu

contexto educacional básico, que, no caso brasileiro, temos pouquíssimas escolas bilíngues que tenham a Libras como L2. Agora com a recente inclusão da Libras na LDB, por meio da Lei n. 14.191 de 3 de agosto de 2021, é se esperar que essa realidade se transforme para melhor.

Desse modo, as disciplinas obrigatórias para conclusão de curso (TCC I e TCC II) formalizadas nos Projetos Pedagógicos de Curso, vigente de 2018, constituem os documentos do contexto desta pesquisa. Ao analisá-los, levamos em consideração as experiências dos alunos Surdos participantes desta pesquisa, uma vez que a escrita do TCC é delineada por nossas experiências ao longo da vida. E, para a maioria dos alunos o TCC, pode ser a sua primeira experiência com a escrita de um texto acadêmico. Dessa forma, o Curso objetiva a produção e a democratização de conhecimentos na área de ensino das Libras e concede Diploma de Licenciado em Letras – Libras, com habilitação para o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras como primeira e segunda língua (PPC, 2018, p. 13).

A fim de fazer convergir para formação de excelência profissional, a estrutura curricular apresenta-se flexível, contemplando disciplinas do eixo de formação geral, disciplinas do eixo de formação específica e interdisciplinar e disciplinas do eixo de formação docente (PPC, 2018, p. 13). O estágio supervisionado é um componente curricular e de atividades complementares, com possibilidade de ampliar conhecimentos e garantir a qualidade da formação profissional dos acadêmicos, tendo como objetivo geral “Formar docentes para atuar no ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras como primeira e segunda língua nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio”, e os objetivos específicos de:

Formar docentes capazes de desenvolver propostas metodológicas para o ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira e segunda língua, explorando as atuais tecnologias de comunicação; Formar docentes capazes de compreender e relacionar o processo de aquisição da linguagem com o ensino de primeira e segunda língua; Formar docentes capazes de analisar os aspectos linguísticos relacionados à Língua Brasileira de Sinais; Formar docentes capazes de produzir e divulgar conhecimentos nas áreas de língua, literatura e cultura em Língua Brasileira de Sinais, promovendo a capacitação do futuro docente enquanto profissional competente, crítico e participativo; Habilitar o discente a elaborar programas de ensino e material didático em Língua Brasileira de Sinais utilizando os avanços científico-tecnológicos e educacionais; Formar profissionais capazes de lidar com as linguagens nos contextos, oral sinalizado e escrito, e com a intercultural idade, adequados à realidade de seus futuros alunos; Habilitar o discente a examinar o desenvolvimento histórico e cultural da comunidade surda brasileira e da educação de surdos no Brasil [...] (UFT, 2018, p. 21).

O perfil do egresso preconizado pelo Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Libras delinea que o profissional precisa estar comprometido com o ensino crítico reflexivo sobre as questões de cidadania e, principalmente, nas relações sociais que se desencadeiam no exercício de inclusão e respeito às diversidades interculturais, considerando as variedades linguísticas. Outras características profissionais que os licenciados em Letras – Libras deverão apresentar são:

Postura ética e profissional; competência linguística em Libras, referente aos processos de recepção: compreensão (corp) oral e leitura (em escrita de sinais); e de produção: (corp) oralidade e escrita (de sinais); conhecimentos teórico e descritivo básicos dos componentes fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e sociolinguístico da Libras, compreendendo os fatos da língua em uso e conduzindo investigações de língua e de linguagem que possam ser aplicadas a problemas de ensino e de aprendizagem da Libras; conhecimento e respeito às diferentes variedades linguísticas da Libras, às distintas manifestações literárias e culturais dos surdos; domínio do uso da Libras enquanto objeto de seus estudos, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, envolvendo-se socialmente e assumindo posturas que contribuam para o reconhecimento das singularidades do ser surdo; competência teórica e prática sobre os processos que envolvem o ensino aprendizagem de Libras como primeira e segunda língua, de maneira crítica, reflexiva e criativa, frente às novas demandas de trabalho oriundas das dinâmicas sociais; conhecimento a respeito das demandas políticas, sociais, culturais, educacionais e de acessibilidade da comunidade surda brasileira, considerando também o contexto da Amazônia Legal e do Estado do Tocantins (PPC, 2018., p. 22).

Até aqui apresentamos as características do PPC do Curso de Letras – Libras, de maio de 2018, isto porque, o PPC do ano de 2014 foi revogado pelo PPC de ano de 2018, o qual ampliou a carga horária total do Curso de 2730 horas para 3270, sem prejuízo para os acadêmicos que ingressaram na vigência do PPC do ano de 2014. O novo PPC, ao tratar da migração para a estrutura atual, garante que: “os discentes dos períodos iniciais que migrarem para a nova estrutura curricular não serão prejudicados com a adesão à nova proposta, pois a coordenação do curso organizará a oferta das disciplinas de maneira que não haja prejuízo à formação do aluno” (UFT, 2018, p. 38). Isto posto, a matriz curricular do novo PPC é distribuída da seguinte forma: disciplinas de Libras, disciplinas do eixo formação geral, disciplinas do eixo formação específica e interdisciplinar, formação do eixo de formação docente, disciplina de estágios e disciplinas optativas divididas em eixos, conforme descreve o Projeto Pedagógico do Curso:

Conteúdos Curriculares: O Curso de Letras – Libras, modalidade presencial, será efetivado mediante o cumprimento de carga horária total de 3.270h (três mil, duzentas e setenta horas), observada a seguinte distribuição: 420h (quatrocentas e vinte horas) como conhecimentos gerais da área; 1) 1140h (mil cento e quarenta horas) como conhecimentos específicos e interdisciplinar da área; 2) 660h

(seiscentas e sessenta horas) como conhecimentos de formação docente; 3) 420h (quatrocentas e vinte horas) de prática como componente curricular; 4) 420h (quatrocentas e vinte horas) de estágio supervisionado; 5) 210h (duzentas e dez horas) como atividades acadêmico-científico-culturais. A estrutura curricular do Curso se organiza da seguinte maneira: I. *FORMAÇÃO GERAL (EIXO I)*: Neste eixo se articulam os conhecimentos fundamentais para os estudos linguísticos da Libras. *FORMAÇÃO ESPECÍFICA E INTERDISCIPLINAR (EIXO II)*: Conjunto de disciplinas que possibilitam a construção de conhecimento em relação à Libras e à literatura surda, referente aos processos de produção, compreensão, leitura e escrita, considerando a língua em uso, as diferentes formas de registro e o contexto sociocultural. Contribui também para o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes aos códigos, linguagens e outras manifestações. O Eixo de *Formação Específica e Interdisciplinar* apresenta também o rol compositor das disciplinas optativas cujo cumprimento mínimo de oito créditos visa a integralização da formação acadêmica. A fim de se manter a atualidade dos conteúdos programáticos e, havendo necessidade de adequações, o Colegiado do Curso poderá incluir outras disciplinas que contribuam para a excelência na formação acadêmica em Língua Brasileira de Sinais. Para o cumprimento da carga horária das disciplinas optativas, o discente poderá cursar disciplinas ofertadas em outros cursos. *FORMAÇÃO DOCENTE (EIXO III)* - Núcleo de disciplinas responsáveis pela construção do perfil para a docência bem como pelo desenvolvimento de competências e habilidades que garantam o desempenho profissional inerentes ao professor de Libras como primeira e segunda língua. A promoção de discussão de políticas, estratégias de planejamento do ensino e da avaliação, a organização dos sistemas de ensino e a preparação para inserção do acadêmico no contexto escolar consolidam este núcleo, preparando o futuro docente tanto para o desempenho de questões pedagógicas, como para as relações interpessoais (UFT, 2018, p. 25-26).

Demonstraram-se os eixos de formação do Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, em que se delineia a matriz curricular seguindo a mesma temática e ordem em conformidade com os anexos 1 e 2. O objetivo é situar o leitor quanto ao foco desta análise, que são as ementas das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Conforme explicitados nos anexos 3 e 4, as duas ementas delineiam a metodologia da construção do TCC, que converge com a temática deste estudo, principalmente na ementa TCC II, ao afirmar que a “elaboração de monografia ou artigo científico escrito em Língua Portuguesa ou filmado em Língua Brasileira de Sinais, baseado em projeto elaborado na disciplina de TCC I, relacionado com as linhas de pesquisa do Curso e considerando as exigências teórico-metodológicas do tema abordado (UFT, 2018, p. 76).

Enfatizamos que é possível a existência de outras possibilidades de apresentação de trabalho na conclusão do curso pelos alunos Surdos, principalmente quando a ementa da disciplina TCC I afirma que: “a elaboração de projeto de pesquisa em Língua Portuguesa escrita e/ou filmado em Libras de acordo com as linhas de pesquisa do Curso e considerando as exigências teórico-metodológicas do tema abordado” (UFT, 2018, p. 73). Dessa forma, existe a possibilidade de o projeto ser elaborado em Libras e filmado, contudo, ainda não temos um repositório em que se possa publicar o TCC em vídeos, e nem uma revista científica

que possibilite professores e acadêmicos publicarem seus trabalhos em vídeo. Porém, pelo tempo de existência do curso e o reconhecimento dos PPCs, tanto o de 2014 quanto o de 2018, das especificidades das pessoas, deve-se levar em consideração essas especificidades linguísticas viso-espaciais. Além de, assim, haver a democratização linguística, que deixaria os acadêmicos livres para apresentarem seus trabalhos de conclusão de curso (TCC) em Libras ou em língua portuguesa.

No próximo capítulo, seguiremos com a etnografia no espaço Surdo a UFT, campus de Porto Nacional/TO. Ao afirmar que é um espaço Surdo, isso se justifica porque a Libras nesse ambiente circula talvez mais do que em suas próprias residências. Isso porque a maioria dos Surdos são filhos de famílias ouvintes, e como a Libras é uma língua, a sua aquisição como L2 para os ouvintes nem sempre é uma tarefa fácil.

3 ETNOGRAFIA NO ESPAÇO SURDO DA UFT

Para contextualizarmos esta seção, etnografia no espaço surdo da UFT, relembra-se que as observações foram realizadas em dois momentos: no período de 4 de setembro de 2019 a 4 de dezembro de 2019, com dois alunos Surdos e um professor ouvinte, que era regente da disciplina estágio supervisionado como L2 do Curso de Letras – Libras da UFSC, campus de Florianópolis/SC, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas Humanas da UFT, em 2 de setembro de 2019, conforme o (APÊNDICE 1); e o segundo momento aconteceu no período de 4 de novembro a 8 de novembro de 2019, com os alunos e Professores Surdos do Curso de Letras – Libras, da UFT, Porto Nacional/TO.

As observações realizadas em primeiro momento ocorreram no Curso de Letras – Libras, da UFSC. Foi aplicado o questionário do (APÊNDICE 3), e tivemos que mudar a estratégia, vez que a aplicação desse questionário fluiu mais com o diário de campo. Assim, passei a utilizar os roteiros de entrevista de forma que as perguntas eram feitas em Libras e respondidas em Libras, pelos alunos Surdos de acordo com os roteiros de entrevista nos (APÊNDICES 4, 5 e 6).

Como já descrito, o curso escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi o Curso de Letras – Libras da UFT, Porto Nacional/TO. Não foi escolhida uma turma específica, e sim os alunos Surdos que estavam em processo de construção dos seus TCCs, uma vez que havia alunos de outros períodos nesse processo. Uma das características desses alunos é que nem todos eram residentes em Porto Nacional/TO, alguns eram moradores, por exemplo, Palmas/TO e outros municípios mais distantes, como Gurupi/TO, localizada ao sul do Estado, e de Araguaína/TO, localizada ao norte, e em outros estados, como Maranhão e Pará.

À vista do que foi exposto anteriormente, sobre a documentação norteadora para prosseguimento da pesquisa, além da documentação, mostraremos o espaço acadêmico por meio da quarta figura cartográfica. O objetivo desse mapa é para que possamos visualizar os principais espaços pedagógicos e administrativos do cotidiano dos alunos dos Cursos de Letras – Libras. O fato de mostrar a universidade em seus detalhes cartográficos se justifica por acreditarmos que a visualização e localização espacial e territorial reforça o objetivo geral, ou seja, mostrar recorte e descrever o recorte espacial do estudo, pois é um lugar democrático de construção do pensamento crítico.

Desse modo, “o lugar é um mundo de significado organizado” (TUAN, 1983, p. 198). E nesse mundo de significados para as pessoas, a “topofilia” das reminiscências do conhecimento faz-se com experiências positivas ou negativas e, neste último caso, seria para

o experienciado uma topofobia. Por outro lado, temos a percepção de que no lugar que circula a língua de grupo minorizados provavelmente há percepções topofóbicas. Isto se explica porque para as pessoas Surdas o contínuo do “(...) espaço multicultural se expressa como sucessão no mundo contemporâneo, para que os sujeitos sociais valorizem, expressem suas diferenças, suas culturas específicas, em busca da afirmação cultural” (SCHMITT, 2008, p. 111). E o artefato linguístico é primordial. No Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, podemos afirmar que são reforçadas as valorizações culturais dos Surdos que ali chegam, e um dos atributos para essa valorização ao nosso ver é a circulação da Libras, o que para alguns em outros ambientes é uma espécie de isolamento comunicativo.

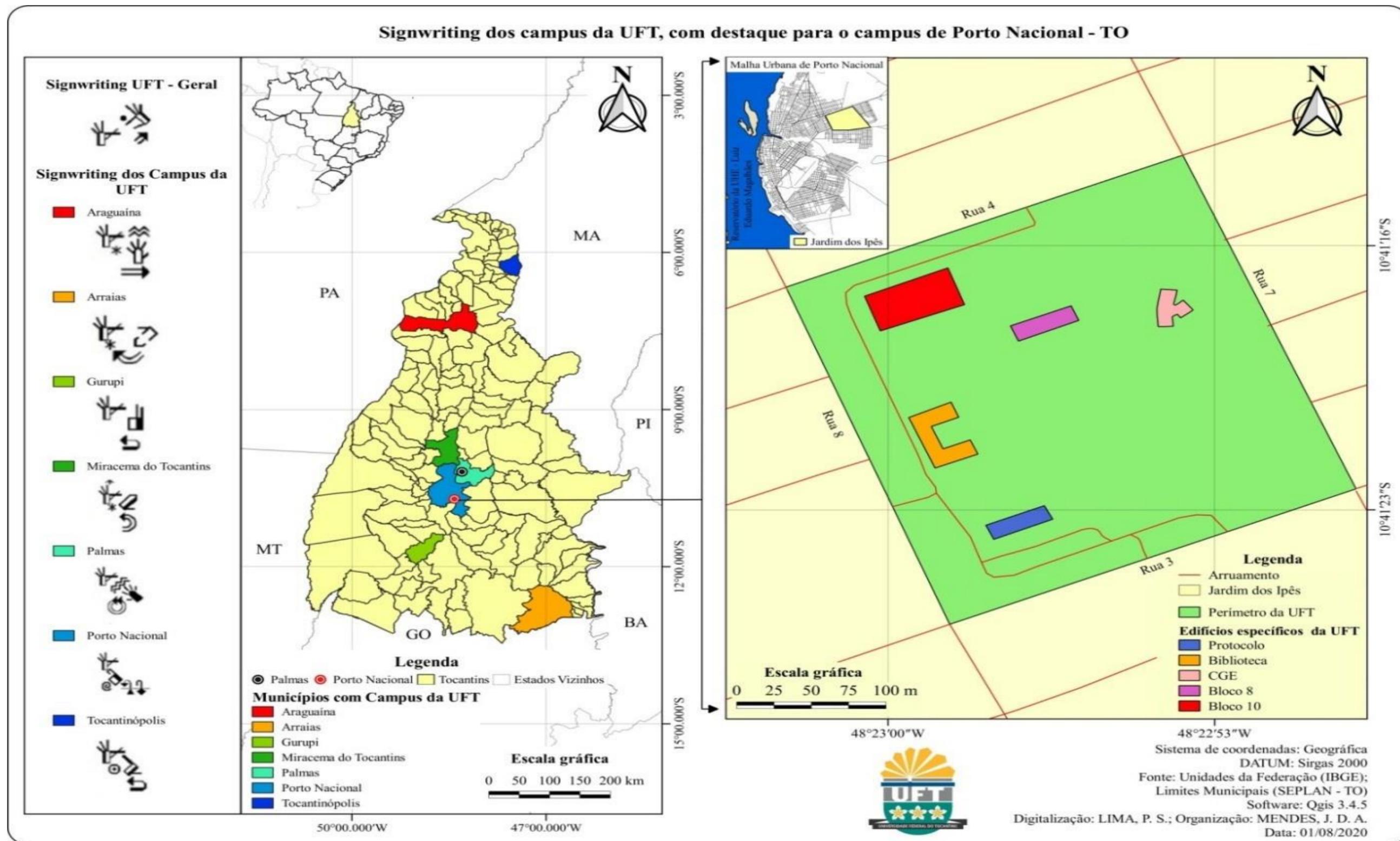
O Curso de Letras – Libras é um dos principais ambientes educacionais da Comunidade Surda do estado do Tocantins. Trazer essa informação para o contexto desta pesquisa nos auxiliará na melhor visualização das narrativas desenvolvidas pelos atores Surdos participantes de estudos. Com a figura cartográfica é possível visualizar no campus, os espaços destinados ao Letras – Libras e os lugares de convivência dos alunos desde a formalização da matrícula. O campus mantém o serviço de protocolo como função de encaminhar tratativas educacionais de matrículas fora do prazo e solicitação de declarações e diplomas, que neste período pandêmico foi desenvolvido e ampliado o atendimento por meio do sistema eletrônico ASTEN, objetivando atender todas as demandas de protocolo de forma *online*. A biblioteca funciona de forma integrada ao sistema de bibliotecas (SISBIB/UFT), e tem como sistema eletrônico de atendimento o Sistema de Informação para o Ensino – SIE campus de Porto Nacional/TO, conforme demonstrado na figura cartográfica 4. Nessa Figura se mostram de forma ilustrativa algumas divisões administrativas do campus, em que relataremos as que fazem parte do cotidiano dos alunos Surdos. Dentre as unidades administrativas, temos no campus o Centro de Gestão de Ensino funcionam as Coordenações de Cursos onde está alocada a Coordenação do Curso de Letras – Libras, o Laboratório de Informática para os alunos em geral, além da Divisão de Assistência Estudantil, onde atuam os profissionais das seguintes áreas: Pedagogia, Psicologia, Assistência Social e Assistente em administração.

Quanto à estrutura destinada para as atividades do curso, no Bloco VIII funcionam os laboratórios do Curso de Letras – Libras, dentre eles um laboratório de informática, um de áudio visual, um laboratório para gravação de corpos linguísticos em língua de sinais, sala dos intérpretes de língua de sinais e sala dos professores. No Bloco X funcionam as salas de aula no caso do Curso de Letras – Libras. Esse espaço é de suma importância para o Curso, mas nem sempre pode ser romantizado, uma vez que nem sempre o convívio ali é pacífico.

É um espaço em que circulam duas línguas, uma língua minoritária estigmatizada ao longo da história, e outra que desde a colonização do Brasil é a língua oficial, o que caracteriza uma convivência nem sempre harmoniosa.

A Figura Cartográfica 4 ilustra os lugares sociabilizados pelos alunos Surdos no campus de Porto Nacional de forma que cartograficamente se torna possível uma visualização de forma ampliada.

Figura 4 – Mapa dos câmpus da UFT e seu respectivo sinal em *SingWriting* com destaque ao campus de Porto Nacional

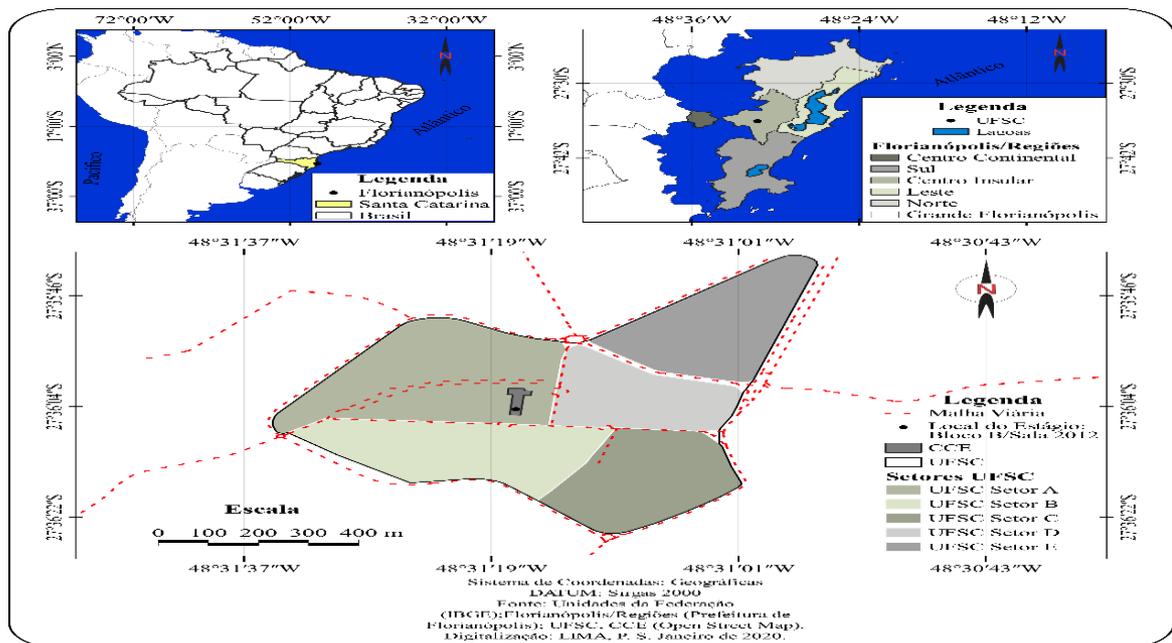


Fonte: Mapa digitalizado por Lima (2020) e organizado pelo autor (2020).

Dessa forma, com o objetivo de dar o mesmo tratamento em termos de localização geográfica das instituições que alicerçaram este estudo, mostraremos mais uma representação cartográfica da UFSC, no qual realizamos as primeiras observações etnográficas com o objetivo de analisar o processo de construção do relatório de estágio exigido como pré-requisito para conclusão do Curso de Letras – Libras em Licenciatura daquela instituição, onde é facultado ao acadêmico Surdo optar entre: relatório de estágio supervisionado ou trabalho de conclusão de curso (TCC). Busca-se neste estudo entender o porquê de estes acadêmicos optarem pelo relatório de estágio, disciplina que é ofertada no oitavo período, em vez do TCC.

As observações foram realizadas com dois acadêmicos surdos do oitavo período do Curso de Letras – Libras da Universidade Federal de Santa – UFSC, por meio de entrevistas, acompanhamento em sala de aula, anotações em formato diário de campo.

Figura 5 – Mapa do bloco CCE – UFSC – Florianópolis – SC



Fonte: Lima (2020).

Estar em um lugar e cartografá-lo, além de ser uma das artes mais antiga utilizada pela humanidade, é um tipo documental e registro de um dado lugar. Nesse caso, está sendo identificado apenas o local da pesquisa. As pessoas entrevistadas foram identificadas com pseudônimo por segurança a sua identidade, de acordo com o Termo de Consentimento livre e Esclarecido Assinado por eles. Reiteramos que as observações neste trabalho realizados na

UFSC foram o marco inicial para a utilização da perspectiva teórico metodológica etnográfica como um todo do estudo, que encontrou na etnografia e nas possibilidades bilínguas prática social e identificadora da cultura de um determinado grupo social, como as pessoas Surdas, caminhos para prática de ensino que diminuam as barreiras linguísticas impeditivas, algo que ainda é comum em nossa sociedade, principalmente nos locais onde no imaginário social não deveria haver tais barreiras.

Porém tais impedimentos existem e seus reflexos persistem ainda nesta contemporaneidade, e um dos mais marcantes, conforme aponta Sacks (2010, p. 117), é que “a supressão das línguas de sinais na década de 1880 teve um efeito danoso para os Surdos durante 75 anos, não apenas em sua educação e conquistas acadêmicas, mas também na imagem que tiveram de si mesmos e de toda a comunidade e cultura surda”. E o tempo transforma, mas não apaga o passado em que foi cerceado o principal artefato cultural das pessoas Surdas, a língua. Dessa forma, deve haver estruturação para uma realidade em que os aspectos educacionais se consolidem, tendo a linguagem como um fator preponderante na aquisição de conhecimentos, no qual o intérprete de línguas de sinais é o liame no ambiente educacional. Lacerda (2017, p. 7), em sua obra “Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e na educação básica”, destaca que

É pela linguagem e na linguagem que se pode construir conhecimento. É aquilo que é dito, comentado, pensado pelo indivíduo e pelo outro, nas diferentes situações, que faz com que conceitos seja generalizados gerando um processo de construção de conceitos que vai interferir contundentemente, nas novas experiências que cada indivíduo venha a ter.

Como a realidade das escolas do ensino básico possuem um déficit de intérprete de línguas de sinais, ainda vamos percorrer um tempo que não dá para mensurar até equacionar esse problema social. Alguns podem inferir que as dificuldades educacionais são ruins não só para a pessoas Surdas. Conquanto, as pessoas ouvintes, por mais que enfrentem tais dificuldades na aquisição de conhecimentos, são favorecidos pela sua língua materna, além da hegemonia da circulação dos conhecimentos em suportes que há uma maior acessibilidade.

Neste capítulo, o objetivo é buscamos destacar e identificar as percepções dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, e dos alunos do Curso de Letras – Libras da UFSC, campus de Florianópolis – SC. Para tanto, tem-se como consubstanciar os aspectos das políticas linguísticas, conforme destaca Rajagopalan (2010), porque para a efetividade de tais políticas é necessária a intervenção estatal. Como

pressuposto interdisciplinar, a Linguística Aplicada indisciplinar traz a defesa da diversidade linguística, ou seja, que as línguas minoritárias possam ser reconhecidas e aceitas no convívio social (MOITA LOPES, 2013). Algo que pode ser possível a partir de uma maior dinamicidade disciplinar, que ainda é tida como estática (PENNYCOOK, 2006). Dessa forma, este estudo tem como perspectiva metodológica a etnografia, embora uma parte das observações em sala de aula foram impedidas pela pandemia.

Os pressupostos teóricos metodológicos foram especialmente os estudos de Erickson (1985; 2004), Blommaert (2010), Hymes (1986; 2004) e Lucena (2012). Nesse contexto, apresentaremos a investigação composta por 11 participantes, docentes e discentes, no qual tentaremos mostrar a realidade dos alunos Surdos no que concerne à construção e apresentação do TCC, uma vez que suas características linguísticas diferem da padronizada língua portuguesa. Assim, mostraremos o ambiente de circulação da Libras na UFT, o que justifica a permanência das pessoas Surdas no local, mesmo fora do horário de aula. Apresentaremos ainda os caminhos metodológicos seguidos neste estudo, que se caracteriza como qualitativo que, conforme Tomaselli (2020, p. 27), “a pesquisa é caracterizada como qualitativa, pois, tão importante quanto os procedimentos de geração de dados, ela preocupa-se em observar uma situação em seu espaço autêntico, com um enfoque interpretativo, procurando entender as ações dos participantes a partir de seus pontos de vista.

Nesse contexto qualitativo do estudo, o espaço representado pela Figura 6 retrata o principal ambiente acadêmico à época, isso porque, posteriormente, as salas de aula foram alocadas no Bloco X. Três alunos(as) Surdos(as) que aparecem nessa imagem, autorizada pelos integrantes, são da primeira turma de 2015/1, e um da turma de 2018/1.

Figura 6 – Acadêmicos Surdos em conversação



Fonte: foto do autor (2018).

Em contextos de circulação da Libras, esse é o espaço da UFT, em que as barreiras linguísticas são amenizadas. Nesse “lugar” há os encontros dos Surdos com seus pares, que compartilham a mesma língua, e os ouvintes, reforçando esse contexto intercultural. Porém, quando essas pessoas Surdas perpassam o ambiente universitário, a realidade se transforma. Isto porque, no cumprimento de suas necessidades cotidianas, como ir ao supermercado, à farmácia, ou ao posto de saúde pública, ainda é raro encontrar alguém que exprima suas ideias em Libras, motivo pelo qual a comunicação fica cerceada. Um dos principais espaços do Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO – a imagem acima apresenta o ambiente intercultural, em que há uma interação entre três pessoas Surdas e a observação de uma pessoa ouvinte. Esse “lugar” é o Bloco VIII do campus de Porto Nacional, em que antes do início da pandemia era comum presença dos Surdos e ouvintes.

Por conseguinte, apresento o procedimento metodológico que ensejou a realização desta pesquisa. Exponho as características da perspectiva teórico metodológica etnográfica e os aspectos da Linguística Aplicada, além dos motivos por que optei por esses pressupostos para o “norte” do estudo. Trato os procedimentos do trabalho de campo, que parte ficou impossibilitado por causa da pandemia. Dessa forma, a geração de dados foi realizada de forma presencial e remota. As observações participativas aconteceram antes do período pandêmico no segundo semestre do ano de 2019; a partir de março de 2020, a continuidade da geração de dados aconteceu via plataformas de chamadas de vídeos, como a *Google Meet*. Para tratar dos procedimentos metodológicos, demarcamos o campo da etnografia. Passamos a refletir a definição de etnografia de acordo com Erickson (2004, p. 4), para quem

Inicialmente uma definição de etnografia e uma breve visão geral de sua origem são apresentadas. Segue-se uma discussão de quatro características essenciais da etnografia: (1) Seu foco particular nas especificidades da performance naturalmente ocorrentes na fala; (2) Seu foco geral nas entidades sociais e culturais, consideradas e descritas como sistemas inteiros em comparação com outros sistemas em outras sociedades; (3) Seu foco no significado social da fala em adição aos seus significados referenciais; (4) seu foco nos significados da ação social que ocorre naturalmente do ponto de vista dos atores nela engajados.

Isso se deve ao contexto científico de não deixar que uma área de conhecimento ganhe *status* conceitual finalizado, o que tiraria a motivação para o constante ser científico da disciplina acadêmica. Dell Hymes (1996, p. 4), antropólogo, linguista e etnógrafo educacional estadunidense, em sua obra “Etnografia, Linguística, Narrativa e Desigualdade”, afirma que “os antropólogos não têm uma concepção unificada de etnografia”. Por outro lado, seria mais prudente afirmar o que a etnografia decodifica. Conforme explicações de

James Clifford (2016, p. 33), “a etnografia decodifica e recodifica, revelando as bases da ordem coletiva e da diversidade, da inclusão e da exclusão, ela descreve processos de inovação e de estruturação e faz parte, ela mesma, desses processos”.

A diversidade social nos remonta à questão identitária. No momento da entrada em campo, o etnógrafo precisa levar em consideração que, ao pesquisar grupos minoritários, dificilmente haverá contato sem tensões. A entrada em campo, o estar com o outro, a convivência com os atores sociais não se dá sem tensões.

Levou tempo para os pesquisadores atuais chegarem ao reconhecimento que de fato as pesquisas interpretativistas realizadas com uso de diário de campo e outros elementos observacionais é uma pesquisa etnográfica. Lucena (2015), em sua obra “Práticas de linguagem na realidade da sala de aula: contribuições da pesquisa de cunho etnográfico em Linguística Aplicada”, usa o termo “pesquisa de cunho etnográfico” para se referir às pesquisas observacionais com a participação do pesquisador e dos participantes. A autora afirma que “a adesão da práxis etnográfica no entendimento de problemas da linguagem acrescenta um olhar culturalmente sensível, exigindo tanto de nós, pesquisadores, como dos participantes, reflexões críticas sobre a própria vida” (LUCENA, 2015, p. 79).

Por outro lado, a etnografia tem sido utilizada como metodologia observacional além da antropologia, no qual tem as suas raízes. Os temas educacionais, suas origens se relacionam com a etnologia e a antropologia. Os primeiros relatos etnográficos constam no final de século XIX e, segundo Guerola (2017), já havia os primeiros etnógrafos situados no XIV. As práticas etnográficas, então são antigas, embora tenha sido falado anteriormente nesta pesquisa que é uma prática recente, mas no contexto educacional. No contexto antropológico, fica o questionamento cunhado por Guerola (2017, p. 55) ao escrever que “foi apenas após a II Guerra Mundial que, ao mesmo tempo em que se assumia a rápida desaparecimento desse mundo *primitivo* que era objeto da Etnografia, começou-se a questionar se de fato esse mundo tinha realmente existido fora das construções dos antropólogos”.

Ao optar pela perspectiva etnográfica, levamos em consideração as possibilidades de reflexões sobre práticas locais, uma vez que a etnografia traz possibilidade de lidar com acontecimento performático, ou seja, em tempo real, em que a análise qualitativa de estudos sociais é o seu foco. Tendo a etnografia como sua aliada, a LA e a etnologia têm a finalidade de estudar os documentos originados da etnografia. Hymes (1996, p. 17) diz que “ouve-se muito sobre etnografia na educação hoje, mas, não sobre etnologia. O uso do termo etnologia é para chamar a atenção para questões que o uso da etnografia por si só pode deixar obscuro”. Dessa forma, será possível retirar essa obscuridade, isto porque, além das observações e

demais praxes etnográficas, foram realizadas análises documentais necessárias para o contexto desta pesquisa.

À guisa de reafirmação de pesquisas de cunho etnográficos em contextos contemporâneos e o uso crescente da etnografia em pesquisas no âmbito educacional, uma das formas de abordagem qualitativa, têm a sua utilização crescente, conforme Esteban (2010, p. 163), o qual descreve que

Atualmente, os métodos etnográficos estão se desenvolvendo profusamente no âmbito da educação com uma clara finalidade: compreender “de dentro” os fenômenos educacionais. Pretende-se explicar a realidade com base na percepção, atribuição de significado e opinião dos “atores”, das pessoas que nela participam. A etnografia Educacional contribui para a descoberta da complexidade dos fenômenos educacionais e possibilita às pessoas responsáveis pela política educacional e aos profissionais da educação um conhecimento real e profundo dos mesmos, orientando a introdução de reformas e inovações, assim como a tomada de decisão.

As orientações dessa epistemologia teórico-metodológica significam as possibilidades de repensar as práticas de linguagem em circunstância local, isto é, interpretar a vida social *in loco*, de forma que as especificidades possam serem visualizadas e compreendidas. Descrever a metodologia que delineará os caminhos do estudo é complexo porque vivenciamos cotidianamente as divisões epistemológicas e, sobretudo, metodológicas. Nos estudos das ciências sociais, comumente encontrarmos autores que defendem em suas teorias ideias de melhorias coletivas e acreditam no fim ou na amenização das segregações de gênero, raça e classes sociais.

Os estudos interdisciplinares em Linguística Aplicada (LA) têm como pressupostos outras epistemologias com características transdisciplinares que enfatizem a viabilidade de equidade social, uma vez que as possibilidades de igualdade já não viabilizam que os sujeitos que passaram pelo processo de inclusão tenham as mesmas oportunidades. Destarte, ao evidenciar um não rigor das demais teorias linguísticas, não estamos negando seus benefícios, entretanto estamos partindo pelo viés da linguística crítica que, conforme salienta Rajagopalan (2007, p. 18), “é herdeira de todas essas tendências na história da filosofia dos séculos passados. A LA nasceu a partir da conscientização de que trabalhar com a linguagem é necessariamente intervir na realidade social da qual ela faz parte”. O autor discorre também que as teorias linguísticas praticamente obrigavam os pesquisadores a ficarem neutros diante do objeto da pesquisa. Segundo ele, “o fato é que nem mesmo pesquisadores das exatas acreditam em sua total isenção das suas atividades enquanto pesquisadores” (RAJAGOPALAN, 2007, p. 16). Embora percebamos a dificuldade da neutralidade do

pesquisador ao considerar que, segundo Mészáros (2004, p. 65), “a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social (...)”. Dessa forma, afirmamos que a consciência ética nas pesquisas é imprescindível, contudo, a neutralidade incondicional do pesquisador seria negar um atributo ideológico que é nato do ser humano. Assim, nos resguardamos nas análises com base em questões práticas do cotidiano do grupo pesquisado, enfatizando questões específicas subsidiadas com a teoria. Sobre isso, Cavalcante e Silva (1986, p. 6) indicam que

O percurso de pesquisa em LA tem seu início na detecção de uma questão específica de uso da linguagem, passa para a busca de subsídios teóricos em áreas de investigação relevantes as questões em estudo, continua com a análise da questão prática e completa o ciclo com sugestões de encaminhamento.

As questões práticas têm uma importância na possibilidade de oportunizar o desenvolvimento de cidadãos críticos, uma vez que estamos vivenciando uma tentativa de apagamento das ideologias, quando estas se mostram subversivas a segregações sociais. A questão específica visualizada para busca de subsídios teóricos que objetiva tal investigação, conforme já relatada em momentos anteriores, são as questões de ensino para os Surdos com a intenção de contribuir no entendimento das especificidades das pessoas utentes da língua de sinais no momento de elaboração do TCC.

Ao evidenciar as questões críticas, em nenhum momento estamos apontando ou fazendo acreditar que essas pessoas estão sendo prejudicadas de forma proposital. Todavia, vivemos em um mundo em que as barreiras impeditivas de direitos são históricas, e hoje, no final de 2021, já temos algumas instituições que têm em seus objetivos a formação educacional e a finalidade de equacionar constantes transformações, oportunizando meios para a melhoria da vida educacional de forma crítica, e não acreditar que o único direito é um pensamento linear, padronizado. Pennycook (1998, p. 39), ao descrever os processos de pensamento acadêmico ocidental na pós-modernidade, explica o porquê do uso da palavra crítica:

O uso da palavra “crítica” não pretende se referir a uma concepção de criticismo somente em termos de argumentos contra o cânone do pensamento reconhecido; ao invés disso, a palavra “crítica” é usada com a intenção de incluir uma concepção de crítica transformadora. Isto significa dizer que nós, na qualidade de intelectuais e professores, precisamos assumir posturas morais e críticas a fim de tentar melhorar e mudar um mundo estruturado na desigualdade.

Com esse viés, buscamos verificar as peculiaridades por meio da etnografia como perspectiva teórico-metodológica observacional e participativa. Embora já explicado anteriormente, por motivo da pandemia causada pela COVID-19, não foi possível realizar um período observacional e participativo mais prolongado com a finalidade de visualizar acontecimentos em sala de aula, apesar de que os fenômenos visualizados no “aqui e agora” possibilitam a utilização da diacronia dos processos educacionais como forma de justificar a sincronia dos acontecimentos em tempo real.

Além de toda preparação do trabalho de campo que foram realizados, houve também a necessidade de observar os da etnografia. Cançado (1996, p. 56) explicita que a etnografia é guiada por dois princípios básicos: “princípio êmico” e o “princípio holístico”. O princípio êmico nos adverte a nos abstermos de todas as ideias preconcebidas, e o princípio holístico preconiza que temos de ter uma visão global da sala de aula, ou seja, ficar atentos para todos os acontecimentos do momento, em que estivermos em observação. A autora também conceitua a etnografia nos seguintes termos: “a etnografia é literalmente a descrição de culturas ou grupos de pessoas que são percebidas como portadoras de certo grau de unidade cultural. É um método muito utilizado em antropologia e enquadra-se dentro um paradigma qualitativo interpretativista” (CANÇADO, 1996, p. 56). A abordagem etnográfica de caráter qualitativa interpretativa tem como pressuposto básico o levantamento de dados por meio da observação participativa, ancorada nos estudos antropológicos.

Outras ciências aos poucos se apropriaram desse método. A pesquisa que tem como objeto instituições educacionais, seja de educação básica ou superior, encontra na etnografia a possibilidade do desenvolvimento de estudos críticos que dão visibilidades às camadas sociais mais baixas. Com a junção desses métodos pela maior visibilidade dos fenômenos de forma simultânea, “na organização social é que os sistemas sociais formais e informais operam concomitantemente, ou seja, as pessoas na vida cotidiana agem juntas em termos de definições oficiais e não oficiais de status e papel” (ERICKSON, 1985, p. 128). Erickson (1985) também pondera que essa ação dual dos atores sociais é imprescindível na ação e não no seu comportamento. Os estudos qualitativos etnográficos são de relevância epistemológica, no entanto a realização desse tipo de pesquisa requer do pesquisador muita paciência e resistência, além da presença constante no espaço em que atua o grupo social.

Podemos citar um exemplo de trabalho etnográfico que demandou do pesquisador todos esses fatores: “Os cadernos do Cárcere”, de Antônio Gramsci (2014, p. 63) que foram escritos por ele no período em que ficou encarcerado por motivos políticos de 1926 a 1934. Neste período Gramsci “buscou continuamente as narrativas que as pessoas usam para dar

sentido à realidade que enfrentam, em particular às narrativas dos grupos subordinados e oprimidos – os quais chamou de subalternos (GREHAN, 2018, p. 132). Mas, para se ter dados coerentes do grupo pesquisado, o pesquisador precisa se ater a alguns cuidados para não cair em erros de ideias preconcebidas, uma vez que a etnografia não trabalha com hipóteses.

Citamos um exemplo de trabalho etnográfico de repercussão negativa ao grupo pesquisado: Yanomamö¹²: *the fierce people* (Yanomami: o povo feroz), realizado em 1968, por Napoleon Chagnon. Chagnon foi antropólogo, pesquisador etnográfico, professor da Universidade do Missouri – Columbia, oeste do Mississippi, EUA. Como enfatizam Taddei e Gamboggi (2011, p. 18), “esta pesquisa etnográfica causou sérios problemas de ordem estereotipada ao Povo Yanomami”. Além da repercussão midiática negativa no Brasil e nos EUA, posteriormente ficou comprovado que o próprio Chagnon tinha interesse em realizar exploração de ouro nas terras Yanomami (TADDEI; GAMBOGGI, 2011) (RAMOS, 2004). Esse relato nos mostra o quanto é perigoso o pesquisador etnográfico se enveredar por caminhos cujos interesses possam causar prejuízo ao grupo pesquisado. Há relação de poder imbuída com a relação de confiança, em se tratando de grupos minoritários, que na maioria das vezes não são amparados pelo Estado no que há de essencial, tais como educação, saúde e justiça. Esta última, no caso, poderia tentar reparar os danos, principalmente a imagem do Povo Yanomami. Por isso,

[...] é preciso mencionar a questão das dimensões éticas da escrita etnográfica em geral, o pesquisador acadêmico goza de um grau de prestígio, visibilidade e autoridade intelectual socialmente reconhecida que os membros da comunidade não têm, nem são, muitas vezes, capazes de compreender de antemão. A sua descrição de um grupo ou prática social (ainda que bem-intencionada) pode ter efeitos deletérios seríssimos para os interlocutores locais (TADDEI; GAMBOGGI, 2011, p. 18).

Assim sendo, há de se ter a constante análise das anotações dos dados de forma que não nos deixemos levar pela ansiedade do ato de escrever. Evita-se, assim, incorrer em descrições errôneas com efeito, sobretudo pelo desejo de realizar um volume textual de forma rápida e, com isso, revelar acontecimentos inexistentes ou fantasiosos. Esse fato ocorrido com os Yanomamis por meio dos estudos etnográficos de Napoleon Chagnon encontrara-se carregado de incursões depreciativas, tais como afirmações de que os Yanomamis eram grupos violentos e que havia prática incestuosa, o que levou o governo militar na época a

12 O termo Yanomamö refere-se ao subgrupo Yanomami estudado por Chagnon que, no entanto, o toma para se referir à família linguística Yanomami como um todo (RAMOS, 2004, p. 3).

tomar uma série de medidas para evitar tais práticas. Uma das ações do governo foi a de querer dividir as terras desses povos originários em 21 módulos, o que causou prejuízos irreparáveis ao grupo pesquisado (TADDEI; GAMBOGGI, 2011). Esse é um dos cuidados que o pesquisador precisa ter para não se envolver em questões que coloquem em dúvida os dados levantados *in loco*. Uma dessas incursões desagradáveis à imagem do Povo Yanomami traz as seguintes descrições:

Descrevendo a violência dos Yanomami, agora no registro explícito de sociobiologia, Chagnon valeu-se de quadros estatísticos para dar legitimidade à sua interpretação segundo a qual mais de 40% dos homens adultos Yanomami são matadores e, por terem matado e provado sua bravura, fazem-se atraentes às mulheres e assim semeiam seus genes com mais eficácia do que os pusilânimes da tribo (RAMOS, 2004, p. 4).

Esta amostra nos direciona para a responsabilidade ética e moral do etnógrafo para com o grupo pesquisado. As observações precisam ser cuidadosas, mas, sobretudo, é preciso entender que o trabalho de campo tem as suas nuances que nem sempre é o esperado pelo pesquisador. Blommaert e Dong (2010) em uma de suas obras, *Ethnographic fieldwork: A beginner's guide* (Trabalho de campo etnográfico: Guia para iniciantes), enfatizam que o trabalho de campo etnográfico precisa ser bem planejado, porque é inevitável que o pesquisador vai precisar lidar, em um momento ou outro, com o caos. Conforme destaca os autores,

Uma vez que a maioria de nós é apenas humano, o trabalho de campo é muitas vezes um período de profunda frustração, decepção e confusão, às vezes até de lágrimas amargas. A principal frustração é devido a percepção e experiência generalizadas de que o trabalho de campo é caótico. Pode conter longos períodos em que nada parece acontecer e, de repente, todos os tipos de coisas ocorrem rapidamente e aparentemente sem estrutura ou padrões, certamente não com a estrutura clara e padrões que alguém pegou na literatura. (Nesses momentos de aceleração, você descobre que você esqueceu o gravador, é claro). As pessoas se contradizem, e apenas quando você acha que encontrou a chave de tudo, tudo muda novamente. O plano deve ser revisado repetidamente, pois certos procedimentos administrativos demoram uma eternidade e alguns de seus informantes-chave estão de licença ou têm coisas melhores para fazer. Acima de tudo, o tópico que você esboçou tão bem em sua proposta de pesquisa acabou sendo muito diferente de o que você esperava, ou ser mais de um tópico e um conjunto de coisas que precisam ser investigados passo a passo de maneiras que você não havia previsto. (BLOMMAERT; DONG, 2010, p. 25, tradução do autor)¹³.

¹³ *Since most of us are only human, fieldwork is often a period of deep frustration, disappointment and confusion, sometimes even of bitter tears. The main frustration is due to the widespread perception and experience that fieldwork is chaotic. It can contain long periods in which nothing seems to happen, and then suddenly all sorts of things co-occur rapidly and seemingly without structure or patterns, certainly not with the clear structure and patterns one had picked up from the literature. (At these moments of acceleration, you discover that you forgot your tape recorder of course). People contradict each other, and just when you think*

Em razão de situações dinâmicas e inesperadas em pesquisas etnográficas, é de suma importância que o pesquisador esteja mais bem preparado para acontecimentos que não estava na programação anteriormente planejada. Nesta pesquisa, após o período de observação em que os dados surgiam, era possível perceber o desconforto de alguns dos participantes à medida que a orientação para a construção do TCC fluía. As performances eram observadas principalmente por meio da expressão facial, conforme será demonstrado posteriormente por desenhos/fotografias desenhadas por um aluno Surdo sobre os momentos de desconforto dos alunos Surdos na construção do TCC, sobretudo, quando ele tem de lidar com a língua portuguesa em vez da Libras. Veja-se um registro de diário de campo:

As experiências nem sempre são positivas na entrada em campo. No quinto dia de observação participativa tentei aplicar o questionário que consta no apêndice 3 desta pesquisa, reconheço que naquele momento faltou um pouco mais de experiência de minha parte como pesquisador. Uma vez que, este estudo tem como foco visualizar outros vieses da construção do TCC, pelos alunos Surdos, principalmente em relação ao respeito as suas especificidades linguísticas. Eu jamais poderia tentar aplicar um questionário em língua portuguesa para os alunos Surdos responderem. Não que eles não consigam, contudo, a primeira abordagem que ter sido em Libras. Ao perceber o desconforto dos alunos em relação ao questionário passei a fazer as perguntas em Libras. Dessa forma a receptividade foi maior (Diário de campo, em 8 de novembro de 2019).

Essas nuances no contexto das pesquisas realizadas por muitos ouvintes sobre as peculiaridades da cultura e da educação de Surdos nos leva em muitas situações a cometer gafes como essa, no entanto o mais importante é o aprendizado constante. Muitos de nós ouvintes nos enveredamos a pesquisar sobre a surdez sem dominar de forma satisfatória as especificidades das pessoas surdas. Sobre isso, Lane (1992, p. 45) afirma que, “confrontados com as únicas linguagens, culturas e histórias sobre as comunidades surdas, muitas vezes os profissionais ouvintes veem apenas ouvidos paralisados e um desesperado desejo de seus serviços”. Dessa forma, apesar de ser comum criticar outrem, a autocrítica é de fundamental importância. Faço essa observação extraindo anotações do diário de campo posta acima com a finalidade de descrever que, por mais que estejamos envolvidos no discurso que tenta dar representatividade aos grupos minoritários, não estamos isentos de cometer situações contrárias a essas finalidades. Uma vez reconhecendo nossas lacunas, tornam-se mais

you found the key to the whole thing, the whole thing changes again. The plan has to be revised over and over again, as certain administrative procedures take Forever and some of your key informants are on leave or have better things to do. Above all, the topic you had so nicely sketched in your research proposal turns out to be either very different than what you expected, or to be more than one topic and a cluster of things that need to be investigated step by step in ways you had not anticipated.

visíveis as possibilidades de seu preenchimento. Somos reflexos de uma Educação de Surdos ainda com muitos espaços de conhecimento não preenchidos.

Neste sentido, Hymes (1996, p. 8) afirma que “(...) mesmo que alguém possa morar perto, falar a mesma língua e ter a mesma origem étnica, uma diferença na experiência pode levar a um mau entendimento dos significados, dos termos e do mundo de outra comunidade”. Acreditamos que esse mal-entendido nas primeiras respostas significou essas diferenças. A partir daí deixamos de lado os formulários de entrevista e passamos a utilizar o diário de campo, visto que houve um maior entrosamento não só com aqueles que iríamos entrevistar, mas com todos da sala de aula. Passaram, então, a se expressar por meio da Língua de Sinais – Libras, em que se sentiram mais à vontade. Nesse momento, visualizamos mais especificidades dos alunos Surdos no momento em estavam recebendo orientações para construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Após ter discorrido sobre as peculiaridades da perspectiva teórico-metodológica escolhida para realização desta pesquisa, acreditamos que não nos faz fugir das observações menos holísticas, e a abordagem a grupos linguísticos minoritários requer olhares desarmados de resultados preconcebidos. Diremos que o motivo da preferência por essa perspectiva se originou por acreditar que possa corroborar nas investigações sobre a compreensão sobre a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelos acadêmicos Surdos.

Os estudos em línguas de sinais são recentes. Como nos informa Quadros (2013, p. 15), “até a década de 60, o próprio estatuto linguístico das línguas de sinais (...) era questionado, colocando obstáculos tanto para o desenvolvimento da linguística como ciência, quanto para o desenvolvimento social e educacional das pessoas surdas”. Por conseguinte, os estudos desenvolvidos, tanto na área da surdez quanto na LA e etnografia, são também recentes em relação a outras áreas de investigações científicas tidas como centenárias ou milenares. Cavalcante e Silva (1986, p. 5) afirmam que “a Linguística Aplicada, uma área de investigação que ainda não completou cinquenta anos¹⁴, foi vista por muito tempo como uma tentativa de aplicação da Linguística (Teórica) a prática de ensino de línguas”. Nesse contexto de recenticidades dessas áreas das ciências, os primeiros estudos envolvendo pessoas surdas também são recentes e tiveram início mais ou menos em 1970 (FERREIRA, 2010) (LANE, 1992). Quanto às pesquisas etnográficas em educação, Erickson (1985) afirma

¹⁴ Ressalta-se que essa informação foi dada há 36 anos.

que estudos sobre essa temática surgiram em 1960, em Nova Zelândia, e em 1970, nos Estados Unidos.

Assim, também recente, é o próprio Curso de Letras – Libras, UFT, campus de Porto Nacional/TO, que “iniciou suas atividades de ensino pesquisa e extensão no primeiro semestre de 2015” (UFT, 2014, p. 15). Em conformidade com o contexto do curso recém-criado, no qual propomos realizar este estudo, é oportuno pesquisar e tentar visualizar outros caminhos possíveis sem desconsiderar a importância de cada ação já realizada por todos envolvidos, ao passo que, a vida científica está sempre em movimento. Confiamos que a preferência pela etnografia é coerente, pois, com análises e detalhamento dos diários de campo, será possível perceber mais sobre a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelos acadêmicos Surdos. Com essa perspectiva teórico metodológica, é possível análise e verificação de como as discussões sobre TCC I e TCC II vêm acontecendo e como são compreendidas na formação dos futuros professores de Língua Brasileira de Sinais, a Libras.

Semelhantes a esse debate, embora com objetos diferentes, mas servindo como embasamentos para o desenvolvimento teórico desta pesquisa, podemos listar os estudos de Cunha Junior (2015), Quadros (1997), Rajagoplan (2003; 2010), Silva (2020) e Tomaselli (2020). Esses autores nos consubstanciaram no estudo em tela, além de propiciar a imersão de algumas reflexões. Utilizamos também outros autores citados anteriormente acerca da elaboração do TCC I e TCC II pelos alunos Surdos, levando em consideração suas especificidades linguísticas. Na próxima seção, descrevemos o processo de geração de dados com o escopo de responder a pergunta desta pesquisa transcrita anteriormente da seguinte forma: “O Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Libras, da UFT, campus de Porto Nacional/TO contempla a livre escolha dos alunos surdos em relação ao uso de Libras ou de português escrito na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”?. Buscamos mostrar o que os acadêmicos Surdos participantes deste estudo acreditam em relação a outras possibilidades de construção, apresentação e publicação de seus TCCs. Destacamos que a análise de cada ponto de vista poderá haver outras formas de visualização da temática. Isso porque o olhar do pesquisador nem sempre reverbera os seus desejos, muitas vezes influenciado pelo anseio de chegar às respostas do que busca na realização da pesquisa.

3.1 Geração de dados

Como já havia convivência entre o pesquisador e o grupo de alunos Surdos do Curso de Letras – Libras, da UFT, do Campus de Porto Nacional/TO, local da pesquisa, era de se pensar que a entrada para o trabalho de campo seria tranquila. No entanto, a primeira situação que eu percebi foi que os alunos ouvintes ficaram enciumados quando expliquei o tema da pesquisa: possibilidades de apresentação de trabalho na conclusão do curso pelos alunos Surdos: Libras enquanto língua de registro e circulação do conhecimento produzido no TCC. Nesse período, existia um conflito “linguístico”, porque alguns alunos Surdos exigiam que os alunos ouvintes apresentassem o seu TCC em Libras, e muitos alunos ouvintes não concordavam com essa exigência e diziam que a legislação brasileira não os obrigava a tal e, por isso, diziam que iriam apresentar em língua portuguesa. Dessa forma, a entrada em campo, apesar de algumas adversidades, mas com apoio de professores Surdos, possibilitou a geração de dados que permitiu o desenvolvimento desta pesquisa. Entretanto é possível perceber que o aprendizado de uma língua requer muita dedicação e empatia, principalmente quando se trata de uma língua minoritária.

A educação de Surdos ainda enfrenta barreiras de difícil transposição. Além da falta de investimentos públicos em escolas bilíngues, os Surdos vivenciam os desdêns sociais, o que se explica em razão de quase a totalidade das pessoas Surdas pertencerem aos grupos ditos “não prestigiados”. Com essas lacunas educacionais, os Surdos brasileiros são forçados a adquirir de forma fragmentada a língua portuguesa. Uma língua estranha as suas especificidades, que difere da sua primeira língua, visto espacial. Outro olhar cuidadoso que precisamos ter é para não querer colocar todos os Surdos “dentro de uma mesma caixinha”, ou seja, padronizá-los, mesmo que 95% ou 96% sejam filhos de pais ouvintes. Skliar (1997, p. 93) assevera que,

Assim, é possível definir os filhos surdos de pais surdos como membros reais de uma comunidade linguística: seu Processo de aquisição da língua de sinais e sua imersão na cultura surda e equivalente, em tempo e forma, a toda aquisição de uma língua natural e a todo Processo de imersão cultural que realiza qualquer criança em uma comunidade determinada. Entretanto, a maioria das crianças surdas - 95% ou 96% - não tem a mesma possibilidade que os filhos de pais surdos; pelo contrário, essas crianças crescem e se desenvolvem dentro de uma família ouvinte, que geralmente desconhece, ou, se conhece, rejeita a língua de sinais.

Mesmo que a porcentagem de Surdos filhos de pais ouvintes seja bem ampla, a diversidade também o é: alguns são Surdos profundos, outros têm surdez parcial, e quando

há parcialidade da surdez, existe também a possibilidade da oralização (aprendizagem realizada pelos profissionais de fonoaudiologia).

Outra questão preocupante é a tendência da maioria das famílias que tem filhos surdos ainda visualizar a surdez como deficiência ou patologia. Nesse processo, é procurado de forma imediata tratamento médico, em detrimento de assentir a cultura surda e a Libras, que é a primeira língua das pessoas surdas. E como essa perspectiva não é viável, passam a aprender e a usar uma língua de forma fragmentada e de elitismo, por ser a língua da maioria dos ouvintes. As autoras Lodi e Lacerda (2014, p. 14) afirmam que

Considerando-se que a maioria dos sujeitos surdos é filho de pais ouvintes, é difícil imaginar o desenvolvimento da linguagem oral sob estas condições, já que a língua oral a que são que são expostos desde o nascimento não é adquirida e significada em condições naturais de interlocução. Desta forma, uma educação que vise propicie o pleno desenvolvimento das crianças surdas deve estar atenta à diferença dos sujeitos surdos e à sua dificuldade de acesso à língua/cultura majoritária.

Por mais que existam pesquisas com o objetivo de fomentar a importância dos estudos sobre a cultura surda e amplo discurso, não é de se estranhar que, mesmo nos espaços mais democratizados, como, por exemplo, a universidade pública, a comunicação dos atos administrativos mais importantes para a vida acadêmica dos atores com especificidades é bloqueada por barreiras linguísticas. Isso porque há falta de intérpretes de línguas de sinais que intermediam a comunicação das línguas orais para as línguas de sinais. No campus de Porto Nacional, por exemplo, há apenas dois intérpretes para atender as demandas da graduação em Letras – Libras e da pós-graduação em Letras, que ofertam vagas para o ingresso de pessoas Surdas. Com isso há sobrecarga de atividades para esses intérpretes. Nesse contexto de percepção dos cerceamentos das formas de expressão das pessoas Surdas, ainda falta o amplo desenvolvimento da escrita das línguas de sinais, principalmente para a tecnologia digital.

Essa tecnologia digital existe e é ensinada no Curso de Letras – Libras, todavia não é utilizada de forma ampla. Ao nos referirmos à construção do TCC pelos alunos Surdos, no que concerne ao contexto inclusivo tão debatido em âmbito nacional, acreditamos que esse desejo não seja algo discrepante para a contemporaneidade de tornar visíveis aqueles que a sociedade segrega ao longo da história. A constituição do TCC devia ter a possibilidade de ser construído, apresentado e publicado em Libras, porém isso ainda não é possível. Isso se explica por meio do processo histórico de exclusão das línguas de sinais. Surda Mariane

Rossi Stumpf (2005, p. 46) ensina que é preciso contrapor o paradigma da diferença ao da deficiência, porque

A utilização da língua de sinais por um surdo supõe um relacionamento específico dele com seu mundo, outra maneira de ser e então outra maneira de entrar na língua escrita. É preciso contrapor o paradigma da diferença ao da deficiência. As comunidades surdas tiveram seu processo de busca e criação de uma escrita interrompida pelos mais de cem anos da exclusão de suas línguas que, de tão desqualificadas, nem eram cogitadas para objeto de pesquisas sérias.

A escrita da Libras ainda se encontra em fase de estudo no Brasil, contudo, paulatinamente, o *SignWriting* vem sendo utilizado no âmbito das universidades brasileiras nos cursos de Letras – Libras, o que nos alimenta a esperança para que essa escrita seja efetivada como forma de comunicação mais ampla. Essa atitude nos mostra “que vivemos em uma sociedade grafocêntrica, em que confere no domínio da escrita as benesses de uma vida melhor” (CAVALCANTE; SILVA, 2007, p. 220).

O Curso de Letras – Libras da UFT (Licenciatura), modalidade presencial, tem seu código de registro no Ministério da Educação – MEC sob o n. 1300176 e obteve nota 4 na avaliação do MEC, em 2019. Seu processo de criação tem como base o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016/2020, bem como o Plano Pedagógico Institucional – PPI, que definem como missão da UFT “produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UFT, 2018, p. 11), de tal modo que a Universidade Federal do Tocantins se consolide “como espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional” (UFT, 2018, p. 11). Consoante esses princípios, observa-se o compromisso social da Universidade e seu comprometimento com a melhoria do nível de escolaridade do Estado, oferecendo uma educação participativa e inclusiva.

O estudo em etnografia nos proporcionou entender que, embora não agindo de propósito, corremos o risco de incidir em situações normalizadoras aliadas à língua majoritária, de maneira que, em algumas circunstâncias, não visualizamos o direito do outro em exprimir suas ideias em sua própria língua. Para não incorrerem em tais circunstâncias, é crucial levarmos em consideração que nos momentos em campo, além da coleta de dados, têm-se o aprendizado constante. Neste contexto, Blommaert e Dong (2010, p. 27) destacam que

O trabalho de campo é tradicionalmente visto como 'coleta de dados'. Isso é verdade até certo ponto: é claro que você deve retornar do campo carregado com sacos cheios de 'dados': materiais brutos e semiprocessados que refletem e documentam a realidade no campo. Mas o trabalho de campo não deve ser reduzido apenas à coleta de dados, porque essencialmente é um processo de aprendizagem.

Nesse ambiente da realização da pesquisa e geração de dados, os participantes, ao serem contactados, tanto acadêmicos e professores do Curso de Letras – Libras, da UFT, quanto os acadêmicos Surdos da UFSC, tiveram, por parte deste pesquisador, cuidados de ordem ética. No momento da entrada em campo, por mais que já tivesse convivência com o grupo participante da pesquisa, foi possível perceber que, ao estar exercendo o papel de pesquisador, é diferente. Isso se explica porque as familiaridades antes vivenciadas nem sempre são favoráveis à entrada em campo e ao momento de observação em sala de aula. Esse é um contexto em que o estranhamento é possível, o que justifica que a realidade romântica é bem diferente quando o pesquisador se apresenta tentando exercer o papel de representante do grupo pesquisado. Ou seja, há uma relação de poder. E nem toda representatividade é recebida de forma harmônica por todos representados no contexto da pesquisa.

Ao tratar das alegorias etnográficas, que são as formas retóricas de interpretar acontecimentos das performances da vida cotidiana, James Clifford (2016, p. 155) afirma que “a alegoria chama uma atenção especial para a natureza *narrativa* das representações culturais, para as histórias embutidas no próprio processo de representação”. Narrar a história de outrem ou dos outros é uma tarefa que se delega a um representante que aspira confiança e, ao mesmo tempo, pode ser um ato instável, em se tratando de representações culturais. Gorete Neto (2012, p. 190), ao descrever as inspirações etnográficas e suas implicações no contexto indígena em relação à representação, alude que

Ainda pode ser dito que as representações são indeterminadas, instáveis e ambíguas, além de arbitrárias e ligadas às relações de poder. Isto indica, por um lado, que os grupos politicamente mais poderosos é que detêm a autoridade de representar o mundo (os objetos) e o outro (o sujeito) bem como de fazer com que estas representações se configurem como verdades.

Dessa forma, ao se propor como representante dos discentes Surdos do Curso de Letras – Libras, algumas situações de estranhamento podem ocorrer, porque a “a linguagem é vista como um conjunto de recursos, meios à disposição do ser humano nas sociedades. Esses recursos podem ser implantados em uma variedade de circunstâncias, mas quando isso acontece, nunca acontece de forma neutra” (BLOMMAERT, 2010, p. 10). Assim sendo, por

meio das negociações para entrada em campo e, conforme já explicado antes, em que o questionário que consta neste trabalho no terceiro apêndice foi a primeira tentativa de geração de dados, posteriormente utilizamos os roteiros de perguntas e aplicamos em forma de diário de campo.

Nessas circunstâncias, ao descrevermos as observações sobre escrita e construção do TCC pelos acadêmicos Surdos, levamos em consideração os componentes curriculares para a formação de professores de Língua Brasileira de Sinais – Libras, contidos no PPC 2018, conforme descrito no segundo capítulo. Conquanto, para que o objetivo deste estudo viesse a ser colocado em prática, houve a oportunidade de observar circunstâncias envolvendo alunos Surdos em momentos de construção de trabalho final para conclusão de curso em outra instituição federal de ensino, extensão e pesquisa, como a pioneira no ensino da Libras: a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, campus de Florianópolis/SC. Neste local foi possível dar início às reflexões sobre outra modalidade de construção de trabalho final de conclusão de curso, diferente da padronização usual, qual seja a língua portuguesa, principalmente em relação à escrita de TCC realizada pelos acadêmicos do Curso de Letras – Libras.

Para dar início a este estudo na UFSC, seguimos as seguintes etapas: a primeira foi a autorização do professor responsável pela disciplina de estágio supervisionado em Libras como L2. Após conversar com o Professor regente da sala de aula, ele permitiu que fossem realizadas as observações participativas e, posteriormente, me foram apresentados dois alunos, Artur e Natanael. Após a aula, expliquei o objetivo do trabalho, eles aceitaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Dessa forma, após alguns momentos de conversa com os participantes da pesquisa, foi possível levantar algumas informações pessoais de cada um, apresentadas em forma de minibiografia, o que possibilitará o conhecimento por parte do leitor de cada participante deste estudo. A localização no texto está indicada no quadro de participantes, no campo minibiografias, em que o leitor poderá conferir no item 3.2, com o número da página em que se encontra a história de vida acadêmica dos participantes, em citação direta. Dos professores e da intérprete de línguas de sinais a minibiografia seguirá no texto dissertativo. Esse modelo foi adaptado do Guerola (2017). Dito isso, as abordagens aos participantes deste estudo e as transcrições de suas ideias não segue uma ordem linear e nem cronológica, conforme o quadro de participantes.

Dessa forma, as observações foram realizadas com base nas teorias dos estudos em políticas linguísticas do multilinguismo, uma vez que o cenário universitário das pessoas

Surdas é um ambiente bilíngue, isto é, o convívio entre a Libras e a língua portuguesa é algo constante. Sendo assim, as observações desta pesquisa em contexto educacional contaram com as observações etnográficas interpretativistas de Frederick Erickson (1985, p. 121) que nos adverte que

O significado principal da interpretação em abordagens para pesquisa em ensino é que devemos dar a atenção no que nos dizem a respeito das questões de conteúdo em vez de questões de procedimentos, interesses em conteúdo interpretativo levar o pesquisador a buscar o método que será apropriado para o estudo desse conteúdo (tradução do autor)¹⁵.

Há preocupação constante com o conteúdo da pesquisa, principalmente com os dados e sua organização criteriosa, o que fica mais inteligível nos resultados da pesquisa. Até porque ficamos muito apegados ao método e esquecemos que esse é o caminho que nos levará à análise dos conteúdos. Ao mesmo tempo, nós, pesquisadores, devemos levar em conta que as pesquisas etnográficas são perspectivas em constante evolução em pesquisas no contexto educacional, e “as abordagens surgiram de forma significativa na década de 1960 na Inglaterra e na década de 1970, nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Alemanha” (ERICKSON, 1985, p. 120). Ao passo que a perspectiva teórica metodológica tem sido utilizada em pesquisas educacionais de forma frequente em contexto contemporâneo. O trabalho de campo consiste em um dos procedimentos que nos permite fazer o levantamento dos dados da pesquisa que são os conteúdos gerados por meio das notas de campo, gravações e entrevistas. No momento da entrada em campo que os desafios vão surgindo no percurso das observações, assim, por mais que o pesquisador já tenha tempo de convivência com o grupo pesquisado, poderá se deparar com situações que cause estranheza. Cabe a quem está fazendo a abordagem tornar o familiar estranho, “especialmente ao fazer etnografia em nossa própria sociedade é importante manter em mente que a natureza estranha e arbitrária do comportamento diário comum que nós, como membros, consideramos usual. Esta é a técnica do filósofo de tornar deliberadamente o familiar estranho” (ERICKSON, 1985, p. 258).

O sentido de tornar o familiar estranho seria contextualizar a interação do observador participante ao acompanhar a geração de dados, seja por meio de entrevistas, gravações de áudio ou vídeo, isto é, o cotidiano de um grupo cultural às vezes não é percebido. E quando

¹⁵ No original. *From my point of view, the primary significance of interpretive approaches to research on teaching concerns issues of content rather than issues of procedure. Interests in interpretive content led the researcher to search for methods that will be appropriate for study of that content.*

estamos face a face com as performances, pode haver estranheza em acontecimento familiar. Por isso, nesse ínterim, é necessário ter o cuidado de não intervir nos fatos da vida cotidiana do grupo cultural da pesquisa, visto que “a preocupação é capturar diferentes aspectos envolvidos nos processos do planejamento de políticas de línguas, especialmente tentando entender quais são as ideologias subjacentes a elas e como agem aqueles responsáveis por colocá-las em prática” (LUCENA, 2012, p. 127). E a etnografia, sendo uma aliada das políticas linguísticas, tem sua ação nos poderosos sistemas de significados.

Na linha do pensamento de Clifford e Marcus (2016, p. 33) os autores colocam suas questões nas fronteiras entre civilização, culturas, classes, raças e gêneros. E nesses contextos de minorias linguísticas, uns dos principais instrumentos de análises são os documentos oficiais. Lucena (2012, p. 119-120) contribui afirmando que,

Com relação ao papel que a etnografia pode desempenhar nas políticas educacionais de línguas, essa opção metodológica pode contribuir, entre outros aspectos, para tornar os documentos oficiais sensíveis ao contexto, ao mesmo tempo em que pode estabelecer parâmetros para uma educação linguística que respeite os seguimentos envolvidos no processo educativo.

Assim sendo, os documentos oficiais, como os normativos que regem a instituição pesquisada, trazem elementos de suma importância para análise de acordo com o planejamento do estudo. Nesse caso, os projetos pedagógicos de cursos (PPCs), regimentos, resoluções e portarias são as fontes que fazem os segmentos do processo educativo nas Instituições de ensino, e nem sempre há desrespeito aos envolvidos nos processos educacionais. Contudo há constante mudança institucional para melhor alcançar a efetividade do público-alvo, de forma que o que foi planejado institucionalmente tem caráter dinâmico e poderá se transformar ao longo da história. Por conseguinte, isso explica o caráter da criticidade, a não neutralidade da etnografia e da LA e a constante revisão de todo contexto de estudo. Fritzen (2012, p. 63) acrescenta que

Ao lado de todo o processo de fazer pesquisa, é necessário que haja um movimento constante do pesquisador de ida e vinda entre a prática vivenciada, seja no momento da geração de registros em campo ou no momento da análise, e a teoria que fundamenta a pesquisa, a fim de possibilitar uma compressão mais esclarecedora do contexto em estudo.

Portanto, na tentativa de compreender o que acontece em sala de aula, é aconselhável aludir questões comparativas, o que terá grande utilidade na geração de dados e, principalmente, na análise dos dados, levando em consideração que durante a pesquisa os

desafios são constantes. Garcez e Schulz (2015), em seu trabalho intitulado “Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil”, relatam que os estudos em etnografia têm as condições necessárias para o desenvolvimento de pesquisas de qualidade em educação, conquanto, há exigências de reflexão metodológicas, com o fito de evitarmos a possibilidade de desprevermos experiências discursivas diferentes do contexto de que estamos nos apropriando etnograficamente, por isso requer cuidados e rigor. Os autores ainda afirmam que

Esse é um desafio a enfrentar nos estudos da linguagem no Brasil, dado que há pouca reflexão metodológica sistemática. Ao que estamos informados, há poucas oportunidades de treinamento em métodos etnográficos, e a maior parte dos pesquisadores entre nós chegou à prática de pesquisa etnografia por tentativa e erro, ou se jogando em águas profundas para ver se sabia nadar (GARCEZ; SCHULZ, 2015, p. 22).

Mesmo com as advertências dos desafios a enfrentar, estamos debruçados na tentativa de que este trabalho possa ser mais uma contribuição, tanto nos acertos quanto nos erros, uma vez que as pesquisas têm os seus contínuos, a partir do momento que vão sendo apresentadas. Nesse contínuo investigativo, abordaremos a multidisciplinariedade, momento em que as disciplinas no contexto de ensino e aprendizagem dialogam. Nesse diálogo interdisciplinar, Pennycook (2006, p. 72) escreve que “uma das limitações de compressão comuns da disciplinaridade é o modo por meio do qual as disciplinas continuam a ser vistas como entidades bastante estáticas”. O autor sugere que os estudos em LA perpassem fronteiras proibidas, até porque na academia é comum ouvir dizer que uma determinada área do conhecimento não conversa com outra. Para romper com esses isolamentos do conhecimento, o autor sugere que é necessário desenvolver pesquisa de forma transgressiva. Para isso é necessário transgredir as fronteiras linguísticas. No mesmo sentido, Moita Lopes (2013, p. 49), ao fazer análise de um capítulo de livro apresentado por Marcos Bagno, com o título “Do galego ao brasileiro, passando pelo português: criouliização e ideologias linguísticas”, argumenta que “todas as línguas são crioulas formadas com base no contato com outras línguas”.

Dessa forma, acredito na transgressividade no sentido de adentrar em outros campos científicos, tendo a desregulamentação linguística como ponto crucial, objetivando fazer com que outras línguas minoritárias tenham status de línguas, uma vez que estamos constantemente em contato com outras pessoas que se comunicam em línguas diferentes, por exemplo, a Libras. E mais, os utentes das línguas de sinais, sendo filhos de pais ouvintes, já

nascem em um contexto bilíngue. Em situação análoga estão as pessoas ouvintes filhas de pais Surdos, conhecidos pela sigla CODAS. Quadros (2017, p. 65), em sua obra intitulada “Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais”, afirma que “os filhos ouvintes de pais surdos passam a serem referidos como CODAS a partir da criação da organização internacional “*Children of Deaf Adults*”, que significa Filhos de Adultos Surdos. Por conseguinte, é mais um contexto de crianças que nascem em um ambiente familiar em que circulam duas modalidades de diferentes comunicações: a língua portuguesa verbalizada pelas pessoas ouvintes e a Libras, língua viso espacial utilizada pela maioria dos surdos. Há, assim, uma descontextualização da realidade cotidiana quando se fala em padronização linguística. Seria a negação dos *modos vivendi* de grupos sociais que vivenciam contextos multilíngues em seus cotidianos.

Moita Lopes (2013, p. 49) no ensina que a padronização das línguas “só teria cabimento se imaginássemos seres humanos linguisticamente isolados, uma vez que nossa história é, de fato, o resultado de migrações contínuas e de interações com outros povos”, o que justifica o surgimento de outras línguas. Ao contrário, a segregação das línguas de menor circulação se justifica com as vertentes colonialistas ainda pujantes nas relações internacionais, principalmente pela maioria dos países ditos “mais ricos”.

Esses países, ao ditarem políticas anti-imigração, determinam dentre outras atitudes xenófobas a não aceitação da forma como o imigrante se comunica, de tal forma que o desejo estatal de unificar as formas comunicativas se mostra ostensivo, principalmente para facilitar transações comerciais. Por mais que pareça redundante dizer, a padronização dos meios de comunicações em escala mundial tem a efetiva imposição de uma língua como, por exemplo, a língua inglesa, que tem caráter de prestígio em relação às demais. Essa percepção é notória nos meios de comunicação cibernéticos e tecnológicos, em escala que podemos dizer mundial. E, por mais que os meios técnicos científicos não sejam explicáveis para uma parcela considerável da sociedade, mesmo assim são utilizados. Milton Santos (2001, p. 22) afirma que por meio dos processos midiáticos os sujeitos sociais aceitam as tecnologias sem a consciência real de seus efeitos, ou seja, “de fato, a técnica é mais aceita do que compreendida”. Nesse sistema globalitário de complexas relações sociais, as mercadorias são valorizadas mais do que a vida humana. A publicidade não humanizada nos leva a um emaranhado de necessidades, fazendo-nos a adquirir o que não necessitamos por falta de uma consciência coletiva, em que o capitalismo impõe não só as regras econômicas, mas, sobretudo, as regras linguísticas, porque sem comunicação dificilmente haveria transações comerciais.

O discurso único da globalização nos surpreende com suas fábulas miraculosas, criando necessidades nos mais variados tipos de consumo, inclusive o mercado linguístico é uma das mais importantes mercadorias (SIGNORINI, 2013). Signorini (2013, p. 76) destaca que, “como versão contemporânea do capitalismo globalizado, os mercados linguísticos estão em “sinergia” com outros mercados, mais diretamente com o mercado do trabalho e o mercado de capitais”. Para muitos não é segredo que os processos globalitários trazem as suas marcas principalmente no aumento das desigualdades sociais. E o que o linguista pode fazer em matéria de resistência a esses fenômenos sociais “perversos”? Santos (2005, p. 85) afirma “que uma outra globalização é necessária”. Uma globalização mais humana e menos coisificada. O professor e pesquisador Kanavillil Ragopalan (2010) nos propõe uma nova pragmática, sobretudo em relação às políticas linguísticas, que envolva e englobe a importância das línguas minoritárias, que muitas vezes o “núcleo duro” da linguística ainda não enfoca. Como ressalta Rajagopalan (2010, p. 40), “a pesquisa em pragmática se vê inevitavelmente envolvida na política da linguagem e não menos importante às políticas linguísticas”.

As intervenções políticas são necessárias quando em situações minoritárias é apenas a língua hegemônica que se beneficia de sua própria hegemonia e ganha “*status* de língua acabada” (LAGARES, 2011, p. 171). Da mesma forma, Rajagopalan (2011, p. 126) nos ensina que “as políticas linguísticas englobam uma vasta gama de atividade que vão desde as políticas locais ou pontuais que envolvem o uso de línguas as mais complexas ações organizadas pelas autoridades governamentais”. Sendo assim, buscaremos nesta pesquisa atingir os objetivos propostos também dando ênfase às observações da linguística crítica proposta por Rajagopalan (2020), que em uma de suas apresentações de forma remota afirma que

O educador crítico atrai, via de regra, a ira daqueles que se acham satisfeitos com o *status quo* da ideologia nacionalista. Isto é, os adeptos deste sistema de ideias interpretam os questionamentos e críticas que fazem as regras do jogo estabelecidas, como grave ameaça a si e às suas situações confortáveis para não dizer privilegiadas.

Como forma de pensar a construção do TCC pelos acadêmicos Surdos, levamos em consideração as observações de Freire (2020) em relação à prática da liberdade no contexto educacional, em que o livre-arbítrio é mais adequado no que diz respeito à aceitação das diferenças no seio social, saindo do ciclo padronizador. “E é por isso que, minimizado e

cerceado, acomodado a ajustamento que lhe pareça impostos, sem direito de discuti-los, o homem sacrifica imediatamente a sua capacidade criadora” (FREIRE, 2020, p. 59).

Nessa perspectiva de constante construção de possibilidades que proporcionem a capacidade criadora, principalmente das pessoas que são visualizadas pelo viés do estigma – nesse caso nos referimos às pessoas Surdas – a visão de incapacidade ainda persiste em sociedade dita evoluída humanamente e no campo da teoria. Contudo não se incorre em visão maniqueísta, mas, na prática, falta muito para que as especificidades da surdez e a maior circulação da Libras cheguem a um *status* de conforto para os Surdos e demais utentes dessa língua. Kauchakje (2003, p. 74), no início do século, mais precisamente no ano de 2003, já afirmava que,

No Brasil, onde os direitos referentes à igualdade, em especial os sociais, não são assegurados, ganha destaque e importância a compreensão teórica e, também, no interior dos movimentos pela afirmação de identidades, necessidades e culturas específicas, a ideia de que nesse contexto social, os direitos relacionados à igualdade são condição para que identidades e necessidades singulares possam se manifestar e se fazer respeitar.

Dessa forma, deve-se refletir sobre a escrita do TCC pelos acadêmicos Surdos, levando em consideração a realidade social e linguística, em que o conhecimento possa ser expressado em Libras. Deve-se também possibilitar circulação desses trabalhos por meio dos repositórios institucionais das universidades ou em revista eletrônica com publicação de trabalhos acadêmicos em Libras, sejam produzidos por Surdos ou ouvintes, com a consequência de que a Libras aumente seu prestígio social. São reflexões que necessitam estar continuamente em debate.

Para isso, entendemos que o contexto vivenciado pelos acadêmicos Surdos quanto ao tema tratado neste estudo, qual seja a construção do TCC, possa trazer possibilidades de reflexão, aprendido em uma direção de melhoria para a construção de realidades cada vez mais equitativas. Dessa forma, com a geração de dados, este estudo focaliza no objetivo geral: investigar as percepções que alunos e professores surdos têm sobre a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Letras – Libras, da UFT, campus de Porto Nacional/TO.

Para contextualizar de forma discursiva os dados levantados neste estudo, e para cumprir essa etapa importante da pesquisa, o que seria impossível sem os participantes, segue, na próxima seção, o quadro dos participantes.

3.2 Participantes no contexto universitário

Quadro 1 – Participantes: alunos (as) e professores (as)

INSTITUIÇÃO	CATEGORIA	NOMES	MINIBIOGRAFIA
Universidade Federal de Santa Catarina/SC	Professor	Rodolfo	Pág. 91
	Acadêmicos	Artur	Pág. 92
		Natanael	Pag. 93
Universidade Federal do Tocantins-UFT	Professores Surdos (as)	Karina	Págs. 132
		Emília	Págs. 134
	Acadêmicos	Leninne	Pág. 93
		Anna	Págs. 133
		Tribuzzi	Págs. 134
		Tyson	Págs. 124
		Freitas	Págs. 120
		Intérprete de Línguas de Sinais	Ana Maria

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Passaremos a descrever o percurso da pesquisa, que teve início com o estudo do PPP do Curso de Letras – Libras, da UFSC, com a finalidade de visualizar as orientações da construção do TCC nesta instituição. A curiosidade pelo tema nasceu em uma conversa em sala de aula com outros acadêmicos do PPGL – UFSC, em que surgiu a informação de que os acadêmicos Surdos do Curso de Letras – Libras poderiam optar pela modalidade de construção do TCC. Assim sendo, ao consultar o PPP do referido Curso, de fato, em vez do TCC – que é algo orientado pela maioria dos Cursos de Graduação em nível superior –, nesse caso o Curso de Letras – Libras da UFSC orienta construção e apresentação do relatório de estágio em Libras como L2 como trabalho final de conclusão de curso. Isso está demonstrado na grade curricular, organizada por eixos, no Projeto Político Pedagógico – PPP (APÊNDICE 5). Há divisão em eixos de conhecimentos básicos e conhecimentos específicos, dividindo-se em duas habilitações: licenciatura e bacharelado.

As observações dos participantes no local que originaram as bases exemplificativas deste estudo, com apoio da perspectiva teórico metodológica etnográfica no Curso de Letras – Libras da UFSC, aconteceram no período de setembro a dezembro de 2019. O primeiro contato foi realizado via *e-mail* com dois professores: Rodolfo e Renato (nomes fictícios), responsáveis pela disciplina, da seguinte forma:

Boa tarde, Professores!

Meu nome é José Divino, sou servidor Assistente em Administração da Universidade Federal do Tocantins-UFT e mestrando do PPG-Letras, também da UFT, campus de Porto Nacional - TO. Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre políticas educacionais para os alunos surdos do Curso de Letras – Libras da Universidade Federal do Tocantins-UFT, campus de Porto Nacional/TO. No momento me encontro na UFSC, fazendo duas disciplinas de mestrado. O objetivo deste contato é se possível marcarmos um horário para conversarmos sobre o seguinte assunto: uma análise etnográfica de pelo menos dois alunos Surdos que estejam realizando relatório final de estágio. Uma vez que, o Curso de Letras – Libras licenciatura da UFSC preconiza como trabalho final de conclusão de Curso o relatório final de estágio obrigatório.

Se for possível, desde já agradeço.

Respeitosamente,

José Divino (e-mail enviado em 24/09/2019).

Olá José Divino,

Eu me disponho a colaborar no que diz respeito à disciplina de Estágio em Ensino de Libras como L2, a qual sou prof. responsável. Seria interessante você conversar com o prof. Renato também, pois além de ser o coordenador de estágio do Curso de Letras-Libras, ele também é um dos professores que mais ministrou disciplinas de estágio em nosso curso.

Em relação aos alunos, podemos consultar dois alunos. Podemos combinar uma conversa com eles na semana que vem. Hoje estou indo pro Rio e retorno no final da semana. Na 4ª feira, temos uma aula com a turma (se não tiver paralização).

Seguimos em contato (e-mail recebido em 25/09/2019).

Os alunos Surdos eram: Artur e Natanael. O objetivo precípua da entrevista com os dois alunos era tentar perceber os motivos que os levaram realizar o Relatório de Estágio Supervisionado como L2 como trabalho final de conclusão de Curso (TCC). Nesse período, as universidades federais brasileiras estavam passando por situações bem desgastantes. Por decisão do ministro da educação à época, Abraham Weintraub, reduziu-se o orçamento das universidades em 30%. Nesse interim, mais precisamente no período de 1º de novembro a 10 de novembro de 2019, houve necessidade de me deslocar de Florianópolis para Porto Nacional/TO, com a finalidade de iniciar as observações participativas no Curso de Letras – Libras, da UFT, local deste estudo. Assim sendo, para entrada em campo, em momento que já estava realizando as entrevistas, percebi que havia necessidade de avisar via e-mail a Coordenação do Curso de Letras – Libras nos seguintes termos:

Prezado Senhor! Este e-mail é para formalizar que eu: Jose Divino Mendes de Souza estou desde 04 de novembro de 2019, realizando entrevistas com 10 alunos surdos e quatro professores também surdos do Curso de Letras – Libras da UFT de Porto Nacional/TO. O objetivo destas entrevistas é de coletar dados para a realização de uma pesquisa de mestrado com o seguinte título: O CURSO DE LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: Uma Análise das Políticas Linguísticas de Ingresso, participação e permanência dos acadêmicos Surdos. Obs.: Segue anexo o projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Respeitosamente, José Divino. (e-mail enviado, 5 de novembro de 2019) (Diário de Campo, em 5 de novembro de 2019).

Conforme já mencionado, nas observações realizadas na UFSC, os primeiros contatos foram feitos com os que faziam parte de uma atividade solicitada em virtude da disciplina Políticas Linguísticas do Multilinguismo, que eu estava cursando à época no PPGL da UFSC.

O Docente regente da disciplina Estágio em Língua Brasileira de Sinais como L2 ministrada na turma do oitavo período que observamos naquele período era o Professor Rodolfo – por questões éticas, esse é um nome fictício. Por meio das percepções em sala de aula, segue de forma resumida a biografia do Professor Rodolfo:

Professor do Curso de Letras – Libras da UFSC, cursou mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo – USP. Em sala de aula, a sua didática é estilo freiriana de forma que os discentes são avaliados em contexto bem mais amplo do que apenas em ocasiões em sala de aula. Nos momentos em que eu estava presente em sala de aula, era possível visualizar a dedicação de muitos alunos ao desenvolverem os seus relatórios de estágio, alguns apreensivos com o momento da apresentação, algo que é normal. E um fator preponderante: todos que apresentaram foram aprovados (Diário de Campo, em 8 de outubro de 2019).

O último encontro com o Professor Rodolfo junto com os alunos aconteceu no dia 4 de dezembro de 2019, ou seja, no dia da apresentação final dos relatórios de estágio por todos alunos. Nesse dia seria concedida uma entrevista pelo professor após as apresentações (4/12/2019, sala 2012 do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC).

Em processo de avaliação em sala de aula em que ainda existam práticas mecanicistas, nas quais as avaliações são realizadas negando o contexto de representações social, as práticas discursivas revelam o quanto a diversidade cultural é pujante nas relações ensino/aprendizagem. No resultado final de apresentação dos trabalhos descrito no excerto acima, foi possível verificar o quanto é salutar quando a prática de ensino leva em consideração todo o contexto social dos discentes, principalmente quando considera os conhecimentos pré-construídos. Cavalcante e Silva (2007, p. 204) afirma que no contexto de formação essa interpretação é necessária “pois, assim como a educação linguística, de caráter científico é alvo de formação, em uma concepção sociointeracionista da aprendizagem,

também fazem parte integral desse processo os saberes pré-construídos do aluno – professor”. Nesse contexto os dois alunos desenvolveram seus estágios supervisionado como L2 nos cursos de história e matemática da UFSC, campus de Florianópolis/SC, com quinze alunos no curso de história e 12 no curso de matemática, todos os alunos eram ouvintes. No primeiro encontro para entrevistas com os dois alunos, perguntei a eles os motivos que os levaram a optarem por fazer o relatório de estágio e não o TCC. Trago o primeiro objeto discursivo que retrata os motivos da escolha dos alunos Surdos por construir o relatório de estágio supervisionado como L2 e não o TCC:



Excerto 2: Acadêmico Natanael

Natanael – “TCC é muito complicado além de ter que entregar o texto escrito em português eu escolhi o relatório de estágio por que eu posso fazer de um artigo em Libras aqui na UFSC tem uma revista que posso publicar artigos em Libras. Artur: O relatório de estágio é melhor nós surdos por que apresentaremos em Libras nossa língua. Eu me sinto melhor por me preocupar só com a Libras na hora de fazer o relatório e apresentar” (Entrevista, em 18 de outubro de 2019).

A declaração do aluno traz em tela o que Schmitt (2008, p. 102), ao descrever o Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGL da UFSC e as possibilidades do ingresso de acadêmicos Surdos com a finalidade de desenvolverem pesquisas em nível de pós-graduação, aponta como “a relação no espaço de conforto linguístico”, o qual é importante para o pesquisador surdo universitário e que “as pesquisas conterão o teor do surdo narrando o próprio surdo, valorizando sua identidade e seu espaço de conforto”. A exemplo de alunos Surdos que relata o espaço de conforto na graduação, trago uma minibiografia do acadêmico Surdo, Artur:



Artur, aluno do Curso de Letras – Libras da UFSC, de Florianópolis/SC, que ingressou no ano de 2015. Nascido Surdo na cidade de Santa Maria da Vitória no Estado da Bahia. Com 27 anos de idade, empregado em um Hipermercado em Florianópolis/SC, enfrentava muitas dificuldades para conciliar os horários de trabalho com as aulas do Curso de Letras – Libras. Uma vez que as atividades do Curso acontecem em horário matutino e, segundo o Artur, nem sempre era possível ser liberado para os estudos (Diário de campo, em 18 de outubro de 2019).

Uma das barreiras para se conseguir concluir uma graduação é ter de conciliar trabalho como forma de subsistência e os estudos. Essa é a realidade da maioria dos estudantes brasileiros. E, no caso das pessoas Surdas, no que tange a sua inclusão no mercado de trabalho, o tempo para ampliar os estudos se torna reduzido, e os vínculos empregatícios com pouquíssimas exceções são em áreas operacionais, geralmente, no comércio, onde vagas oferecidas são para auxiliares de serviços gerais ou atividades análogas. A especificidade linguística em que há pouca ou nenhuma circulação da Libras nesses ambientes se torna um dos impedimentos para os Surdos não exercerem funções com grau hierárquico em que se exija não só a força física, mas, também, o enfoque intelectual. Conquanto, o obstáculo mais contundente é o “estigma” da deficiência, situação que coloca os Surdos como incapazes, o que não é verdade.

Trago também a minibiografia do Professor Surdo do Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Ponto Nacional – TO. O seu pseudônimo é Lenine:

Iniciou como docente do Curso de Letras – Libras da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no segundo semestre de 2015, antes atuava como instrutor em uma das empresas do sistema “S”¹⁶. Atualmente, além de Professor efetivo, é doutorando em Letras. Lenine é Surdo Profundo e traz em sua trajetória a marca da persistência sem deixar-se contaminar pelas barreiras linguísticas e pelo estigma da deficiência que tanto assola a inclusão Profissional da Pessoas Surdas.

No contexto deste estudo, atuo como pesquisador, porém, em momentos anteriores, minha relação com o Professor Lenine era diferente. No ano de 2016, conforme já relatado anteriormente, iniciei minhas atividades como secretário do Curso de Letras – Libras da UFT, local desta pesquisa. Nesse período, que perdurou até o segundo semestre do ano de 2018, o Coordenador do Curso era o Professor Lenine. Foi uma experiência fantástica. Isso porque o aprendizado em relação a Libras foi muito bom. Lenine tinha uma característica peculiar: nunca criticava os sinalizantes aprendizes da Libras. Às vezes fazia algumas correções, porém, não dizia que o sinal em Libras estava errado.

A partir do relato em forma de minibiografia do Professor Lenine, tento evidenciar que as questões de natureza linguística em que a Libras não é reconhecida como língua para alguns, mesmo assim, é possível encontrar muitas resistências pelos Surdos que estão diuturnamente na tentativa de desestigmatizar principalmente a marca da deficiência.

¹⁶ Instituições privadas que exercem atividades de responsabilidade do Estado, como Educação Profissional e outras atividades. Para isso recebem subsídios do erário público. São as empresas: SESI, SENAI, SENAC, SENAR, SESCOOP, SEST SENAT, SESC e SEBRAE.

Propondo por meio de estudo e comprovações científicas que a perda auditiva apenas coloca as pessoas Surdas em questões de diferença, e essa diferença se explica por serem utentes de uma língua em que seu canal de contextualização são o espaço e a visão. O problema é que a diferença do outro nem sempre é interpretada de forma salutar, às vezes, por falta de conhecimento.

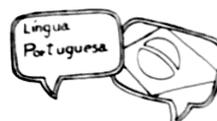
Voltando ao contexto profissional e acadêmico do aluno Artur, a finalização do Curso de Letras – Libras estava atrasada, pois mesmo apresentando o relatório de estágio, havia pendência em outras disciplinas necessárias para o cumprimento da carga horária total do Curso e, conseqüentemente, a formação. Dessa forma, as observações participativas realizadas em sala de aula aconteceram com foco foi nos dois alunos: Artur e Natanael. As observações tinham como objetivo verificar os fundamentos para a opção desses acadêmicos pela realização do relatório de estágio supervisionado como L2 em vez do TCC. Ambos aparentavam ser muito amigos, tanto que as apresentações dos relatórios poderiam ser em dupla e os dois a fizeram juntos. Sendo assim, algumas respostas das entrevistas aparecerão no mesmo diário de campo:



Natanael, também aluno do Curso de Letras – Libras da UFSC, de Florianópolis. O ingresso no Curso se deu em 2016. Com 29 anos de idade, trabalha em uma farmácia no centro de Florianópolis. Contudo, tinha mais facilidade de conciliar o trabalho e os estudos no Curso de Letras – Libras da UFSC. Isto era percebido porque já declarava que iria se graduar em dezembro 2019, pois só faltava a apresentação do relatório de estágio para finalizar o Curso. E, posteriormente, iria para a Cidade de Pescaria Brava, localizada a cerca de 132 km de Florianópolis onde iria trabalhar como Professor de Libras em uma escola municipal. Assim sendo, todas as vezes que encontrei com o Natanael, também estava junto o seu amigo, e também participante desta pesquisa, o acadêmico Artur. (Diário de campo, em 18 de outubro de 2019).

Ao perceber os relatos dos acadêmicos da UFSC, foi possível compreender que a realidade das pessoas Surdas, principalmente no contexto profissional, ainda precisa de ação dos poderes públicos, sobretudo quanto ao reconhecimento da especificidade linguística viso espacial utilizada pela maioria das pessoas Surdas. Para isso é necessário romper com visão da deficiência e perceber que os Surdos são pessoas imbuídas de habilidades e capacidades, e que para desenvolvê-las só necessitam de oportunidades. Faço esse adendo com o intuito de tentar explicar que muitos de nós residentes na Região norte do Brasil às vezes acreditamos em falsas impressões de que nas regiões mais desenvolvidas economicamente,

como a Região Sul, não existam problemas sociais. No contexto universitário, acreditava que em razão da UFSC ter sido a primeira universidade a implantar um Curso de Letras – Libras no Brasil, e por ter sido uma das primeiras a iniciar pesquisas importantes sobre a Libras, a baixa consistência educacional no ensino básico para os Surdos na Região Sul fosse mais amenizada. O Professor Rodolfo, quando ouviu minha visão um pouco romântica da realidade, me alertou da seguinte forma:



Excerto 3: Professor Rodolfo.

Divino: Como o senhor vê a UFSC, referência nacional no ensino em nível superior para alunos surdos, ou seja, a primeira universidade brasileira a criar um Curso de Letras – Libras?

Rodolfo: Toda serra vista de longe é azul, no contexto educacional e aprendizagem da Libras no Brasil ainda existem problemas que, embora as instituições educacionais trabalhem com o fito de equacionar tais barreiras, a abrangência ainda é incipiente para a demanda crescente em todo Brasil. A educação básica ainda se encontra aquém do mínimo necessário para o letramento de uma pessoa surda. (Entrevista, em 4 de dezembro de 2019).

A fala do Professor Rodolfo nos remete novamente ao discurso no meio acadêmico de que em muitos congressos sobre o tema “Educação de Surdos” é comum ouvirmos que essa temática está saturada. Contudo acreditamos que um debate só poderá pensar em arrefecer quando os objetivos forem de fato e de direito conquistados. Por outro lado, é possível visualizar muitas conquistas em relação à educação para as pessoas Surdas, conquanto, ainda há um contraste. Apesar de já existirem Cursos de Letras nas vinte e sete unidades federativas brasileiras, a existência de escolas bilíngues é algo que se ampliará na medida em que se fortalecerem as pesquisas, sobretudo com a circulação dos conhecimentos em Libras.

O que corrobora com o oralismo é que ainda há uma relação de poder da sociedade em que a maioria é ouvinte e ainda não foram internalizadas as especificidades das pessoas, ou seja, há uma imposição de uma maioria ouvinte em relação às pessoas Surdas. Podemos fazer uma analogia com o racismo estrutural, nesse contexto de uma história de relação de poder sobre a população negra (ALMEIDA, 2019).

Silvio Almeida (2019, p. 18) apresenta um contexto histórico exemplificando como as ideias racistas emergiram nas relações sociais e que o conceito de racismo não é estático, ele se modifica de acordo com a história, “assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas”. Por outro, é possível

visualizar no oralismo uma situação negativa para com as pessoas Surdas, de forma que as estruturas sociais ainda corroboram para tal situação de opressão, principalmente quando ainda é evidenciada a ínfima circulação da Libras nos ambientes institucionais. Nestes ambientes, a possibilidade de uma pessoa surda precisar ser atendida é iminente, contudo, na maioria das vezes, quando isso ocorre, é comum não haver profissional intérprete de línguas de sinais para se comunicar com pessoas Surdas.

Isso vem aclarar que o colonialismo para algumas sociedades tem mudado o seu *status* de violência direta, conquanto, os discursos camuflados com a justificativa de “ajudar” busca manter o *status quo* dos que são “ajudados”. Em relação às pessoas Surdas, tem-se como forma de colonialismo o “ouvintismo”, que é a imposição da cultura ouvinte sobre os Surdos. Lages (2019, p. 17) destaca que “as narrativas ouvintistas sobre os surdos colocam esse grupo minoritário sempre numa condição de inferioridade e menos valia. Ora, tais discursos têm de fato contribuído para uma prática cada vez mais colonizadora em relação ao povo surdo”. Porém, o povo Surdo tem se mostrado cada vez mais resistente a tais opressões. E um desses motivos é o orgulho que muitos Surdos têm de sua própria cultura e jeito de ser, descrito por Lages (2019) por meio das experiências de Leland Emerson McCleary e uma palestra no 1º Encontro Paulista entre Intérpretes e Surdos ocorrido em 17 de maio de 2003, na cidade de São Paulo/SP. O autor exemplifica que nos EUAs as lutas dos grupos minoritários se fortaleceram a partir do momento em que passaram a ter orgulho do que representam para a sociedade. Dessa forma, os negros, as pessoas de orientação sexual diferente e, por último, os Surdos, cada grupo de forma organizada, passou a chocar os segregadores. O orgulho de ser algo que é incomum para uma sociedade padronizadora precisa partir de forma coletiva, isto é, uma pessoa só se orgulha de ser alguém na sociedade quando há um reconhecimento, sendo assim, o orgulho individual pode não ter tanta força quanto um orgulho coletivo. McCleary (2003, p. 8) explana que

A luta pelos direitos civis dos surdos, usuários de língua de sinais, ainda está no começo. A educação de surdos nos Estados Unidos ainda é dominada por ouvintes, e ainda não existe uma educação verdadeiramente bilíngue como se tem em alguns países da Europa. Mas o importante é que a comunidade surda tem agora uma nova arma: a autoestima, incentivada pelo conceito do “orgulho de ser surdo”. Essa ideia choca o mundo ouvinte. Como é possível ter orgulho de ser surdo? De ser deficiente? Mas esse mal-estar que resulta quando o ouvinte é confrontado com o “orgulho de ser surdo” ajuda a deslocar a perspectiva ouvintista sobre a surdez; ajuda a desestabilizar a definição ouvinte da condição de ser surdo; ajuda a possibilitar uma nova definição surda sobre o que significa ser surdo.

O significado de ser Surdo vem se transformando no Brasil, e as conquistas vêm se objetivando para novos fatos positivos, como o advento da inclusão da Educação Bilíngue de Surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio da Lei n. 14.191 de 3 de agosto de 2021. Ainda que tenha havido algumas conquistas, porém as decisões políticas institucionais encontram-se na égide ouvintista, ou seja, não se tem conhecimento de nenhuma pessoa Surda exercendo cargo eletivo, proporcional, como vereador, deputado estadual ou federal, ou majoritário, prefeito, governador ou senador. O olhar para as pessoas Surdas na perspectiva patológica e não pela diferença que o coloca em condições de capacidade ainda é realidade. Ainda, nesses tempos pandêmicos, os poderes públicos usaram como argumento a onerosidade financeira para não investir nas escolas bilíngues, e esse argumento poderá servir de justificativa por muito tempo.

Um dos fatores preponderantes na história da educação de Surdos que julgamos como um acontecimento que causou atrasos foi o movimento oralista, que ganhou força com o Congresso de Milão (Itália) em 1880. Porém, as ramificações oralista já vinham em sua marcha desde o século XVIII, conforme os escritos da autora Botelho (2016, p. 15) ao destacar que

Um argumento comum a favor do ingresso do surdo em escolas comuns é que as escolas para surdos são onerosas. Assim também suponha Graham Bell e outros educadores oralistas, no século XVIII, especialmente na Alemanha, o Ministério da Educação da Alemanha determinou que, no curso dos dez anos seguintes, disporia de toda as facilidades para educar os surdos no sistema de ensino regular em todas as províncias. Ocorreu, porém, o contrário do que se esperava; trinta anos depois, Hill, um dos maiores defensores do Oralismo naquele país era obrigado a admitir o fracasso da proposta, embora, explicasse o fenômeno como decorrente da má aceitação dos surdos pelos professores das escolas regulares.

Ainda sobre esses fatos, a autora lista outra questão do fracasso do ensino oralista na Alemanha, que seria a comprovação do escasso aproveitamento escolar pelos alunos Surdos. Os dois fatores – a não aceitação dos professores pelos alunos Surdos e o aproveitamento escolar ineficaz – coadunam com as práticas de ensino ainda existentes no Brasil.

Neste capítulo, discutimos a Etnografia no espaço Surdo da UFT como perspectiva teórico-metodológica, o que nos auxiliará a responder a pergunta de pesquisa e, consequentemente, atingir o objetivo deste capítulo: tentar identificar as percepções dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, e dos alunos do Curso de Letras – Libras da UFSC, campus de Florianópolis/SC, quanto à realização do TCC. Destaca-se que o acompanhamento presencial em sala de aula, conforme

preconiza as observações etnográficas, ficaram impedidas desde março de 2020, por causa da pandemia.

Dessa forma, o planejamento público para o sistema educacional continua a cada momento mais fragilizado. Porém, em novembro de 2019, houve a realização de trabalho de campo, momento em que entrevistei três alunos Surdos, três professores também surdos e uma intérprete e tradutora de línguas de sinais. Posteriormente, antes de finalizar o período letivo do Curso de Letras – Libras, da UFT, campus de Porto Nacional/TO, que finalizaria em dezembro de 2019, houve mais um encontro com os alunos Surdos, os quais estavam apresentando seus trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Assim, o acompanhamento foi feito com objetivo de realizar o levantamento de dados a serem descritos nesta pesquisa no próximo capítulo.

4 IDENTIDADE E CULTURA SURDA, NA UFT, UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

Neste capítulo, apresento a análise dos elementos documentais e, sobretudo, dos dados originados por meio dos participantes deste estudo com o objetivo de encontrar resposta a pergunta deste estudo: o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Libras, da UFT, campus de Porto Nacional, contempla a livre escolha dos alunos surdos em relação ao uso de Libras ou de português escrito na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)? E, ao mesmo tempo, também será discutido como os programas das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o currículo do curso de licenciatura abordam as modalidades de trabalho de pesquisa e se atendem as especificidades das pessoas surdas, assunto desenvolvido na seção das análises.

Como forma de ilustrar a pesquisa em contexto social em LA, em uma das pesquisas de Marilda C. Cavalcanti (2006, p. 239), a autora faz um “arcabouço teórico sobre o território construído na e além da LA” e, no sentido de demonstrar “o quanto é possível desenvolver a etnografia com uma visão ampliada da sociolinguística interacional”, enfatiza a conexão da LA com outras áreas do saber. Um dos questionamentos que ela faz nesse estudo e que nos contempla por também focalizar uma comunidade de “tradição” visó espacial no ensino superior, que tem a sua forma própria de produção de conhecimento, é sobre a importância da instituição de ensino no contexto de tradição. Embora a autora traga no seu estudo uma abordagem de tradição oral de uma comunidade indígena, contudo, a referência nos importa por estarmos em um contexto de estudo também de minorias. Dessa forma, as possibilidades de visualizações e sugestões contidas em outros trabalhos contribuiriam para aprofundarmos questões específicas dos alunos Surdos.

Como proposta inicial, nos remetemos aos tão imbricados conceitos de cultura e identidade, em que os aspectos da diferença e de minoria são debatidos por muitos que acreditam que todos pertencemos a um conglomerado homogêneo negam, principalmente, a possibilidade de vermos o outro sem estereótipo estigmatizante. O exercício da alteridade aliado a uma visão mais ampla das questões multiculturais provavelmente não encerra o debate, contudo, poderíamos ver o eu/outro sem o viés do estigma e da subalternidade. Hall (2013, p. 66) destaca que, juntamente com as tendências homogeneizantes da globalização, existe a “proliferação subalterna da diferença”, e no campo educacional essa proliferação não é diferente.

Embora com o olhar sobre a educação venezuelana, o autor Sánchez (2013, p. 18) descreve um pouco da realidade educacional dos nossos vizinhos e irmãos latino-americanos, dando dois exemplos dicotômicos: “circuito da excelência e circuito do desânimo”. Para o autor, o primeiro exemplo está relacionado com escolas privadas e de qualidade, quanto ao segundo, a escolas públicas, em que na maioria há existência de um fracasso do ensino aprendizagem, como muitas repetências e desistências, onde muitos alunos são expulsos dessas escolas tacitamente e, nessa situação, temos vários alunos Surdos. Nesse contexto, atribuímos esse *status quo* a um desinteresse de muitos governantes que ainda não conseguem visualizar a educação como uma das principais ferramentas de emancipação social. Na realidade brasileira, os problemas educacionais só mudam a localização geográfica quanto ao não reconhecimento das diferenças, pois são análogos. Quanto a essa percepção, o autor afirma que

Um fato que não apresenta controvérsia, embora sistematicamente negado, é que os alunos, tanto de um como de outro circuito são diferentes. Não se fala claramente dessa diferença, como tampouco ela é levada em conta na hora de se discutir o tema. Os alunos que ingressam no circuito de qualidade são provenientes de meios socioeconômicos privilegiados, determinando uma diferença fundamental se comparada à alunos provenientes de setores populares, da população menos assistida. Essa diferença adquire uma dimensão escandalosa no âmbito da alfabetização (SÁNCHEZ, 2013, p. 19).

Esse ponto da base da formação que precisa ser sólido e bem construído que falta principalmente para a maioria dos subalternizados pela diferença. Nesse contexto, quando nos remetemos à cultura surda no âmbito da UFT, levamos em consideração a convivência e todo um estilo de vida adquirido em outros ambientes, familiar e social, pelos alunos Surdos ao ingressarem no Curso de Letras – Libras da UFT. É necessário considerar os conhecimentos pretéritos de cada sujeito. Contudo, em um local em que há maior circulação da Libras, a questão identitária e cultural do ser Surdo pode se tornar mais emergente ou até mesmo refutada por alguns que veem a pessoa Surda como deficiente e não como diferente.

Quando se pertence a um grupo minoritário, “o desejo de fazer parte do grupo dominante na maioria das vezes prevalece”, de acordo com as reflexões de Frantz Fanon (1961, p. 49). Em sua obra “Os Condenados da Terra”, o autor diz que esse desejo justifica o segregado desejar o lugar do segregador. No entanto, há o descortinar de outra realidade agradável, pois ao encontrar outras pessoas com características semelhantes a sua, mesmo em um contexto de realidade em que as barreiras comunicativas ainda são pujantes, é possível visualizar alguns momentos com menos barreiras linguísticas ao transitar em um mundo

linguístico inteligível a sua primeira língua. Mesmo com a base de ensino Bicultural e Bilingual para os Surdos, existem problemas, pois há um esforço maior por ter de se envolver em duas realidades linguísticas: a viso espacial, que é a sua língua, e a oral, que, para a maioria dos Surdos, é mais desconfortável. Sobre isso, a autora Surda Gladis Perlin (2016, p 56) assevera que

Fala-se, hoje, frequentemente, de biculturalismo e o bilinguismo. Minha posição é de que o biculturalismo e o bilinguismo mascaram normas, pois mantém a diferença cultural Surda como se ela fosse incômoda. As posições bicultural e bilingual mantém o Surdo pelo meio. É como se dissesse você é um, mas tem de ser dois ao mesmo tempo.

Embora a educação bilíngue seja a confortável para os Surdos no contexto brasileiro, mesmo assim ainda são enfrentadas, por eles, barreiras de aprendizagem desde o ensino básico ao ensino superior, os quais são embasados por uma ideologia em que a maioria dos teóricos são ouvintes. E muitos ouvintes deixam de observar as especificidades das pessoas Surdas, nem sempre de modo intencional, porém, por falta de conhecimento, sobretudo, quanto a sua diferença identitária. Estamos inseridos na comunidade surda, entretanto, querendo ditar as regras, não considerando as alteridades culturais dos sujeitos Surdos. Ou seja, não podemos esquecer que “estas pessoas se consideram essencialmente visuais, com uma linguagem visual, uma organização social, uma história, e com valores morais que lhe são próprios” (LANE, 1992, p. 21). Por outro lado, os costumes colonialistas ainda estão imbricados no meio social, pois, por uma questão de poder, relegamos a emergência do outro. Estereotipar os Surdos em relação à deficiência seria entregar e eles o atestado de incapacidade.

Junto aos requisitos elencados que os habilitados ao ensino de Libras precisam adquirir no decorrer de sua formação, há outras nuances na modernidade tardia (termo cunhado por Stuart Hall), pois é necessário que se considere não mais as identidades fixas, e sim as identidades plurais. Por exemplo, o entendimento que as identidades do iluminismo em que os sujeitos detinham uma identidade estática já não atende o contexto social contemporâneo, uma vez que, por mais que tenhamos grupos sociais que cerceiam a emergência e autonomia de outros grupos minoritários, esses grupos últimos vão abrindo fendas e rompendo as barreiras das desigualdades. Assim, o docente precisa estar consciente de que irá se deparar com discentes que se representam em diversas identidades, algumas refutadas no organismo social. Assim como o próprio Surdo, cada um tem suas especificidades e diferenças. Hall (2006, p. 13), em relação a isso, ensina que

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, contextualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...].

Essas observações sobre as questões identitárias são de suma importância e merecem ser tratadas em sala de aula, porque vivemos emergidos em muitos comportamentos ainda padronizadores, seja em relação à linguagem, sexualidade, raça, como em relação a estratos sociais. A quebra dos padrões ditos verticais em sala de aula é necessária, e a importância do docente vai além das responsabilidades institucionais. Esse comportamento de atenções centralizadas no professor deixa em prejuízo muitos alunos que gostaria de uma interação mais ampla, visto que, em uma sociedade de “culturas híbridas” (CANCLINI, 2019), é bem complexo imaginar essa prevalência de práticas de ensino que configure um contexto padrão, embora ainda resistam.

Dessa forma, como as áreas de atuação dos docentes graduados em Letras – Libras são principalmente as unidades educacionais públicas (redes municipais, estaduais e federais), em que grande conglomerado de pessoas de menor poder aquisitivo são atendidas, exige-se um olhar holístico do professor para com esses sujeitos. A comunicação deve ser ampla, pois “obstaculizar a comunicação é transformá-los em quase “coisa” e isto é tarefa e objetivo dos opressores, não dos revolucionários” (FREIRE, 2020, p. 172). Então, é necessário ter em mente que o tratamento precisa ser equânime, toda atenção é necessária, com a finalidade de estar sempre promovendo justiça social. A professora estadunidense Bell Hooks (2017, p. 35) explica que “toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo”. Transpomos essas observações para o contexto da formação de professores surdos, posto que as peculiaridades de aprendizagem requerem muito esforço por parte das instituições de ensino e por toda a comunidade acadêmica com o intuito de, pelo menos, reduzir ao máximo o déficit educacional básico e ensino superior para as pessoas surdas.

Mesmo tendo avanços na implementação de escolas bilíngues, elas são ainda ínfimas e incapazes de atender a uma demanda cada vez maior, porque é possível perceber que as pessoas Surdas estão emergindo a cada dia. Embora já existam algumas escolas e universidades com profissionais intérpretes de línguas de sinais, é perceptível, para quem convive no meio acadêmico, visualizar as dificuldades de muitos Surdos, principalmente em relação aos textos escritos em língua portuguesa.

Lacerda e Lodi (2014, p. 16) nos ensinam que, “[...] embora a inserção do intérprete em sala de aula abra a possibilidade de o aluno Surdo receber a informação escolar por intermédio de uma pessoa competente em línguas de sinais, apenas a presença dessa língua não é garantia de que ele aprenda facilmente os conteúdos”. As autoras enfatizam que, embora exista a circulação da Libras com a presença do intérprete de línguas de sinais, essa circulação poderá ser cessada com a ausência do intérprete. Dessa forma, acreditamos que, quanto mais seja levado em consideração que o canal de aquisição do conhecimento das pessoas Surdas é a visão e não a audição, o aprendizado desse grupo minoritário poderá se tornar menos deficitário quanto à imposição de ensino tendo como base a língua portuguesa.

Não podemos ser céticos ao ponto de dizer que não existam ações com a finalidade de amenizar os desconfortos dos que se comunicam por meio da Libras. No campo das políticas linguísticas para os sujeitos Surdos, o reconhecimento da realidade dos Surdos no Brasil é ainda tímido, todavia algumas ações são de suma importância, tais como a promulgação da Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que deu o *status* de língua “das comunidades de pessoas Surdas do Brasil”. Conquanto, antes não havia esse reconhecimento, mesmo com a Libras utilizada pelas comunidades surdas no território brasileiro. O Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro 2005, foi outro acontecimento que deu maior visibilidade para a Libras e teve como objetivo regulamentar a Lei n. 10.436/2002. Essas duas legislações foram os maiores acontecimentos no campo das políticas linguísticas.

A implementação de políticas linguísticas é decisão do Estado. Sobre isso, Louis-Jean Calvet (2007, p. 11) afirma que, “no entanto, a **política linguística** (determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade) e o **planejamento linguístico** (sua implementação) são conceitos recentes que englobam apenas em parte essas práticas antigas” (grifos do autor). Apesar de o Estado ter de interferir na forma como a sociedade exprime as suas ideias cotidianas, essa intervenção, na maioria das vezes, tem caráter autocrático, de forma a deixar às margens sociais as línguas minoritárias, principalmente quando se trata de variações sociais e regionais. Isso já foi previsto por Bagno (2019, p. 30) quando assevera que

Cada falante de cada língua recebe seu idioma já pronto e acabado quando adquire por meio do convívio social. É claro que as línguas mudam com o tempo, ou melhor, **os falantes mudam a língua com o tempo**, mas as mudanças estruturais mais profundas são lentas, demoram séculos para se transformar em regras categóricas, de modo que cada indivíduo em sua vida está submetido ao “fascismo” sistêmico da língua que fala (grifos nosso).

A relação de poder a que as línguas estão submetidas pelos aparelhos estatais é o mal que não podemos dizer “necessário”. A figura da língua oficial tem como ideologia a facilitação da circulação dos meios econômicos e justifica o fascismo linguístico.

Apontamos que outra temática abordada nesta pesquisa foram os estudos de letramento, com base em Street (2014, p. 66), que “prefere o modelo “ideológico” de letramento, o qual reconhece uma multiplicidade de letramentos; em que o significado e os usos das práticas de letramento estão relacionados com contextos culturais específicos”. Kleiman (1995, p. 18) contribui ao explicitar que “o letramento significa uma prática discursiva de determinado grupo social, que está relacionada ao papel da escrita para tornar significativa essa interação”. Esses conceitos nos levam neste estudo a fugir dos contextos padronizadores ao nos direcionar para o viés multilíngue, sobretudo com o desejo de dessegregar as minorias linguísticas, e é por meio do discurso da causa da padronização linguística que surge a segregação das línguas minoritárias. Na mesma linha, Calvet (2007, p. 11) escreve que, “de igual modo, (...) o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à minoria a língua de uma maioria”.

A exigência da escrita em língua portuguesa no cenário da educação de Surdos com a ideia de que precisam ser normalizados nos chamou atenção. Assim, priorizamos os conceitos de letramento, identidade, cultura e representações porque são termos que contribuem no descortinar do porquê de o “grafocentrismo ainda ser tão habituado em nossa sociedade, em que se tenta enquadrar o Surdo seja na escola ou na realização de cirurgia, com o fito de impor a norma escrita padrão” (CAVALCANTE; SILVA, 2007, p. 220). Cavalcante e Silva (2007) enfatizam a necessidade latente de vermos o letramento como práticas sociais e outras formas de interpretar o mundo. Até porque há certa complexidade quando nos referimos sobre a primeira língua que os surdos aprendem.

Neste contexto, refiro-me aos Surdos profundos, quando a família, na maioria das vezes, realiza o exame de audiometria tonal com a finalidade de aferir o grau de surdez em cada ouvido da pessoa que nasce surda. No Brasil, o diagnóstico que afere o nível da surdez é regulamentado pelo Decreto n. 5.626/2005, em seu artigo 2º e parágrafo único, ao afirmar que,

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial

ou total, de quarenta e um decibéis (Db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005, p. 1).

Chama-nos a atenção os diferentes momentos linguísticos de uma pessoa Surda ao nascer em um lar de pais ouvintes. Seu primeiro contato linguístico é a língua oral verbalizada pelos ouvintes de seu grupo familiar. Posteriormente, inicia a sua história com alguns incidentes. Conforme relatos de Cunha Junior (2015), suas primeiras experiências escolares foram marcadas por uma época mais complexa do que a atual, no que concerne à educação de surdos, nos idos da década de 90 do século passado. Nas escolas, pouco se falava em línguas de sinais ou educação de Surdo. Uma época que ainda não era possível exigir amparo do Estado para uma efetiva educação de surdos por falta de uma sustentação jurídica que garantisse o mínimo nas unidades educacionais, ou seja, intérpretes de línguas de sinais. Mesmo depois de mais de três décadas e com sustação jurídica por meio da Lei n. 10.436/2002 e do Decreto n. 5.626/2005, a educação de surdo foi inserida na Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB somente em 2021. Apenas em 2020 surgiu o projeto de Lei n. 4.909/2020, convertido na Lei n. 14.191/2021, o qual alterou a Lei n. 9.396, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Precisa-se de bases de sustentação cultural e identitária para uma educação equitativa que faça emergir os grupos que foram e ainda são segregados socialmente, dentre esses, as pessoas Surdas. Temática muito debatida no meio acadêmico, porém com opiniões divergentes, seria o entendimento de que a maioria dos pais ouvintes de filhos Surdos, no afã de escolher o melhor para seus filhos em relação ao contexto linguístico, por desconhecimento das peculiaridades linguísticas viso espacial, preferem o contexto normalizador das pessoas Surdas. Santana (2015, p. 33), em uma de suas pesquisas sobre os motivos que levaram a família a escolher o procedimento de implante coclear como alternativa, explica que a maioria dos pais que optam por esse tipo de procedimento são ouvintes. Além dessa observação, Santana (2015, p. 33) afirma que o fator decisivo para que os pais façam tal escolha é o “desejo de ter uma criança que fosse como uma pessoa ouvinte”.

Nessa conjuntura, os processos identitários são forjados não pela fluidez e hibridização cultural/identitária, e sim por tentativas cruéis em que as diferenças étnicas são marcadas pela indiferença econômica. Podemos ver também que a intelectualidade segrega; contraditório, mas, real. Contudo, por processos despóticos e não pela atitude familiar, não acontece a divulgação da informação que pode levar a uma vida com menos barreiras linguística para essas pessoas com especificidades viso espacial. Simplesmente porque o

estigma da deficiência ainda está cristalizado nas pessoas surdas. E a maioria dos estigmatizados tem a tendência de perceber o estigmatizador como o ideal ou até mesmo estratificar seus pares, conforme nos ensina Goffman (2008, p. 117), ao escrever que

O indivíduo estigmatizado tem uma tendência a estratificar seus “pares” conforme o grau de visibilidade e imposição de seus estigmas. Ele pode, então, tomar em relação aqueles que são mais evidentemente estigmatizados do que ele as atitudes que os normais tomam em relação a ele. Assim, as pessoas que tem dificuldades auditivas não veem absolutamente como pessoas surdas, e as que tem deficiência de visão não se consideram, de maneira algumas cegas. E em sua associação com, ou separação de seus companheiros mais visivelmente estigmatizados, que a oscilação de identidade do indivíduo é mais fortemente marcada.

Tendencialmente a responsabilidade dos sujeitos sociais com características desejadas coletivamente, seja econômica, intelectual, ou a “normalidade” dos ditos “normais”, é maior porque têm essas as condições ideais para diminuir as desigualdades e estigmas. E o desejo de emergir socialmente quase sempre é o desejo de tomar o lugar de quem estar no topo da pirâmide social. Nesse sentido, um dos fatores cruciais se instala: “os preconceitos que são ideias que só se caracterizam como tais quando se mantêm impermeáveis a um conhecimento novo e nenhuma contradição os perturba” (BOTELHO, 2016, p. 23). Até porque é uma tendência querer o melhor para os nossos pares. Porém não devemos distanciar da possibilidade de tentar oportunizar a ascendência dos que se encontram na margem social, seja pela diferença econômica, linguística, de gênero, cor da pele etc.

Nesse sentido, o “lugar” onde a diferença cultural/identitária se entrelaça em contexto antagônico, pois o sistema educacional no Brasil tem tentado o impossível, qual seja unificar a diversidade cultural. Tal tentativa ficou expressa na fala do Ministro da Educação do Brasil em 22 abril de 2020, em uma reunião ministerial: “odeio o termo povos indígenas; quer, quer. Não quer, sai de ré”. Uma atitude na contramão das lutas dos povos indígenas brasileiros, uma vez que o mês de abril é um momento do ano em que os indígenas brasileiros merecem outros tipos de atitudes do Ministério da Educação. Para coadjuvar nessa compreensão dos espaços culturais, em que o discurso nacionalista homogeneiza, Homi Bhabha (2013, p. 75), autor indiano, um dos autores importantes dos estudos pós-coloniais-coloniais contemporâneos afirma que

É apenas quando compreendemos que todas as afirmações e sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente de enunciação que começamos a compreender porque as reivindicações hierárquicas de originalidade

ou “pureza” inerentes às culturas são insustentáveis, mesmo antes recorrermos a instâncias históricas empíricas que demonstram seu hibridismo.

O multiculturalismo tem suas ações de forma transgressiva para com aqueles que se encontram em contexto confortável por não ter empatia para com os diferentes. Nesse espaço aqui descrito, que enseja este estudo, as contradições, a não aceitação da Libras em alguns espaços ainda são barreiras que precisam ser desobstruídas, e as modificações necessitam ser micro se quisermos transformações macros, em ambiente em que possa haver a pacificação, sobretudo, em relação aos grupos minorizados demonstrados pela estratificação social de gênero. Aqui nos referimos em especial aos que resistem ao estigma linguístico.

4.1 O Surdo e as Políticas linguísticas na Universidade Federal do Tocantins – UFT

No ambiente universitário, assim como no contexto familiar, onde exista uma pessoa Surda, ainda é complexa a compreensão do Bilinguismo e da necessidade de implantação mais ampla de Políticas Linguísticas com a finalidade de que expanda a comunicação para essas pessoas. Isso porque, conforme já debatido neste estudo, a Libras fica em segundo plano no contexto de muitos pais de filhos Surdos, pois somente depois de as tentativas de tornar o Surdo uma pessoa ouvinte são frustradas, seja pela moralização ou medicalização, que se passar a aceitar a Libras. Mais: na maioria das vezes, a aceitação por parte da família é tardia, o que causa atraso no ensino aprendizagem dessas pessoas. Ao contrário de impressões falsas sobre a cognição e aprendizagem do Surdos, se lhe oportunizam a utilização desde tenra infância do canal viso espacial para aquisição da linguagem, os prejuízos educacionais dessas pessoas seriam bem menores.

No contexto acadêmico da universidade, às vezes se tem a sensação de que as políticas de inclusão, não só para as pessoas Surdas, mas também para outros sujeitos com especificidades, chegam tardiamente. Por exemplo, os estudos sobre Surdos e surdez se intensificaram na década de 1990, por meio de dois documentos legislativos que deram o marco inicial de uma das políticas linguísticas de suma importância para a comunidade surda brasileira. Um deles foi a criação do primeiro Curso de Letras – Libras, no território brasileiro, sobre o que Stumpf e Quadros (2014, p. 10) explicam que

A concepção do Curso de Letras – Libras Surgiu em 2002, quando o laboratório de Ensino a Distância da UFSC entrou em contato com a professora Ronice M. de Quadros, o professor Vilmar Silva e representante surdos da Federação Nacional de Educação de Integração de Surdos. Na época ainda não se tinha clareza quanto

a nível de formação que seria proposto. Em 2004, foi elaborado, um projeto de criação do Curso de Letras – Libras que tramitou institucionalmente pela Educação e pelas Letras. Foi em 2005 que a criação do curso foi aprovada em todas as instâncias da UFSC, e foi decidida a submissão de um projeto para o oferecimento desse curso na modalidade a distância, com apoio do Ministério da Educação. Neste mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 5.626 que regulamentou Lei 10.436/2002. Entre as várias ações previstas neste decreto, constava a criação de curso de formação de professores de Libras. O Curso de Letras – Libras Licenciatura atendia diretamente a esta demanda legal, passando, portanto, a apoiado pelo Ministério da Educação.

A criação do primeiro Curso de Letras – Libras do Brasil foi um marco histórico para e educação de Surdo e as políticas linguísticas. A proposta do MEC à época era de ampliar a criação de Curso de Letras – Libras em todo território nacional. Apesar do Portal do MEC não estar atualizado até 11 de maio de 2021, com o quantitativo de universidades federais e respectivamente com ao quantitavo Curso de Letras – Libras, mesmo assim foi possível consultar via web que no Brasil existem ao todo 69 universidades federais. A mais nova universidade federal é a UNFT, criada em 2019, já mencionada neste estudo. Nesse rol de IFES pelo Brasil, verificamos que em todos 27 estados federados existem Cursos de Letras. O que possibilitou essa ampliação foi o Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011, que instituiu o plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência – plano viver sem limite.

Destaca-se que em algumas unidades federativas existem mais de uma universidade federal, e não foi possível identificar a data de criação de cada Curso. Assim, verificamos apenas a existência do Curso de Letras – Libras em cada um do Estados, contudo foi possível visualizar que o apogeu das criações desses Cursos se deu no período de 2006 a 2016.

Passaremos, então, a descrever o contexto das políticas linguísticas da comunidade surda no ambiente da UFT. Para isso, primeiro descreveremos os documentos emanados do Conselho Universitário – CONSUNI. De acordo com o artigo 2º do regimento de órgão, afirma-se que: “O Conselho Universitário é o órgão máximo da Universidade para traçar a política geral universitária e funciona como instância de recurso” (UFT, 2004, p. 1), Dessa maneira, descrevo os documentos originados do CONSUNI, embora existam outros documentos emanados pelo CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que é o órgão deliberativo da Instituição UFT, em matéria didático-científica.

O primeiro documento a ser descrito é a Resolução n. 26, aprovado *ad referendum* pelo Conselho Universitário em 30 de agosto de 2018. Esse documento normativo tem como objetivo instituir as políticas linguísticas no âmbito da UFT, e o ato normativo foi necessário para entender outros atos normativos de alcance nacional, tais como:

O inciso XI do art. 21 do Decreto 9005/2017, que atribui à Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação a competência de articular com as autarquias deste Ministério ações e políticas linguísticas visando à melhoria da proficiência em diferentes idiomas, ampliando o acesso a idiomas adicionais e suas culturas nas suas diversas variantes; A Portaria Capes nº 220, de 03 de novembro de 2017 que institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa; A Portaria Nº 973, de 14 de novembro de 2014, do MEC, que Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras providências; [...] (UFT, 2018a, p. 1).

Nessa Resolução, a Língua Brasileira de Sinais é citada no artigo 1º, que trata das diretrizes desse ato normativo. O inciso XVI deste artigo traz a “implementação de programas e projetos que visem à promoção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na Universidade e o acesso da comunidade surda a outras línguas, incluindo também o Português como Língua Adicional” (UFT, 2018a, p. 4); e a segunda menção encontra-se no artigo 2º, ao listar os objetivos das políticas linguísticas no inciso XVI. Um desses objetivos é “criar programas e projetos que visem à promoção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na Universidade e o acesso da comunidade surda a outras línguas, incluindo também o Português como Língua Adicional” (UFT, 2018a, p. 6). Essa normativa interna da UFT norteia outros órgãos da instituição a criarem ações que visem ao atendimento da comunidade acadêmica, em relação às políticas linguísticas, e a comunidade Surda também é beneficiária. Exemplo dessas ações e criação de programas sobre a temática é o Programa de Apoio ao Discente Ingressante – PADI, que teve o seu primeiro Edital n. 77 publicado no segundo semestre de 2015. Esse programa foi criado pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, com o objetivo de auxiliar os estudantes ingressantes, matriculados no 1º e/ou 2º períodos e os reprovados nas disciplinas básicas curriculares.

O PADI funciona em forma de monitoria: editais disponibilizam o quantitativo de vagas em grupos e cada grupo pode ter até cinco monitores, os quais recebem bolsa remunerada. Nesse processo, o Curso de Letras – Libras, do campus de Porto Nacional/TO, foi contemplado com um grupo no ano de 2016, e nos anos de 2017, 2018 e 2019 houve uma ampliação para dois grupos. Esse programa de monitoria tem grande importância para o Curso de Letras – Libras, porque é uma possibilidade de preencher lacunas vindas do ensino básico, além de fomentar a interação entre surdos e ouvintes. Com sua existência, há aprendizado tanto para alunos Surdos, por poderem estar em contato com a L2, a língua portuguesa, e os alunos ouvintes, por poderem aumentar suas bases de aprendizado em relação a Libras.

Conforme aludido anteriormente, passaremos a descrever as normativas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, a Resolução a ser descrita é a n. 3 de 25 fevereiro de 2015, que “trata sobre a criação do Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI/UFT) e sua estruturação no âmbito da Universidade Federal do Tocantins” (UFT, 2015, p. 1). Essa Resolução revogou a Resolução n. 4/2003, que regulamentava a criação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente – NIADI, no âmbito da UFT. Sobre o programa, Coura (2021, p. 45) afirma que

Uma das prioridades do Programa é implementar uma Política de Acessibilidade e Educação Inclusiva da UFT que, nesse caso, pode incidir diretamente na vivência dos surdos na Universidade. Essa Política, no entanto, até a escrita deste capítulo, não está claramente definida. Não há, portanto, um texto com diretrizes ou outras informações específicas acerca da acessibilidade e inclusão na UFT, apesar de já serem perceptíveis alguns esforços, como pode ser visto no site oficial da instituição.

Os esforços já perceptíveis vêm nessa Resolução atender à exigência de um rol de seis atos normativos de amplitude nacional. O que se percebe é que as barreiras linguísticas que afetam grupos linguísticos minoritários ainda é um fenômeno que ocorre imbuído nas relações estratificadas, em que as atenções se direcionam para os cânones em relação às línguas ditas de “prestígios” em detrimento das diversidades linguísticas. Essa observação se justifica porque, embora já exista Curso Letras – Libras em todos os estados brasileiros, as normativas de trabalhos acadêmicos da maioria das universidades não falam sobre a possibilidade de apresentação e construção de trabalhos acadêmicos pelas pessoas Surdas, ou outras minorias linguísticas, como os Indígenas. Essas resoluções são proferidas pelos Conselhos Universitários, em que há Reitorias como presidentes desses órgãos máximos em contextos administrativos e normativos das universidades. Ao dispor sobre os manuais para elaboração de trabalhos acadêmicos, não há menção sobre a possibilidade de elaboração e apresentação desses trabalhos realizados principalmente pelas pessoas Surdas em Libras e publicação em vídeo. O que percebemos também é que a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que normatiza como deve ser a construção dos trabalhos acadêmicos, também não menciona a possibilidade de construção de trabalhos acadêmicos em Libras.

A não existência de outras possibilidades de construção de trabalhos acadêmicos por parte dos órgãos normalizadores de uma sociedade nos encaminha para o não reconhecimento das realidades de outras comunidades de fala que, nesse caso específico, é a Comunidade Surda. Contudo temos consciência de outras comunidades de fala, também segregadas por diversos contextos sociais e linguísticos. Por mais que tenhamos a Libras

reconhecida como língua no território brasileiro, percebe-se que apenas as grafias da lei e do decreto regulamentador parece insuficientes para o reconhecimento pleno da Libras. Observa-se que ainda é vivenciado pelos acadêmicos Surdos a não participação e reconhecimento nas decisões elementares como o reconhecimento da ABNT. Ao defender tal participação da Libras em uma normativa de construção de trabalhos acadêmicos, correremos o risco de estarmos defendendo a normatização da não só da Libras, mas também de outras línguas minoritárias. Conquanto, a inclusão é necessária para que as minorias linguísticas não fiquem marginalizadas, ou que sejam extintas. O linguista britânico James Robert Dunlop Milroy (2011, p. 76), em estudo intitulado “Ideologias Linguísticas e as Consequências da Padronização”, nos ensina que

O estabelecimento da ideia de uma variedade padrão, a difusão de conhecimento dessa variedade, sua codificação em compêndios gramaticais e dicionários largamente usados e sua promoção num amplo espectro de funções – tudo isso leva à desvalorização de outras variedades. A forma padrão se torna a forma **legítima**, e as outras formas se tornam, na mente do povo ilegítimas (grifo do autor).

Sendo assim, a ideia de língua ilegítima se cristaliza desde o cotidiano social formal, em que os que vivem a cultura da língua padrão, os “ditos” elitizados socialmente, são privilegiados em detrimento dos que utilizam as variações que se julgam línguas de menos prestígio. Essa ideia de que alguns falam certo e outros errado faz com que passemos a viver segregando os falares ditos urbanos em detrimento dos falares rurais. E quando se refere às línguas de sinais, comumente é o meio de comunicação das pessoas “deficientes auditivas”. Acredito que, por esse motivo, a Libras ainda esteja fora de muitos contextos necessários à comunidade Surda.

Como exemplo, citaremos o Manual de normalização para trabalhos acadêmicos-científicos da UFT (UFT, 2017), em que não há possibilidade da elaboração de trabalhos acadêmicos-científicos de acordo com as especificidades das pessoas Surdas. Ou seja, além do Curso de Letras – Libras, criado em 2014 e iniciado o exercício de ensino aprendizagem em 2015, têm-se também os mestrados Surdos ingressantes no Programa de Pós-Graduação em Letras – PPG Letras, também da UFT, campus de Porto de Nacional/TO. No segundo semestre do ano de 2017, foi publicado o Edital de Abertura n. 3 de 2017, do Processo Seletivo da Turma 2017/2. Esse edital foi o primeiro que disponibilizou 20% das vagas de um total de 30 para ingressantes Surdos, em atendimento correlato à Portaria n. 13 de 11 de maio de 2016 do Ministério da Educação, que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas nas Pós-graduações. Assim, foram disponibilizadas sete vagas e foram aprovados seis

acadêmicos Surdos com a finalidade de obterem o grau de Mestres em Letras. Mesmo com todo esse público em exercício acadêmico na universidade, a situação padronizadora dos trabalhos acadêmicos prevalece. Contudo, essa é uma realidade ainda bem ampla. Fazemos esses apontamentos porque, na maioria das vezes, as transformações mais significativas são possíveis de serem realizadas no contexto do “lugar” onde as experiências de afeto ou contestações acontecem.

Assim sendo, ao recorrer novamente ao conceito de “lugar”, faço a referência ao contexto universitário, por acreditar que esse espaço é, acima de muitas controvérsias, o “lugar” da construção democrática. Nele, grupos minoritários realmente podem ter voz, o subalterno pode falar (SPIVAK, 2014). Por acreditar nessas possibilidades, passarei a descrever as políticas linguísticas do Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, que atendam as especificidades das pessoas Surdas. E a maior ação em políticas linguística desse curso para a construção identitária dos Surdos é a existência de nove Professores Surdos do quantitativo de 17 professores. Conforme já relatado neste trabalho em momento anterior, o Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, é o segundo curso com maior quantitativo de Professores Surdos do Brasil.

Embora este estudo dê ênfase ao público Surdo da UFT, não temos a pretensão de não observar as contribuições relevantes das pessoas ouvintes que fazem parte do contexto de ensino aprendizagem do Curso de Letras – Libras da UFT. Como exemplo dessas contribuições, citamos o projeto de extensão “Leitura e escrita de inglês para surdos”, desenvolvido pelo Professor do Curso de Letras – Libras Felipe de Almeida Coura e aplicado no período do mês de abril a dezembro 2017. Esse projeto tratava de um curso básico de leitura e escrita para alunos surdos do Curso de Letras. Os objetivos do projeto de extensão tinham as seguintes premissas:

Geral, proporcionar aos alunos conhecimentos básicos de leitura e escrita em língua inglesa. ESPECÍFICOS: 1. Contribuir para que os alunos se posicionem criticamente diante de diversas temáticas recorrentes na sociedade; 2. Produzir e divulgar gêneros textuais que contribuirão para o desenvolvimento de leitura e escrita dos alunos; 3. Formar alunos tutores de inglês para as próximas turmas (COURA, 2017, p. 5).

Observamos que esse projeto contribuiu com o fato de estarmos vivenciando na prática o multilinguismo não só por ter como objetivo de ensino a língua inglesa, que na atualidade é a língua que tem maior evidência no cenário mundial, mas por abrir um leque de possibilidades que, no senso comum, é impossível uma pessoa Surda nativa brasileira

aprender inglês. Conquanto, é apenas no senso comum. Por outro lado, ações como essas fazem parte de um planejamento linguístico, uma vez que as atividades envolvidas foram direcionadas para um grupo de fala, os Surdos. Além dessa ação envolvendo políticas linguísticas, citaremos também o projeto “Inventário da Língua Brasileira de Sinais da Região de Palmas-Tocantins”. Nesse estudo, Souza, Silva e Ludwig (2018, p. 61) descrevem a metodologia de coleta e transcrição de dados, em que são feitas pontuações em relação a Libras e à documentação das línguas de sinais:

Considerando que o projeto do Inventário da Libras da Região Metropolitana de Palmas – TO está vinculado a um projeto maior – Inventário Nacional da Língua Brasileira de Sinais, da UFSC, seus objetivos serão, em parte, os mesmos utilizados pelo projeto matriz, devidamente adaptados à realidade do Estado do Tocantins. O Inventário da Libras da Região de Palmas tem por finalidade criar um corpus da Libras representativo do estado do Tocantins e está vinculado ao Projeto Inventário Nacional da Língua Brasileira de Sinais, da UFSC, que chamamos de projeto matriz, coordenado pela Profa. Dra. Ronice Müller de Quadros. Nesse sentido, trata-se de uma replicação do Inventário Nacional da Língua Brasileira de Sinais no Estado do Tocantins, conforme prevê o projeto matriz, com sede na UFSC. Por esta razão, serão adotados os mesmos procedimentos metodológicos daquele projeto, a fim de se comparar os dados coletados no Estado do Tocantins com os dados de corpora de outros Estados brasileiros. Dessa forma, a Região Metropolitana Palmas passa a compor o Inventário Nacional da Língua Brasileira de Sinais, juntamente com as demais capitais que hoje fazem parte do projeto. Atualmente, integram o Inventário Nacional da Língua Brasileira de Sinais os estados de Alagoas, Ceará, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Tocantins.

Os aspectos que nos levaram a inserir como uma das ações de políticas linguísticas no Curso de Letras – Libras é o fato de todos os envolvidos neste estudo serem docentes deste Curso. Outro aspecto é que, dos dez autores de estudo, sete são surdos. E porque, por mais que o projeto tenha a sua matriz nos estudos desenvolvidos na UFSC, os estudos desenvolvidos no Estado do Tocantins serão analisados, ou seja, transcritos no laboratório de corpus linguísticos da Libras do Curso de Letras – Libras, UFT, campus de Porto Nacional/TO.

Após a descrição das principais ações sobre políticas linguísticas que de alguma forma causam efeito nos alunos Surdos do Curso que rege o tema deste estudo, passaremos a outra seção, sobre a questão da escrita e das inquietações de alunos surdos em relação à construção do TCC.

4.2 A questão da escrita, as inquietações de alunos Surdos e a construção do TCC

Os fatores que ainda deixam a educação bilíngue aquém do desejado para muitos pais de filhos surdos e surdos adultos vão além da ineficácia legislativa. Isso porque, por mais que uma legislação determine que ações positivas sejam tomadas em prol da educação bilíngue, de fato ainda não acontece, principalmente nas escolas onde é construída a base intelectual dos alunos, sejam surdos ou ouvintes. De acordo com Kyle (2017, p. 19),

A escola geralmente possui um conselho de administradores. Raramente há uma maioria de surdos no processo de tomada de decisão. As prioridades são aprovar um currículo que define a si mesmo em termos de conteúdo e método. Uma vez que o sistema educacional é o majoritário, esse currículo provavelmente é centrado na audição, ou seja, baseia-se numa perspectiva auditiva do mundo.

Nessa perspectiva de que a audição tem maior prestígio, tento fugir das questões maniqueístas ou impressionistas. Contudo essas são situações reais que ainda persistem, apesar da contemporaneidade histórica atual, em 2021, consubstanciada com um arcabouço legislativo. Isso leva a uma experiência de aprendizado pelos alunos Surdos em que a visão escolar auditiva influi outra visão majoritária nada confortável para os minoritários política e linguisticamente. Essa é a visão “grafocêntrica”, termo cunhado por Cavalcante e Silva (2007) em uma de suas pesquisas referenciada na Linguística Aplicada e na perspectiva teórico-metodológica etnográfica. Conforme explicam Cavalcante e Silva (2007), o “grafocentrismo” é o ato de tentar normalizar tanto as tradições orais, em que a escrita é secundária, quanto os utentes das línguas de sinais, em que a escrita das línguas orais podem até fazer sentido para alguns, contudo o conforto linguístico faria sentido se olhássemos os sujeitos Surdos não como o *outsider*, e sim pessoas que exprimem suas ideias por meio de signos linguísticos diferentes. Ao tratar do tema, Cavalcante e Silva (2007, p. 224) afirmam que

A ideia de que o Surdo precisa ser normalizado é muito presente, tanto em casa, pelas famílias que procuram os centros de audiologia e reabilitação – algumas, inclusive, com a esperança do implante coclear –, quanto pela escola, que tem a esperança de “enquadrar” o Surdo, se não pela cirurgia, pelo menos pela imposição da escrita padrão.

Implicações dessas imposições são causadas em muitos contextos por falta de conhecimento. É necessário reforçar no meio educacional a concepção de que há outras possibilidades de letramentos, sobretudo considerando as especificidades linguísticas e

“práticas locais” (TEIZE et al., 2007). Além disso, estudos como o de Stuart Hall (2006, p. 89) orientam que as identidades culturais não são mais estáticas ou unificadas; um desafio da modernidade seria entender que “as culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia”. No contexto social atual, é muito difícil pensar em um corpo social homogêneo. Quando nos referimos à aceitação das diferenças dos Surdos, assim como de outros grupos minoritários, principalmente sobre as diferenças linguísticas, a permanência minoritária se dá por meio de muita resistência. Viver em situação de exclusão ainda é comum em vários contextos, seja econômico, racial ou de gênero.

Dentre essas formas de exclusão, a experiência diaspórica de muitos desses grupos segregados, quando têm de se deslocar de forma forçada, pode estar comumente associada a conjunturas de perseguição política e religiosa. Porém existe uma dispersão linguística latente, quando grupos são forçados a usar outras línguas. Nos estudos sobre cultura surda, a autora Karin Strobel (2018, p. 39), que também é surda, destaca que “os Surdos se sentem excluídos das comunidades ouvintes devido às representações sociais ‘normalizadoras’ que não aceitam a cultura surda”. Para muitos de nós que vivenciamos uma relação de poder segregador, tem a sua base

(...) atual moldada, de alguma forma, pelo colonialismo dos séculos XIX e XX e por uma nova estrutura de dominação - a globalização -, em que os movimentos das antigas colônias em relação à educação são marcados por profundas desigualdades, sendo a chave para a construção de identidades e naturalização de relações desiguais de poder (CAVALCANTE; SILVA, 2006, p. 2019).

As reflexões de Cavalcante e Silva (2006) se cristalizam também nos estudos de Moita Lopes (2013): o controle e a regularização linguística com base em um ideal monolíngue. Na maioria dos lugares onde se tem adotado a política de normalização linguística ao oficializar uma língua e não ter outras cooficiais, este autor afirma que o controle linguístico reforça o “ideal de uma língua pura que colaborou com a construção de um estado nação. Esse sentido de pureza linguística foi e é usado para sedimentar desigualdades sociais de classe social, gênero e raciais” (MOITA LOPES, 2013, p. 102). Nesse sentido, quando nos reportamos aos Surdos utentes da Libras, o estigma da deficiência sobressai em relação à importância da comunicação e expressão da língua visuo espacial pelas comunidades surdas. Muitos que não sofreram esses estigmas, quando têm contato com o tema, acham que é vitimização, o que não é verdade.

Além disso as representações normalizadoras e ideias puristas estão presentes no contexto das línguas de sinais devido ao estereótipo de deficientes imposto aos Surdos por muitos que ainda não internalizaram a importância da cultura surda para os sujeitos Surdos. Nogueira e Silva (2008, p. 72) afirmam que “os Surdos, assim como outros grupos minoritários, são afetados também por essa nova ordem, e buscam inserir-se em novo espaço, não mais aquele circunscrito apenas à patologia”. Ressaltam as autoras que essa diferença se aplica ao anseio de verem a língua de sinais circulando de forma ampla e diminuindo as barreiras da comunicação em modalidade viso espacial, ainda tão premente no convívio social dos Surdos.

Tal posicionamento de características análogas traz o termo “grafocentrismo”, que é uma visão padronizadora em acreditar que todos os sujeitos em uma sociedade teriam de ter o “domínio” da escrita para serem bem quistos social e profissionalmente. Entretanto nem todos os grupos sociais se encaixam nesse contexto grafocêntrico, e para Cavalcante e Silva (2006, p. 2019), “nessa parcela da população estão os índios, os descendentes de imigrantes, os habitantes de cidades de fronteira e os surdos como minorias linguísticas”. Ademais, adentramos na terceira década do século XXI, e o reconhecimento das especificidades dos grupos sociais minoritários ainda está muito distante do que é ansiado pelos pertencentes dessas minorias. Uma distância imposta pela falta de reconhecimento, sobretudo, de políticas públicas de inclusão, participação e equitativas.

A Língua Brasileira de Sinais – Libras, conforme já relatado, é uma língua que tem seu reconhecimento legislativo em território brasileiro, contudo sua circulação ainda é muito restrita. A ideia de um país monolíngue ainda prevalece no senso comum dos grupos sociais tidos como majoritários linguisticamente, por acreditarem que se comunicam por meio da língua portuguesa padrão, o que até acontece em situações formais. Todavia, no cotidiano, é perceptível que essa ideia de língua pura ou monolinguismo é apenas uma quimera. Além da diversidade de línguas indígenas, há comunidades de origens europeias localizadas no sul do Brasil que também são utentes de variadas línguas, como alemã, espanhola, italiana dentre outras. Em relação às línguas de sinais, Lucinda Ferreira, em sua obra “Por uma gramática de línguas de sinais”, realiza um estudo comparativo entre a Língua brasileira de sinais – Libras e a Língua de sinais Kaapor Brasileira – LSKB. Ferreira (2010, p. 245) afirma que essas duas línguas “desenvolveram-se inteiramente em separado. A primeira nas selvas amazônicas; e a segunda, nas grandes cidades brasileiras”. Essas observações têm como finalidade demonstrar que no Brasil é vivenciada a diversidade linguística em contraposição à falácia de língua única.

Estudo sobre políticas linguísticas do multilinguismo desenvolvido por Moita Lopes (2013), intitulado “O português no século XXI”, tem como foco desmistificar essas concepções monolíngues, que ocasionam situações discriminatórias principalmente no contexto educacional, em um país tão diverso linguisticamente como o Brasil. Cavalcante e Silva (2006), em estudo de perspectiva etnográfica, relatam que a busca por inclusão de grupos minoritários em espaços escolares é alvo ainda de preconceitos. Após acompanhar a mãe de um aluno Surdo, desde a procura de uma vaga na escola até a matrícula do aluno, as autoras descrevem algumas situações desagradáveis pelas quais a mulher passou. Por exemplo, no momento em que algumas pessoas que trabalhavam na escola ficaram sabendo que a criança era diferente do padrão dito “normal”, ou seja, Surda, a vaga para ela deixou de existir. A dificuldade de acesso ao sistema escolar é apenas uma das barreiras impeditivas que confrontam os Surdos, mesmo com todas as garantias legislativas. Cavalcante e Silva (2006, p. 221) relatam que “as pessoas com necessidades especiais continuam sendo inviabilizadas por serem diferentes e destacadas como ‘deficientes’ por não conseguirem o rendimento escolar” de acordo com os padrões de normalidade impostos pela escola.

Para a maioria das pessoas Surdas, essa realidade de exclusão se inicia ainda nos primeiros contatos com a escola. E mesmo para os que conseguem ingressar no ensino superior, as dificuldades, sobretudo em relação à segunda língua, ainda continuam porque a base de conhecimento em relação a Libras ainda não os contempla – a realidade educacional ainda não considera as necessidades e especificidades de aprendizagem dos Surdos. Existem muitos fatores que contribuem de forma negativa para a construção de uma base sólida de conhecimento por uma pessoa Surda. O principal é a hegemonia da língua portuguesa, que faz com que muitos Surdos encontrem dificuldade de aceitação da língua visuo espacial como sua primeira língua. Gesser (2009, p. 106) afirma que “essa aversão ao idioma visuo espacial advém de um sentimento de impotência, insegurança, medo, e às vezes de desprezo que são continuamente relatados”.

E não poderia ser diferente, diante do cenário ainda deficitário de escolas bilíngues em que a instrução escolar em língua portuguesa predomina. Gesser (2009, p. 60), ao responder se os Surdos precisam da língua portuguesa para sobreviver na sociedade, explica que, embora muitos profissionais de ensino tenham deixado a Libras em segundo plano em relação à educação dos Surdos, a verdade é que “(..) os Surdos não ‘sobrevivem’ se lhes for tirado o direito de usar sua primeira língua de seus ambientes sociais”. Esse direito foi cerceado ao longo da história de educação de surdos por meio de implementação das modalidades de ensino que têm como base a oralização, ao fazer com que os surdos aprendam

a falar à semelhança dos ouvintes. Ainda que a oralização tenha decaído como proposta pedagógica para ensino dos Surdos, mesmo assim essa modalidade de ensino é aceita por muitos estudiosos defensores de tal metodologia.

Sabe-se que há hegemonia da língua portuguesa em detrimento da Libras, mas, “por outro lado, é preciso manter estratégia para que a cultura dominante não reforce as posições do poder e privilégio” (PERLIN, 2016, p. 57). Quadros (1997, p. 26) também reforça que, “muito além de problema educacional, nos encontramos diante de um problema social entre a maioria e minoria, análogos aos problemas sociais enfrentados no Brasil”, comparando as barreiras de distribuição de rendas. Os problemas relativos à educação dos surdos persistem mesmo depois de mais de duas décadas de a temática se tornar holofote para muitos pesquisadores e agentes públicos (QUADROS, 1997). Porquanto, por mais que este estudo seja realizado no contexto do ensino superior, de forma análoga a qualidade do ensino básico da maioria das escolas públicas brasileiras ainda é insuficiente porque não consegue atender os utentes da língua portuguesa dita oficial e majoritária. Isto é, ao nos referir a Libras, que ainda é apenas reconhecida como língua da Comunidade Surda Brasileira, isto é, a Libras ainda não tem *status* de língua oficial, ou seja, se assim fosse, a mesma teria o *status* de língua cooficial mesmo com o reconhecimento de segunda língua brasileira de acordo com a Lei 10.436/2002. E desta forma todos os documentos oficiais originados nas administrações públicas: União, Estados e Municípios teriam que serem produzidos também em Libras, algo que ainda não acontece.

4.3 “Eu não gosto de ABNT muito difícil mais português fica mais difícil ainda”: a necessidade da Libras enquanto língua de registro e circulação no contexto acadêmico

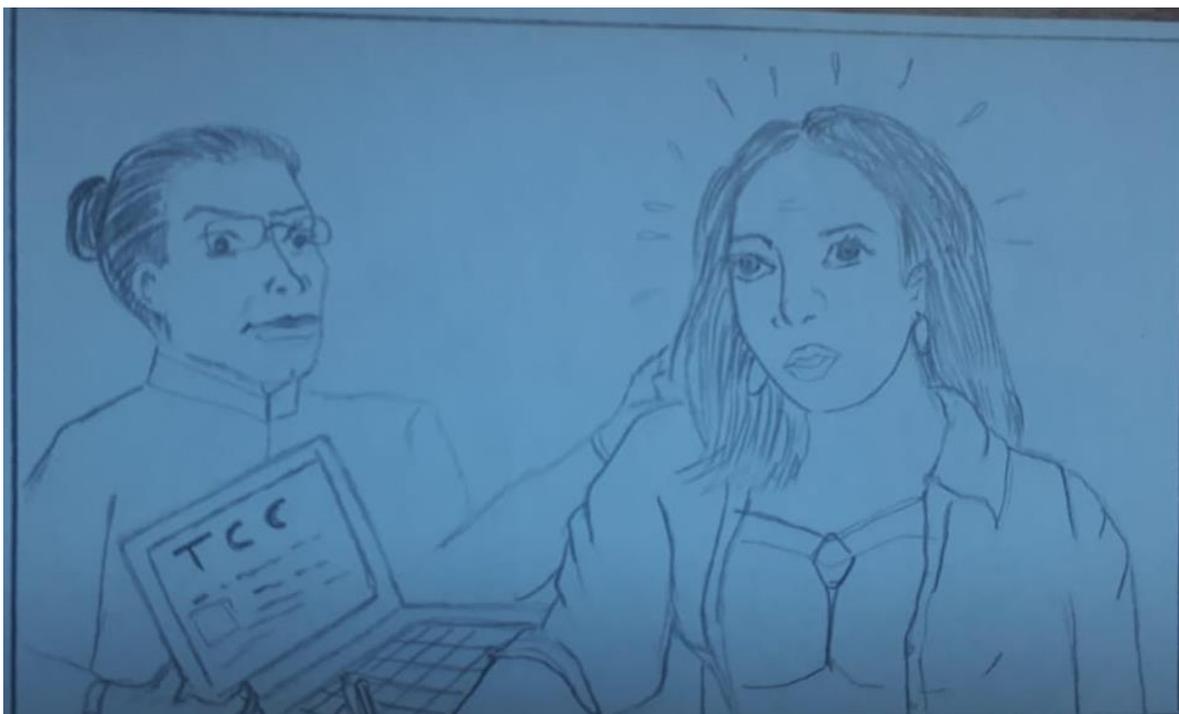
Nesta seção, expomos algumas contestações dos acadêmicos Surdos no processo de construção do TCC quando se deparam com as exigências do mundo acadêmico, principalmente quando as normas como a ABNT não incluem Libras e nem as demais línguas usadas por grupos minoritários, como exemplo as línguas indígenas. Conforme já aludido neste trabalho anteriormente, essa é uma realidade de difícil rompimento de suas amarras. Conquanto, é necessário enfatizar, mesmo que se caracterize uma redundância, até porque a repetição constante de uma temática poderá chegar em um momento que receba atenção, pois esse contexto segregacionista precisa ter fim.

Contudo nas universidades públicas esse contexto tem uma outra visibilidade por meio das ações afirmativas que garantem o ingresso às graduações e pós-graduações, além

de dar vez e voz a esses grupos por meio das Extensões Universitárias e Programas de Educação Tutoriais – PETs. Em relação aos Acadêmicos Surdos, quando se contextualiza a possibilidade de lidar com a escrita em línguas portuguesa do TCC, a situação é um pouco mais complexa para esses grupos em virtude de a maioria utilizar como meio de expressão e comunicação a Libras. E, como já mencionado anteriormente nesta pesquisa, Gesser (2009, p. 9) destaca que “na década de 1960, foi conferido à língua de sinais o *status* de linguístico, e, ainda hoje, mais de quarenta anos passados, continuamos a afirmar e reafirmar essa realidade”.

Com o objetivo de ilustrar o estado de desconforto de uma acadêmica também surda no momento da orientação do TCC, o Acadêmico Surdo Tyson, participante desta pesquisa, produziu a Figura 4.

Figura 7 – Acadêmica Surda apreensiva na orientação do TCC



Fonte: foto desenho confeccionado pelo acadêmico Surdo Tyson (2019).

O Estado, no afã de regulamentar uma única língua em um país diverso e multicultural, impõe seu caráter homogeneizador e monocultural, apesar de as línguas de sinais terem *status* Linguístico há mais de quatro décadas. Assim, ignoram-se as especificidades sociais, religiosas, regionais e, nesse caso, enfatizamos as especificidades linguísticas por estarmos falando de minorias linguísticas: os Surdos. A realidade de cultura única, de um só povo, não existe, pois vivemos em um contexto plurilinguístico. A

responsabilidade é do Estado de dar ou retirar *status* de uma língua, porém, no Brasil, o Estado reconhece que exista uma única língua oficial, a língua portuguesa. Assim, compreende-se que as ações estatais sobre regulamentações linguísticas poderiam ser mais bem equilibradas. Calvet (2007, p. 117) afirma que

Nas situações de plurilinguismo, os Estados são levados às vezes a promover uma ou outra língua até então denominada ou, ao contrário, retirar de uma língua um status de que ela já gozava, **ou ainda fazer respeitar um equilíbrio entre todas as línguas, ou seja, administrar o status e as funções sociais das línguas em presença** (grifos do autor).

Como forma de respeitar o equilíbrio entre todas as línguas, as universidades, por “gozarem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” de acordo com artigo 207 da CF, (BRASIL, 1988, p. 115), devem oportunizar a convivência de um plurilinguismo real. Prova disso o próprio PPC (UFT, 2018, p. 75), que nos traz na ementa da disciplina TCC II as seguintes afirmativas:

Elaboração de monografia ou artigo científico escrito em Língua Portuguesa ou filmado em Língua Brasileira de Sinais, baseado em projeto elaborado na disciplina de TCC I, relacionado com as linhas de pesquisa do Curso e considerando as exigências teórico-metodológicas do tema abordado.

Assim sendo, mesmo com possibilidade de apresentação e construção de um TCC gravado em vídeo, o TCC precisa ser publicado em língua portuguesa e, por mais que seja um trabalho científico inicial, é um momento de muita expectativa. Por isso o ideal seria tanto a construção do TCC, quanto sua publicação ser em vídeo, oportunizando a circulação ampla dos TCCs em Libras, pois esse é um momento de exposição pessoal e de suas ideias, e quanto mais possibilidade de utilização de sua língua natural, melhor. Quando as especificidades linguísticas para essa exposição de ideias são diferentes, há preocupação maior e certo desconforto. Isso é perceptível na fala do acadêmico Freitas. A exemplo dos demais participantes, trago sua apresentação por meio de uma minibiografia:

O Acadêmico Freitas ingressou no Curso de Letras – Libras da UFT no ano de 2017, com a possibilidade de conclusão do Curso no final no segundo semestre de 2020. Freitas nasceu ouvinte e a surdez veio causada pela meningite viral. Atualmente é Professor na rede municipal de ensino em um dos municípios do estado do Tocantins (Diário de campo, em 6 de novembro de 2019).

Este acadêmico, atuante nas lutas da Comunidade Surda Tocantinense, tem o seu ativismo político como meio de expor suas ações em prol do fim das barreiras que impedem as pessoas Surdas viverem de formas mais confortáveis, principalmente em relação à circulação da Libras de forma ampla na sociedade. Isso posto, ao perguntar como seria a elaboração do seu TCC, que já havia sido iniciado, obtive as seguintes respostas:



Excerto 4: Acadêmico Freitas

Divino: Bom dia, tudo bem? Sobre o seu TCC, como vai fazer?

Freitas: Vou fazer e apresentar em Libras. Eu não gosto de ABNT, junto com português difícil demais.

Divino: Qual o tema do seu TCC?

Freitas: Estou combinando com o orientador. Mas vai ser sobre comparação de variação linguística em Libras.

Divino: Quanto ao tempo, você acredita que ao defender o TCC já consegue finalizar o Curso de Letras – Libras?

Freitas: Eu ainda tenho algumas disciplinas atrasadas, mas, se eu adiantar algumas, eu vou conseguir.

Divino: Se tivesse a possibilidade de não fazer o TCC, você apresentaria o relatório do último estágio como L2. O que você acha?

Freitas: Ainda vou demorar para fazer o último estágio. Mas se fosse possível, seria muito bom (Entrevista, em 4 de novembro de 2019).

A fala do acadêmico Freitas reflete sua preocupação com as regras que se encontram inseridas no contexto ouvinte. Destaca-se que os trabalhos acadêmicos filmados em vídeos seguem a mesma temática e regras da ABNT, mas na realidade e especificidade da Libras. A sinalização segue técnicas para não fugir do caráter acadêmico, ou seja, a semelhança de um texto escrito em língua portuguesa, no momento de fazer uma citação indireta, em que há o emprego das aspas, e na direta, o recuo. Nas pesquisas em que há elaboração do conteúdo sinalizado, no momento de fazer as citações, o pesquisador precisa mudar a cor da camisa, que geralmente é na cor vermelha. Dessa maneira, há inclusão da Cultura Surda e um de seus atributos mais importantes, a Libras. Como exemplo dessa prática existe a Revista Brasileira de Vídeo-Registros e Libras da UFSC, coordenada pelo Professor Surdo Dr. Rodrigo Custódio da Silva. Essa revista é uma das principais formas de circulação de conhecimento acadêmico em Libras que se tem conhecimento atualmente. O que mostra que é possível sonhar e sair das amarras do grafocentrismo, apesar de vivenciarmos um passado histórico de negação do outro. Aqui enfatizo o estigma da deficiência a que muitos Surdos têm resistido e mostrado que é possível a convivência multicultural. Nesse sentido, Candau (2013, p. 17), ao retratar o multiculturalismo em respeito às diferenças culturais e práticas

pedagógica no contexto da América Latina, e em relação ao contexto histórico do porquê ainda negamos o outro, destaca que

A nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro” ou por sua escravização, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade. Os processos de negação do “outro” também se dão no plano das representações no imaginário social. Neste sentido, o debate multicultural na América Latina nos coloca diante da nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nós construímos socioculturalmente, o que negamos e silenciemos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica. A problemática multicultural nos coloca de modo privilegiado diante dos sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades e lutando por seus direitos de cidadania plena na nossa sociedade, enfrentando relações de poder assimétricas, de subordinação e exclusão.

Para os Surdos, a reafirmação de suas identidades não é diferente, e o que se tem conquistado até momento ainda não contempla o mínimo necessário, qual seja o sonho de ampla circulação da Libras nos ambientes de convívio social e que esses grupos sociais possam estar inseridos em todos os círculos sociais. Até porque a inclusão das pessoas Surdas é vista pelo viés, principalmente, do estigma da deficiência, um campo de lutas históricas para se ter visibilidade em uma coletividade ainda não flexível em relação às questões das diferenças sociais, econômicas de gênero. Nesse contexto, o que se pretende é a não visibilidade pela deficiência, e sim pela especificidade linguística e capacidades que precisam ser compreendidas, de compreender o mundo ouvinte, pois para muitos Surdos essa compreensão acontece de forma fragmentada.

Em momentos atuais, o discurso dos sujeitos Surdos tem sido principalmente por esse reconhecimento social e, sobretudo, em reafirmar que os Surdos têm o seu contexto linguístico “diferente” no concerne a sua cultura. E a comunicação em Libras é o artefato identitário preponderante, porque o viés cirúrgico com finalidade de implante coclear na maioria das vezes não é a resolução da perda auditiva. Isso porque a Libras tem toda estrutura de uma língua natural semelhante à língua utilizada pelos falantes ouvintes.

Para contextualizar essas reflexões, segue a Figura 8, em que, além do acadêmico Freitas enfatizar a importância da Libras, tem a preocupação com a extinção desta. Cita-se como exemplo de extinção a de línguas de grupos minoritários, os indígenas do território brasileiro. Era um quantitativo bem significativo, tanto desses povos originários, quanto a diversidade de línguas utilizadas por eles. Como a língua é um dos artefatos mais importante da cultura de um povo, Freitas faz esta justificativa na introdução de seu TCC, sobre variação linguística (nota de campo, 11/12/2019).

Figura 8 – Trecho da parte introdutória do TCC, do acadêmico Freitas (2019)

Varição linguística é possível, porque cultura mostra para sociedade geral língua valorizada também cultura valorizada evitar influência sinais não obriga, os grupos de cada estado com cultura diferentes acostuma com a variação linguística. Não é única variação da língua só não também cultura tem cada estado Brasil variação. Corpus da libras, por que é importante pesquisar? Corpus é precisa dados variação libras diferente dados do corpus, porque evita risco perder língua, por exemplo, os antigos indígenas tinham 2 mil línguas aproximadamente, agora risco das línguas diminuiu 236 línguas (aproximadamente). Assim também, libras pode ser risco por isso corpus é importante para salvar língua, é mais seguro. Dados é muito importante ajudar registrar sinais cultura do estado Tocantins.

Fonte: Freitas (2019).

Isto posto, por mais que havia por parte do acadêmico Freitas uma resistência em relação à ABNT e à escrita em língua portuguesa, ele apresentou seu TCC escrito em língua portuguesa e publicado em sua língua natural, a Libras. A UFT ainda não dispõe de uma revista semelhante à Revista Brasileira de Vídeo-Registros, e essa seria uma possibilidade de dar mais visibilidade à Libras enquanto língua de registro e circulação no contexto acadêmico. Seria uma possibilidade tanto para a escrita e publicação do TCC, quanto para a escrita da dissertação de mestrado. Até porque o mestrado já é uma realidade no PPG-Letras de Porto Nacional desde 2017, e neste ano de 2021, o Edital n. 1/2021 ofertou 59 vagas, das quais 30% foram para candidatos cotistas, sendo 8 vagas para candidatos surdos. Essas observações se justificam porque o acadêmico visualiza a problemática da escrita, seja de um TCC e/ou posteriormente uma dissertação de mestrado como um desafio para sua vida. Por outro lado, defendemos um ambiente acadêmico no contexto multilíngue, contudo esse ambiente não se justifica quando valorizamos de modo geral as línguas majoritárias, por serem mais viáveis nas relações de mercado econômico.

Nas seções subsequentes, apresentamos outras percepções dos participantes: acadêmicos, professores e uma participante, intérprete de língua de sinais do Curso de Letras – Libras. A contribuição desta foi importante porque nos ajudou a compreender muitas situações vivenciadas pelos alunos Surdos no momento da construção do TCC, sobretudo do acadêmico Tyson. Foi possível visualizar questões conceituais no processo de desconstruir a realidade monolíngue e sua relação com a circulação de conhecimento na academia.

4.4 “Eu não entendo, muito confuso mesmo com ajuda da intérprete, se fosse para desenhar seria melhor”

Todos enunciados dos participantes têm sua contribuição e importância nesta pesquisa. No caso do relato de Tyson, chamou-me atenção principalmente pela habilidade dele em confeccionar desenhos à mão livre, retratando a realidade dos momentos das orientações do TCC, tanto dele quanto de seus amigos, também surdos e acadêmicos do Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional. Dessa forma, nesta seção, serão exploradas algumas fotos desenhos confeccionados por ele, Tyson, em que demonstra esses momentos da construção do TCC por ele e pelos demais acadêmicos Surdos. Isto posto, e antes dos enunciados do participante Tyson, segue apenas um fragmento de sua história de vida:

Tyson, 43 anos de idade, a sua surdez foi acometida por ter sido contaminado pela meningite viral. Filho de pais ouvintes, residente em uma cidade a cerca de 140 km de Porto Nacional/TO, sua persistência para conseguir frequentar a universidade foi um dos pontos que também me chamou a atenção. Isto porque ele tinha que ir e vir a pé, uma distância de 5 km ida e volta de segunda a sexta-feira. Ingressou no Curso de Letras – Libras na primeira turma de 2015. Defendeu o seu TCC em 2019, contudo concluiu o curso em 2020, por causa de pendências com duas disciplinas. Na construção seu TCC, teve que contar com o auxílio de uma das intérpretes de língua de sinais que em alguns momentos tentou transcrever o texto em língua portuguesa à medida que ele exprimia as suas ideias em Libras (Diário de campo, em 5 de novembro de 2019).

Outra característica do Acadêmico Tyson nos leva a acreditar que o fato de sua percepção viso espacial ser utilizada como meio de se comunicar e se expressar pode ter facilitado a ele adquirir a habilidade de desenhar com maestria. Seus desenhos à mão livre chamam a atenção pela beleza e pela expressiva realidade retratada. Como já houve uma demonstração disso por meio da Figura 7 neste estudo, seguiremos expondo outras imagens como forma de melhor ilustrar o que foi externalizado tanto pelo participante Tyson como por outros participantes desta pesquisa. Assim sendo, e retornando à afirmação de Tyson grafada no título desta seção, de quando ele ainda estava sendo orientado na construção do seu TCC, destaca-se o trecho: “eu não entendo, muito confuso mesmo com ajuda da intérprete, se fosse para desenhar seria melhor” (Diário de campo, em 4 de novembro de 2019). Nota-se nesse enunciado que a Educação de Surdos em contexto histórico tem feito emergirem situações em que o letramento imposto pela sociedade grafocêntrica e de maioria ouvinte segrega a maioria das pessoas Surdas. Como forma de visualizarmos melhor essa

situação, Botelho (2016, p. 65), ao tratar do letramento em relação à surdez e práticas escolares de leitura e escrita dos surdos, destaca que,

No caso dos surdos, os processos de escolarização não estão voltados para a construção de sujeitos letrados. E como problema adicional as escolas de surdos desconsideram que aprender a fazer uso de competente, constante e hábil de leitura e de escrita, é inteiramente dependente da aquisição de uma língua, a língua de sinais, e de linguagem. Isto permitirá desenvolver competência na leitura e na escrita, sendo que esta última uma língua com o qual os surdos não se relacionam tendo como suporte a oralidade, na sala e fora dela, como fazem os ouvintes. Além disso, as políticas educacionais denominadas inclusivas, bem como programas que advogam a integração dos surdos no ensino regular, privilegiam sua integração com os ouvintes, dando mínima ou nenhuma ênfase à construção do letramento. São contextos onde os surdos não compartilham plenamente a língua oral que circula na sala de aula e na Escola, tampouco o letramento foi estabelecido como objetivo.

Com essas observações sobre o letramento da maioria das pessoas Surdas, que ainda estão em desvantagem em relação aos ouvintes, nota-se que, mesmo para aqueles que tiveram oportunidades análogas em relação ao contexto educacional, seu ingresso na universidade também tem reflexos de desconforto linguístico. Algumas pessoas Surdas conseguiram romper as barreiras impostas por uma educação que ainda não alcança resultados eficazes, mesmo assim, essas situações são isoladas, e não tem como se sustentar um discurso que afirma que é apenas uma questão de oportunidade, com esforço se consegue.

Conquanto, nem sempre é uma questão de esforço, na prática é bem diferente. Muitos ingressantes das universidades trazem reflexos das práticas de unidades educacionais públicas que, por muitos motivos, ainda não têm uma efetividade de qualidade para o seu público-alvo: as “camadas” populares que, infelizmente, é necessário estratificar para identificar. A exigência da escrita como padrão para ser benquisto socialmente e, principalmente, profissionalmente, sem uma análise prévia das diferenças, demonstra a diferença linguística das pessoas surdas. Nessa linha de pensamento, Lodi, Harrison e Campos (2013, p. 37) ensinam, sobre as questões dicotômicas entre a obrigatoriedade da escrita da língua majoritária, nessas circunstâncias a língua portuguesa, em relação aos grupos minorizados, que

A obrigatoriedade da presença da escrita da língua majoritária vem sendo discutida quando no letramento de grupos ou comunidades socioculturais minoritárias (como exemplo, a indígena e/ou outras cultura ágrafas), mas aparecem em segundo plano em estudos surdos. Constata-se nesses trabalhos, que essa necessidade toma como base os pressupostos da teoria da “grande divisa”, que, ao propor uma dicotomização entre oralidade e escrita, compara, por meio dessa separação, aspectos próprios das culturas orais a partir da “falta” da escrita.

Foi possível observar essa separação no desejo do participante Tyson de realizar o seu TCC de forma desenhada. O que se tenta nessas reflexões seria reforçar a necessidade de observarmos as questões específicas de cada ser humano. A diversidade é algo que não tem como dizer que não existe, ou “que somos todos um só povo”. As diferenças visibilizadas em cada personagem social precisam nos distanciar da padronização, até porque, quando se impõe um padrão, os padronizadores comumente ficam em situação mais favorável. No que concerne às padronizações linguísticas, na maioria das vezes, o fator mercantilista está envolvido, principalmente a padronização linguística, que justifica a interferência estatal.

Às vezes a redundância, embora não bem quista, é necessária justamente quando se tenta mostrar que muitos atores sociais necessitam de olhares diferentes no quesito aceitação daqueles tidos como invisíveis sociais. Para muitos é incomum a convivência com o diferente, o que serve como justificativa para a negligência social. Isso se cristaliza em uma das falas do atual ministro da educação brasileira, quando disse que “há crianças com deficiências de impossível convivência”. Como se pode afirmar que existe ser humano de difícil convivência só por causa de uma especificidade, seja física, mental? Neste estudo enfatizamos as pessoas com perda auditiva que, de alguma forma, estão inseridos nas comunidades Surdas e os que vivem de forma isoladas. É importante lembrar que, mesmo os que vivem em constante contato com outras pessoas Surdas, convivem com negligências de políticas aliadas à imposição ouvintista, uma das principais causas de atraso e negação de uma educação condizente com a realidade dos Surdos.

Figura 9 – Acadêmicos Surdos apreensivos na orientação do TCC



Fonte: foto desenho confeccionado pelo acadêmico Surdo Tyson (2019).

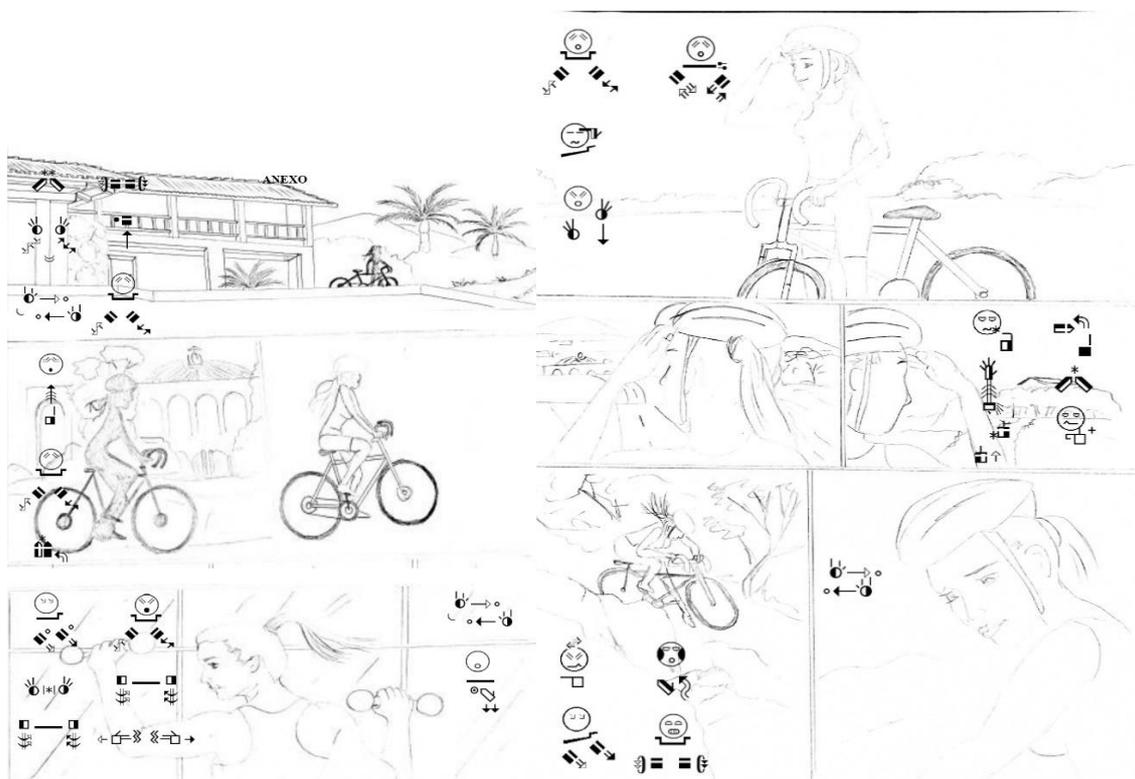
A dúvida para os “Surdos profundo” quando se trata do ensino em língua portuguesa, ao invés da Libras, é retratada na Figura 9, de forma que nos faz refletir sobre o fato de essa realidade perdurar por muito tempo. Esse pensamento parece desesperançado, no entanto existe porque a realidade da educação de surdos no Brasil ainda não nos deixa visualizar de forma mais otimista resultados diferentes do acadêmico Tyson, que desenhou a Figura 9, em que o próprio desenhista se visualiza na figura, pois na época ele também se encontrava desenvolvendo seu TCC. As universidades em que há Cursos de Letras Libras são o espaço em que a realidade de muitos alunos consiste em um ensino básico deficitário, sem intérprete de línguas nessas escolas.

Ao fazer essas observações, levamos em consideração o contexto recente de formação dos profissionais de interpretação e tradução de línguas de sinais, que teve como marco inicial o exame Prolibras – exame de proficiência que objetivava certificar instrutores e professores de língua de sinais e tradutores e intérpretes de língua de sinais. Quadros (2009, p. 57) informa que, “nos primeiros três anos de ação, 2007, 2008 e 2009, teve 1.349 profissionais certificados em todo Brasil”. O Prolibras foi um processo de suma importância para educação de surdos. Às vezes fica o questionamento: por que não continuou? E a resposta está contida no Decreto n. 5.626/2005, em que o prazo do Prolibras se findava em 2015, ano que ocorreu o seu último certame. A partir desse tempo, a formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais ficaria a cargo de outras instituições de ensino públicas e privadas. Dito isso, observa-se o quanto ainda há lacunas na aprendizagem da Libras na atualidade, motivo de muito desconforto para os Surdos. Isso se explica, como já discutido, devido aos poderes públicos não terem foco no processo de ensino desse grupo minoritário. Aliado ao estigma da deficiência e ao “(...) fato de poucos obterem sucesso pelo método oral e os objetivos pedagógicos não serem alcançados satisfatoriamente, (...) contribuiu para que imagem do Surdo ficasse condicionada muito mais ao “insucesso” (SILVA, 2003, p. 95).

Para pessoas Surdas que não tiveram uma base consolidada adquirida na educação básica, a realidade é quase sempre desconfortável, principalmente quando a questão é lidar com uma língua diferente do seu contexto linguístico visuo espacial. O acadêmico Tyson expressava seu desejo de fazer o TCC em Histórias em Quadrinhos doravante (HQ), com desenhos feitos por ele mesmo, à semelhança da Figura 9. Dessa forma, ele fez uso da língua portuguesa em quase todo seu TCC sobre o tema “Produção de gibi em escrita de sinais”, em que parte da pesquisa foi construída em HQs desenhadas por ele mesmo, conforme Figura 10. A HQ foi desenvolvida em quatro cenas: a primeira retrata uma jovem saindo de sua residência montada em sua bicicleta com destino à academia de ginástica; na segunda cena,

é mostrada a mesma jovem realizando atividades físicas. Quando ela retorna a sua residência, há uma abordagem por grupo de assaltantes, em que houve subtração de sua bicicleta. Essa é a HQ que fazia parte do desejo do acadêmico Tyson em construir o seu TCC. No entanto, foi possível realizar em parte, pois não foi facultado a ele outra possibilidade sem a imposição da língua portuguesa. Em outras palavras, essa determinação é mantida não só por questões culturais, mas, principalmente, por força legislativa. A Constituição Federal de 1988 afirma em seu artigo 13 que “a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”, e mesmo com o advento da Lei n. 10.436/2002, essa realidade não mudou. Nesse sentido, o acadêmico Tyson acreditava que poderia exprimir suas ideias de forma bem mais clara de acordo com a sua especificidade linguística, ou seja, elaborar o seu trabalho científico em sua língua originária, a Libras, ou em HQ, que também converge com os aspectos viso espacial conforme a ilustração a seguir.

Figura 10 – HQ do TCC do Acadêmico Tyson





Fonte: Tyson (2019).

A representação acima nos mostra que a comunicação pode ser expressa de variadas formas, até porque os desenhos são signos linguísticos, representações das palavras, embora para muitos de nós ouvintes a possibilidade dominante de representação, transmissão e recepção das ideias seja por meio da língua oralizada. Conquanto, mesmo negado por muitas barreiras sociais e, neste estudo, enfatizadas as barreiras impostas à Língua Brasileira de Sinais – Libras, representação linguística das pessoas Surdas por meio dos signos linguísticos visual espacial, buscamos visualizar outras formas de apresentação de signos linguísticos e suas ideologias, análogas a Libras. O autor Volóchinov (2018, p. 98), em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, doravante MFL, ensina que “**a palavra é o fenômeno por excellence**. Toda a sua realidade é integralmente absorvida na sua função de ser signo. Não há nada na palavra que permaneça indiferente a essa função que não seja gerado por ela. A palavra é o **médium** mais apurado e sensível da comunicação social” (grifos do autor).

Sendo a palavra o fio condutor da comunicação social, o desempenho dos profissionais de tradução e interpretação de línguas de sinais são de suma importância para a Comunidade Surda. E, para o desenvolvimento e finalização do TCC do acadêmico Tyson, a mediação da Tradutora e Intérprete de Libras foi de suma importância, pois foi um estudo científico realizado por meio de muitas mãos e muitos auxiliaram. No entanto, das muitas pessoas que contribuíram na realização e concretização do TCC do acadêmico Tyson, trago neste estudo a tradutora e intérprete de línguas de sinais Ana Maria, que exerce o ofício desde 2009, quando iniciou interpretando e traduzindo para alunos Surdos do ensino fundamental II, concomitantemente ao ensino superior.

Existem pessoas que são freirianas em suas atitudes por natureza, e essa é uma das características da Ana Maria. Na manhã de 5 de novembro de 2019, Ana Maria estava auxiliando o Tyson em seu TCC em um momento em que este estava preocupado em relação à escrita do TCC porque não conseguia colocar suas ideias em língua portuguesa no processo da escrita. Essa situação está registrada em notas de campo a seguir:

Ana Maria tenta incentivar o acadêmico Tyson para continuar a escrever o seu TCC, para ele colocar as suas ideias no papel que depois ela faria as correções. Nesse momento ele disse: “eu já tentei muito e não consigo muito confuso”. Ana Maria diz: “então vamos arrumar um tempo e você vai ditando suas ideias em Libras e eu vou digitar no computador”. Ele se sentiu mais à vontade, contudo, a ideia da Ana Maria em digitar as falas do Tyson concomitante a sua sinalização em Libras não prosperou. Uma vez que o orientador do TCC do Tyson não concordou com a ideia ao dizer: “ele precisa se esforçar mais e tirar da cabeça que não vai conseguir. Com muito esforço a gente consegue sim, eu consegui outras pessoas o conseguiram ele também vai conseguir”. Neste período em novembro de 2019, faltava pouco mais de um mês para o acadêmico Tyson ter que apresentar o seu TCC. E a situação do mesmo não era nada confortável. Morava a cerca de 6 km da UFT, trajeto esse feito a pé, ou as vezes de carona, Porto Nacional não oferece serviço de transporte coletivo. Chegava para as aulas, almoçava no Restaurante Universitário - RU, e ficava até o final da tarde (Diário de Campo, em 5 de novembro de 2019).

Dessa forma, mesmo com algumas situações desfavoráveis, o acadêmico Tyson conseguiu concluir o TCC, contudo, no tocante ao fator língua, se houvesse a possibilidade de construção e apresentação do TCC em Libras, provavelmente o processo seria mais ameno. Com todos os esforços para construir um arcabouço teórico e todas as exigências para construção de trabalho acadêmico, seria mais fácil enfrentar esses desafios utilizando a sua própria língua, seria algo bem mais agradável, não só para o acadêmico Tyson, mas para todos que tenham a Libras como L1.

No entanto, desde o ano de 2006, com a criação da primeira Graduação em Letras Libras na UFSC, as universidades brasileiras recebem muitos acadêmicos surdos oriundos de uma educação de surdos em que seus direitos linguísticos de ter uma aprendizagem em sua língua foram e ainda são tolhidos ao longo da história. Ressaltamos que, para os ouvintes, a situação se difere no fator língua, ou seja, estes aprendiam e aprendem em sua L1. A autora Freire (2016) fez uma proposta de currículo para o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no tocante à aquisição da língua portuguesa como L2. Esse estudo foi realizado em 1999, período em que Freire ressalta também o atraso de muitos aprendizes, tanto crianças quanto adultos Surdos em comparação com os ouvintes. Naquele penúltimo ano do século XX, a língua portuguesa era a língua de instrução na educação de surdo, o que, nas palavras de Freire (2020, p. 25), queremos dizer que,

(...) se é por meio da educação que o surdo poderá ter acesso a um avanço social e profissional e se a única língua utilizada na sua educação é o português, tanto na modalidade oral quanto escrita, então esse aprendiz já tem automaticamente bloqueados os seus direitos como cidadão brasileiro. Mas é importante ressaltar que não estamos tratando aluno surdo como um bloco. Ao contrário sabemos que a heterogeneidade é o traço marcante dessa realidade.

É importante observar que, nesse caso específico do acadêmico Tyson, podemos inferir que possivelmente ele participou desse tipo de educação para os surdos, em que eles apenas fazem parte do contexto educacional. Porém são necessárias políticas públicas de maior ênfase para esses grupos, pelo menos no mínimo necessário, que seria a presença de um profissional intérprete de línguas de sinais. Embora já se tenham muitos avanços no que se diz respeito à educação de surdo, ainda vai algum tempo para que possamos afirmar que os povos surdos de fato e de direito participam de uma educação que atenda as suas especificidades, uma vez que há heterogeneidade com suas características. Consciente dessas faltas de atenção aos alunos Surdos no contexto do ensino básico, o acadêmico Tyson fundamenta como seria o ensino ideal para os alunos Surdos. Isso faz em seu TCC na fundamentação teórica, conforme Figura 11 a seguir.

Figura 11 – Parte da fundamentação teórica do TCC do acadêmico Tyson

A maioria dos alunos surdos estão inseridos em escolas em que a língua portuguesa é a língua de instrução. Além disso, nas aulas de língua portuguesa, o aluno surdo está em sala de aula junto com alunos ouvintes, nas aulas de português como L1. Por isso a dificuldade do aluno surdo aprender o português. A metodologia da escola está inadequada.

É preciso que o aluno surdo tenha aula de língua brasileira de sinais como primeira língua. O aluno surdo também precisa escrever em sua língua. Isso certamente favorecerá um desenvolvimento cognitivo adequado, inclusive para o aprendizado da língua portuguesa como segunda língua.

Assim, a escola deve proporcionar ao aluno surdo primeiro o ensino de sua língua, a língua de sinais, e de um sistema de escrita de sinais. Só depois haveria o ensino da escrita da língua portuguesa como segunda língua. A língua de sinais e a escrita de sinais deve estar presente no processo de ensino e aprendizado de crianças surdas na escola.

Fonte: Tyson (2019).

A não observância das diferenças no contexto educacional dos surdos pode levar a uma situação de muito desconforto em um momento crucial para suas vidas, conforme podemos verificar na fala do aluno Tyson:

Excerto 5: Acadêmico Tyson

Divino: Você está escrevendo o seu TCC, como está sendo?

Tyson: está muito difícil, não consigo entender, muito confuso.

Ana Maria está me ajudando.

Divino: Mas você iria escrever e ilustrar com os seus desenhos?

Tyson: Não agora é sobre políticas públicas para surdo escrita de sinais.

(Entrevista, em 5 de novembro de 2019).

Na fala do acadêmico Tyson, é possível identificar dúvidas e desconforto causados pelo processo de ter de construir um trabalho científico em língua em que não tem habilidade, embora tenha vivido inserido em uma família ouvinte. Mas, como tratado neste estudo, em relação ao momento que uma família recebe o diagnóstico de surdez de um filho, muitos pais não conseguem lidar com a situação. A vontade de que um dia esse filho Surdo venha a se tornar ouvinte acarreta atrasos, principalmente educacional, pois o Surdo vivendo no mundo do ouvinte sem ter contato com outras pessoas surdas adquire a Libras de forma tardia, o que causa prejuízos ao seu processo educacional.

Nesse contexto, apresentaremos a Professora Karina, Surda, Mestre em linguística. Seus pais, desde o diagnóstico da surdez, procuraram meios que a aproximassem da realidade de uma pessoa Surda. Isso oportunizou o aprendizado da Libras desde tenra infância, tanto para Karina quanto para família, que também procurou apreender Libras. Nesse caso, houve liberdade de aprendizagem e de escolhas na vida cotidiana da Professora, que atualmente é Professora do Curso de Letras – Libras.

Em prosseguimento à apresentação das(os) participantes deste estudo, apresenta-se esse relato da vida da Karina, que é apenas um fragmento de sua vida. A vida das pessoas surdas do Brasil, na maioria das vezes, não é contada com tantas vitórias e acertos. Isso porque o sistema educacional para surdos não oportuniza que a maioria dessas pessoas tenha em suas vidas o mínimo de atenção. Isto é, que sua língua seja aceita e que circule na maioria dos espaços públicos com *status* de língua, como de fato e de direito é. Dessa forma, a história de vida da Professora Karina é de sucesso, como ela mesma afirmou em entrevista:

Excerto 6: Professora Karina

Divino: Então, Professora Karina Obrigado por aceitar participar desta pesquisa e por conceder esta entrevista.

Karina: Eu é que agradeço pelo convite.

Divino: A senhora acredita que a língua portuguesa é um fator de desconforto para os alunos Surdos no momento da orientação do TCC?

Karina: Sim é difícil para todos mas acredito que com esforço consegue.

Divino: Para a Senhora qual seria a melhor forma de construção e apresentação do TCC pelos alunos Surdos do Curso de Letras – Libras da UFT?

Karina: Eles podem escolher em português ou libras, o que acharem melhor. Até porque com esforço eles conseguem fazer também em português.

Divino: Como a Senhora vê as políticas linguística para os surdos na UFT?

Karina: Tem pouco intérprete reuniões importantes não tem intérprete muitas coisas precisam melhorar (Entrevista, em 5 de julho de 2021, via *google Meet*).

As declarações da Professora Karina nos mostram duas realidades bem complexas para a construção do TCC pelos alunos Surdos: uma que, por mais que seja desconfortável para a construção e apresentação em língua portuguesa pelos alunos Surdos, por outro lado, quando se fala em políticas linguísticas no âmbito da UFT, em relação a Libras, a Professora Karina nos relata a falta de intérprete de línguas de sinais. Essa realidade do quantitativo desses profissionais afeta o aprendizado, até porque não é em todas as aulas que têm Professores Surdos, e nem todos os professores ouvintes são fluentes em Libras.

Nesta seção, apresentamos duas realidades: a visão da professora Karina, que acredita que com esforço existem possibilidades de os alunos Surdos conseguirem a construção do TCC, mesmo em língua portuguesa. Quando a Professora Karin se reporta à questão de liberdade, é algo bastante positivo, até porque a CF/88 nos garante essa liberdade. De outro lado, imaginamos a realidade do acadêmico Tyson e nos perguntamos se a escrita em língua portuguesa seria um fator que o deixaria em situação menos desconfortável. Inferimos com o seu relato que a construção de TCC pode ter sido uma experiência não agradável.

Anna teve sua surdez originada de um acidente ainda bebê. Ingressou no Curso de Letras – Libras da UFT, de campus de Porto Nacional/TO, no ano de 2016, com 23 anos de idade, servidora em um município do Estado do Maranhão, e foi lhe concedida licença para estudo no período que esteve cursando Letras – Libras em Porto Nacional/TO. Ela é uma das alunas que “vivia a universidade”, pois morava próximo ao campus, o que lhe permitia estar na maior parte do seu tempo nas aulas e no laboratório de informática do Curso de Letras – Libras. Uma das características dessa aluna era sua introspecção identitária surda, posto que se aceitava como tal, ao ponto de não concordar com a intervenção familiar quanto ao relacionamento que mantinha com uma pessoa também surda. Por ser filha de pais ouvintes, estes, comumente, não querem que se relacionem com outro Surdo, não por culpa dos pais, mas pela falta de conhecimento sobre a surdez. Um problema ainda premente socialmente.

A seguir, entrevista com Anna, via *Google Meet*, no dia 21 de maio de 2021:

Excerto 7: acadêmica Anna

Divino: Obrigado por aceitar a entrevista.

Anna: De nada!

Divino: Parabéns pela apresentação do TCC, como e que foi essa construção?

Anna: “Difícil. Mas foi uma experiência boa, meu orientador me ajudou muito, deu certo. Estou livre.

Divino: o que mais você achou difícil?

Anna: as leituras dos livros. Mas eu vi muito vídeo. Mas o orientador me ajudava a entender.

Divino: Com você gostaria de escrever um TCC?

Anna: Eu queria que fosse só Libras e vídeo, mas nós surdos também precisamos de português. Mas só libras e vídeo melhor, entender melhor. Agora tem que fazer as correções bem difícil vou conseguir.

Divino: Como você vê o Curso de Letras – Libras agora que você finalizou o Curso?

Anna: Foi difícil morar longe da família. Mas foi bom, agora quero entrar no mestrado o Curso de Letras – Libras, muito Bom tem muitos professores Surdos que ajudam muito (Entrevista, em 21 de maio de 2021).

Outro participante desta pesquisa, Tribuzi, ingressou no Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, em 2016, aos 28 anos de idade. Ele é filho de pais ouvintes, sua surdez é desde o nascimento e é oriundo do Estado do Maranhão, onde participava ativamente do movimento surdo de sua cidade e região. Enquanto estudava em Porto Nacional/TO, participava de eventos sobre políticas públicas para os Surdos. Defendeu o TCC em 2019, contudo ainda não conseguiu se graduar, pois, para integralizar a carga horaria exigida para formação, faltam duas disciplinas:

Excerto 8: Acadêmico Tribuzi

Divino: boa tarde! Tudo bem? Saúde boa? Agradeço por você ter aceitado esta entrevista.

Tribuzi: Ok! De nada!

Divino: em novembro de 2019 você estava finalizando o seu TCC, em dezembro você apresentou o seu TCC. Você pode relatar como foi a construção do TCC?

Tribuzi: escrever em língua portuguesa é difícil eu queria ter feito mais. As leituras são complicadas. Eu participei em muitos congressos pelo Brasil e ajudou muito.

Divino: a sua orientação para o TCC foi com professor Surdo ou ouvinte?

Tribuzi: foi com uma Professora ouvinte, ela me deu muita atenção e ajuda.

Divino: E você conseguiu emprego como Professor?

Tribuzi: ainda não eu não terminei o Curso ainda faltam duas disciplinas.

Divino: Como seria a melhor forma de construir TCC?

Tribuzi: Seria melhor em Libras a minha língua, a gente precisa da língua portuguesa também. Tem que ter muito esforço.

Divino: Você pretende continuar os estudos fazer mestrado?

Tribuzi: Depois vou pensar agora tenho que terminar o Curso.

Divino: como você descreve o Curso de Letras – Libras?

Tribuzi: Agora estou aqui em casa quero terminar daqui enquanto a pandemia não acaba em Porto é muito difícil.

(Entrevista, via *Google Meet*, em 14 de abril de 2021).

A professora Emília, Surda, é graduada licenciatura em Letras – Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e especialista em educação de Surdos. Ingressou no Curso de Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional, no ano de 2017. Leciona as disciplinas de Estágios Supervisionado (I, II, III). O início de sua trajetória docente ocorreu no nordeste brasileiro, onde a realidade socioeconômica é bem mais visível,

imaginemos para pessoas Surdas. A docente Emília traz a sua experiência adquirida no ensino básico de algumas escolas do Estado do Ceará para o Curso de Letras – Libras do campus de Porto Nacional/TO.

Após análise de cada ponto de vista dos participantes deste estudo, podemos inferir que, embora a construção de um Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras tenha a participação de toda a comunidade acadêmica – discentes e docentes com o objetivo de realizar o ensino levando em consideração a diversidade de seus componentes humano –, contudo as instituições precisam estar em constante evolução.

Nesse sentido que, por meio das observações discursivas, foi possível constatar que a construção e defesa do TCC são elaboradas a partir da visão ouvintista, o que parece normal em um contexto em que a Libras ainda não é reconhecida de forma ampla. No entanto acreditamos que a modalidade de construção e apresentação dos trabalhos acadêmicos realizada pelas pessoas Surda necessita de um suporte não só de apresentação em Libras, mas também de publicação. E isso se justifica pela possibilidade de equacionar os prestígios linguísticos entre a Libras e a língua portuguesa. Com essas observações, cuja finalidade é tornar equitativas as oportunidades de acesso ao conhecimento por meio de Libras e favorecer as pessoas envolvidas, passamos para as considerações finais.

5 SOBRE AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TCC PELOS ACADÊMICOS SURDOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conquistas e os espaços dos Surdos foram generosamente distribuídos para os não-Surdos que apoiavam as nossas causas, mesmo sabendo do compromisso de dar continuidade do legado dos Surdos: a cultura dos Surdos, a difusão da Libras, formação das pessoas Surdas nas diversas áreas, cuja meta era facilitar o acesso das pessoas Surdas nas diversas esferas sociais, trabalhistas, educacionais e comunicacionais. Esse era o compromisso das pessoas não-Surdas que estão ocupando os espaços dos Surdos (CAMPELLO, 2020, p. 8).

Optar por pesquisar sobre a construção dos Trabalhos de Conclusão de Curso pelos alunos Surdos do Curso de Letras – Libras, da UFT, Campus de Porto Nacional/TO, nos trouxe um grande desafio, principalmente de não sermos segregacionistas ao defendermos que as pessoas Surdas merecem uma modalidade de apresentação e circulação da produção de seus conhecimentos diferente da modalidade escrita. Ao deixar suas pesquisas publicadas apenas em um suporte de difusão, qual seja o repositório institucional, poderá ter uma limitação da circulação desses conhecimentos a outras pessoas Surdas.

Defender essas premissas nos traz a dificuldade da isenção do pesquisador, principalmente por ter vivenciado algumas realidades aqui elencadas, como trabalhador no local estudado. Para isso, o aporte teórico, principalmente das autoras Surdas, nos trouxe em suas pesquisas depoimentos sobre situações complexas que a população surda vem sofrendo ao longo da história. Assim, por mais que o pesquisador ouvinte tenha vontade e ética na questão da representatividade científica, conquanto são pessoas Surdas que têm “lugar de fala” porque vivenciam no dia a dia os efeitos das desigualdades, não só em relação à difusão da Libras, mas também à falta de oportunidades empregatícias e de estudos em outras áreas, como medicina, jurídica e engenharias. Estas são as áreas de conhecimento mais elitizadas do Brasil, e ainda é raro ouvirmos falar em uma pessoa Surda com alguma dessas formações.

Dessa forma, o tratamento diferenciado a alguns grupos minorizados socialmente se remete a um tratamento com o objetivo de igualá-los, isso porque há uma relação de poder econômico e educacional que subjuga muitos à margem social. Assim, é necessária uma reparação dessas desigualdades evidentes na sociedade. A exemplo, conforme já salientado neste trabalho, as políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras, regulamentadas pela Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, constituindo-se uma das formas de tentar incluir grupos sociais, os quais, sem essa ação, não ingressariam na universidade pública.

Nesse sentido, as resistências para pessoas Surdas ascenderem socialmente precisa de continuidade, uma vez que as instituições estão em processo de aprimoramento constante. Não podemos acreditar que o que foi conquistado até o momento seja suficiente, até por porque há um hiato entre Surdos e não surdos. Embora de forma velada, as diferenças são deixadas não em segundo plano, pois às vezes nem planejamento têm para diminuí-las. Nota-se que em algumas instituições não é possível mensurar em que classificação do planejamento as pessoas surdas estão inseridas, e se em algum momento elas são incluídas no campo teórico e prático do cotidiano.

Na realidade do Curso de Letras – Libras, um espaço em que circulam duas línguas: Libras e língua portuguesa, os conflitos ocorrem de forma natural. Dito isto, as observações participantes realizadas antes da pandemia, aliadas às entrevistas realizadas com a utilização de ferramentas de videoconferências, com cada participante – Surdos, Surdas, intérprete de línguas e principais atores na construção deste estudo – desnudaram uma realidade.

A geração de dados da pesquisa partiu por meio da abordagem teórico metodológica resultante da conexão entre a Linguística Aplicada interdisciplinar com a perspectiva teórico metodológica etnográfica. Por meio delas, acreditamos ter sido possível a geração de conhecimento que procuro neste último capítulo sistematizar – as considerações finais.

Trilhamos o caminho que não apenas respondesse a pergunta do estudo, mas que trouxesse também o contexto universitário dos acadêmicos e acadêmicas Surdos e Surdas na UFT, Campus de Porto Nacional/TO, com o apoio da LA. E podemos dizer que o tempo foi suficiente, contudo, as circunstâncias pandêmicas trouxeram outra ótica de como lidar com todos os entraves, sobretudo pelas novas modalidades de interação de forma remota. Buscamos dados que nos levassem a realizar as análises de um “lugar” – UFT, Campus de Porto Nacional/TO – em que a diversidade é uma realidade, tanto linguística quanto por termos como participantes dos estudos alunos, professores e intérprete/tradutor de línguas de sinais. Nesse contexto diverso foi possível visualizar por parte da maioria que a construção, apresentação e publicação do TCC seria melhor se fossem realizadas em línguas de sinais, Libras, porém, houve um depoimento de uma participante que disse que “tudo era uma questão de esforço”. Para esta participante, a questão meritocrática é mais importante.

Dessa forma, como pesquisador, ficou perceptivo que, quando “o contexto familiar se torna estranho”, é justamente nesse momento que recebemos um depoimento que contrasta com os demais pontos de vista, contrário ao que esperamos para o estudo em construção. Contudo, como as universidades são lugares em que a diversidade de opiniões tem de ser respeitada, isso se torna comum. As falas contrárias dos participantes também são as

sustentações das múltiplas identidades que permeiam as universidades. Por outro lado, a maioria dos participantes trouxe em suas falas opiniões que retratam o quanto o contexto da educação para as pessoas Surdas ainda precisa ser aprimorado ao extinguir os aspectos normalizadores.

Nas observações de forma incauta, esse grupo social minoritário é visto pelo viés patológico, o que não é verdade. Isso porque não existe um padrão para perda auditiva e, por mais que a perda seja grave, o que é conhecida como surdez profunda, ela não tem como limitar as capacidades que os seres ditos “normais” acreditam só eles possuem. As limitações que ainda se acredita serem inerentes às pessoas com surdez, principalmente quanto à limitação comunicacional, na verdade, encontram-se nas atitudes de uma sociedade em que o preconceito ainda é uma questão institucional e uma relação de poder. Destaca-se que “a normalização é, portanto, um dos processos mais sutis pelo qual o poder se manifesta ao eleger uma identidade e a ela atribuir todas as características positivas possíveis, ficando as demais sempre em nível inferior” (SILVA, 2000, p. 83).

Nesse contexto, por um viés não normalizador e por uma despadroneização linguística de forma que a línguas minoritárias não sejam segregadas ou extinguidas, que tratamos primeiro do espaço em que a Língua Brasileira de Sinais é posta como ensino, pesquisa e extensão. Assim, a criação da UFT e do Curso de Licenciatura em Letras – Libras do Campus de Porto Nacional/TO trouxe para a Comunidade Surda Tocantinense e regiões adjacentes a esperança de a cada momento os processos normalizadores para com as pessoas Surdas sejam combatidos por meio da difusão da Libras e da formação de professores para atuarem na educação básica.

Ao discorrer sobre o contexto regional e local do espaço pesquisado, a cartografia foi de suma importância para melhor visualização dos espaços de convivências dos alunos Surdos, no período de graduação, e para focalizar o ambiente pesquisado juntamente com os participantes da pesquisa. Destaca-se que a ideia de utilização da perspectiva metodológica etnográfica teve início no Curso de Letras – Libras da UFSC, campus de Florianópolis/SC, onde tivemos noções mais aprofundadas de como realizar estudos de cunho etnográfico no campo educacional. Assim, o objetivo de verificar outra forma de produção, apresentação e publicação de trabalhos acadêmicos, como o TCC construído pelos alunos Surdos, também teve como ponto de partida a UFSC.

Sendo assim, com a finalidade de obter resposta ao questionamento geral – O Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Libras, da UFT, campus de Porto Nacional, contempla a livre escolha dos alunos surdos em relação ao uso de Libras ou de

português escrito na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)? – analisamos os Projetos Político Pedagógicos do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, em que foi possível visualizar no PPC de 2018 a existência da possibilidade de construção do TCC pelos alunos do Curso de Letras – Libras tanto em língua portuguesa, em formato escrito, quanto em Libras em vídeo. Contudo, por mais que o acadêmico opte pela possibilidade de um TCC em Libras, não tem ainda suporte de publicação. O repositório institucional da UFT, assim como a maioria das instituições de ensino de pesquisa e extensão, ainda não possui possibilidade de publicação das pesquisas em vídeo, o que seria viável para a maioria das pessoas Surda, pois teriam acesso ao conhecimento em sua própria língua natural, a língua de sinais.

O encadeamento da fundamentação teórica com o objetivo de identificar as percepções dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras – Libras da UFT, campus de Porto Nacional/TO, dos alunos do Curso de Letras – Libras da UFSC, campus de Florianópolis/SC, fez com que buscássemos conceitos defendidos pelos autores que fazem parte da abordagem em LA, em contraposição aos modelos linguísticos padronizados que podem não permitir que as formas de expressões linguísticas não vistas como línguas de prestígios tenham visibilidades. Na tentativa de trazer para o seio social a importância das línguas faladas por grupos minoritários, a LA, por meio de uma base multidisciplinar, vem incutindo nos estudos novas formas comunicacionais e, dentre estas, podemos incluir a Libras.

O Decreto Lei n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 preconizou o fortalecimento do uso de Libras nos ambientes em que essa língua é necessária, contudo, há mais de dezessete anos de sua promulgação, ainda são tímidas as ações dispostas nesse texto legal. Para isso, os estudos sobre a transdisciplinaridade se tornaram de suma importância, porque abrem possibilidades de análise das especificidades do que é mais expressivo. Dessa forma, a LA nos coadjuvou na análise das percepções dos alunos Surdos do contexto deste estudo.

Além da LA, a etnografia como perspectiva metodológica no ambiente educacional nos levou a ter um olhar detalhado não apenas com a preocupação de gerar dados, mas, principalmente, a apreender os ensinamentos de todos os teóricos que embasaram este estudo. Assim, por mais que os trabalhos de campo tenham ocorrido conforme já explicado anteriormente, houve possibilidade de verificar nos relatos dos participantes, principalmente, diferentes possibilidades de produção, apresentação e publicação dos trabalhos científicos realizados pelas pessoas Surdas. E as propostas de melhor entendimento e aceitação, por levar em conta suas especificidades, é a comunicação em Libras.

Utilizando a redundância como forma de reforçar a existências dessas problemáticas, destaca-se que ainda é comum a falta de intérpretes de línguas de sinais, principalmente em eventos decisórios de interesses para toda a comunidade acadêmica. Então, para pessoas Surdas, quase sempre as informações chegam de forma fragmentada, e nem sempre é possível que tenham acesso a tais informações sobre atos decisórios que afetam suas vidas acadêmicas. A exemplo são as reuniões de órgãos superiores das universidades, em que muitas vezes não há presença de intérpretes de línguas de sinais, assim, a maioria das pessoas Surdas ficam sem informações de decisões emitidas por esses órgãos, que são de interesse de toda a comunidade acadêmica.

Essas observações são apenas um fragmento de um contexto bem mais amplo, porém as mudanças positivas em prol de grupos que sofrem os efeitos de relação de poder econômico ou de conhecimento acontecem de forma paulatina. No campo da linguagem, a etnografia teve o seu papel preponderante com as contribuições dos autores que a defendem como caminho para melhor trabalharmos a geração de dados em estudos com grupos cujas culturas são diferentes daquelas que dizem ser o padrão cultural social. No entanto, essa perspectiva metodológica nos trouxe direcionamentos para este estudo no campo educacional em sala de aula, por meio do qual tentamos discutir como os programas das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o currículo do curso de licenciatura abordam as modalidades de trabalho de pesquisa e se estas atendem as especificidades das pessoas surdas. Dessa forma, podemos certificar que tanto na ementa da disciplina de TCC I quanto na de TCC II, há exigência de elaboração “de projeto de pesquisa em Língua Portuguesa escrita e/ou filmado em Libras de acordo com as linhas de pesquisa do Curso e considerando as exigências teórico-metodológicas do tema abordado”.

Sobre o Curso de Letras – Libras da USFC, observamos que os acadêmicos têm a opção de trabalho final de Curso o TCC, mas também o relatório de estágio supervisionado como L2, e a maioria dos alunos, tanto surdos quanto ouvintes, opta por esta modalidade.

Em cada análise realizada, sob o ponto de vista dos participantes, podemos afirmar que conseguimos alcançar o que propomos como objetivos desta pesquisa, tendo em vista as várias discussões em torno das especificidades das pessoas Surdas, tanto em relação aos aspectos culturais quanto às questões identitárias. Conforme os destaques de Hall (2006), foi possível identificar que, em tempos de “modernidade tardia”, as identidades são flexíveis, e não mais fixas, como no período iluminista. Em relação à Educação de Surdos, os ensinamentos de Cavalcante e Silva (2007) trouxeram que há diferentes significados em relação às pessoas Surdas, o que nos ajudou a repensar as questões do letramento acadêmico.

Ao finalizar essas reflexões sobre outras formas de construção, apresentação e publicação das pesquisas realizadas pelos acadêmicos Surdos, chama-nos a atenção de que não podemos negar que houve situações mais complexas, contudo, e necessário, repensar principalmente a possibilidade de publicação desses trabalhos científicos em Libras, para que, dessa forma, a Libras venha ser fortalecida. Precisamos sair do contraste institucional em que nos discursos afirmamos que somos inclusivos, mas, na prática, há outra realidade – o acadêmico Surdo até pode apresentar o TCC em Libras, contudo, ao publicar, tem de ser escrito em língua portuguesa.

Ao realizarmos as primeiras observações participante na UFSC, o que nos chamou a atenção foi o fato de o Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras – Libras dessa instituição ter duas modalidades de trabalho de finalização de curso: o TCC, para o bacharelado; e relatório de estágio supervisionado como L2, para a licenciatura. Foi possível perceber que os alunos, ao optarem por construir o relatório, têm ciência de seu caráter científico, que é a pesquisa, uma vez que o discente precisa catalogar suas percepções em sala de aula no momento desse último estágio. Por outro lado, também, não se trata de uma flexibilização em relação às características do TCC, e sim outra modalidade de trabalho de finalização de curso, e os acadêmicos de modo geral aderiram a esse estilo de pesquisa.

Dito isso, ao relatar esses fatos para os participantes deste estudo do Curso de Letras – Libras do Campus de Porto Nacional/TO, estes ficaram entusiasmados com a possibilidade de existências dessa modalidade de trabalho de finalização de curso na UFT, mesmo porque alguns cursos de graduação dessa mesma instituição utilizam o estágio supervisionado como trabalho final de curso. A exemplo disto é o Curso de Ciências Biológicas. Dentre os participantes da pesquisa que gostaram da possibilidade de o PPC do Curso de Letras – Libras, campus de Porto Nacional adotar o relatório do estágio supervisionado com L2 como trabalho final de conclusão foi o Professor Lenine, que disse: “para os acadêmicos Surdos seria de suma importância”.

Dessa forma, ao rever a pergunta desta pesquisa, qual seja: O Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Libras, da UFT, Campus de Porto Nacional, contempla a livre escolha dos alunos surdos em relação ao uso de Libras ou de português escrito na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?, conclui-se que os alunos Surdos, assim como os ouvintes, são livres pela escolha de apresentação em Libras ou em língua portuguesa, contudo a publicação do trabalho final tem de ser ainda somente em língua portuguesa. Teria de se pensar a possibilidade de publicar, pelo menos, o resumo de cada pesquisa em Libras.

Sendo assim este estudo tem o condão de contribuir para outros estudos a serem realizados. O enfoque em voga é por acreditar que as instituições sociais estão sempre em processo de aprimoramento, e a Universidade Federal do Tocantins – UFT, com os 19 anos de existência, vem cumprindo a sua responsabilidade social, evoluindo sempre.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar: Prática pedagógica**. Campinas – SP: Papirus, 2005.

BAGNO, Marcos. **O objeto da Língua**. 1. ed. São Paulo. Parábola, 2019.

BARROS, Mariângela Estelita. Princípios básicos da ELIS: escrita das línguas de sinais. **Revista Sinalizar**, v.1, n.2, p. 204-210, jul./dez. 2016.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BLOMMAERT, Jan; DONG, Jie. Ethnographic fieldwork: A beginner's guide. **Tilburg University**. 2010. Disponível em: http://libgen.is/search.php?req=+Jan+blommaert&lg_topic=libgen&open=0&view=simple&res=25&phrase=1&column=def. Acesso em: 3 mar. 2020.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos – ideologias e práticas e práticas pedagógicas**. 4. ed. 2. reimp. Belo horizonte: Autêntica, 2016.

_____. Surdos Oralizados e identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: interface entre pedagogia e linguística**. v. 2. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 151-168.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. **Decreto de n. 4.279, de 21 de junho de 2002**. Dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins, e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4279.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 7 dez. 2020.

_____. **Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Lei n. 10.032, de 23 de outubro de 2000.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110032.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 22 dez. 2020.

_____. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1. Acesso em: 22 ago. 2020.

_____. **Lei n. 13.856 de 8 de julho de 2019.** Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13856&ano=2019&ato=dd5QTU61keZpWTcac#>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 22 ago. 2021.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. Portaria n. 577 de 7 jul. 2020. **Diário Oficial da União (DOU) n. 130**, quinta-feira, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/07/2020&jornal=529&pagina=18&totalArquivos=44>. Acesso em: 22 ago. 2020.

_____. **Portaria n. 658, de 17 de março de 2004.** Aprovação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins-UFT. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2004/pces028_04.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

BUENO, Miriam Aparecida; NETO, Pedro Moreira dos Santos. Cartografia escolar e inclusiva para alunos surdos: uma proposta metodológica em movimento. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. v. 9. n. 17. ISSN: 2248-5376, 2019, p. 61-67.

CALVET, Luís Jean. **As políticas Linguísticas**. Tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

CAMPELLO, Ana Regina. Libras em diálogo: interfaces com as políticas públicas. In: BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de; CALIXTO, Hector Renan da Silveira. NEGREIROS, Karine Albuquerque de. (Orgs.). **Libras em diálogo: interface com as políticas públicas**. Prefácio. Campinas – SP: Pontes Editores, 2020.

CANÇADO, Márcia. **Um estudo sobre pesquisa etnográfica em sala de aula**. Trabalho de Linguística Aplicada. Campinas – SP: Unicamp, 1996.

CANCLINNI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para tentar sair da modernidade**. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. 8. reimp. São Paulo: Edusp, 2019.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Educação: desafios para a praticas pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: Diferenças e Praticas Pedagógicas**. 10 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013, p. 13-37.

CAPOVILLA, F. C. O Implante Coclear como Ferramenta de Desenvolvimento Linguístico da Criança Surda. **Rev. Bras. Cres. Desenv. Hum.**, São Paulo, 8 (1/2), 1998.

CAVALCANTE, Marilda C.; SILVA, Ivani Rodrigues. “Já que não fala, podia ao menos escrever...”. In: KLEIMAN, Angela B.; CAVALCANTE, Marilda C. (Orgs.). **Linguística Aplicada suas faces e interfaces**. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2007, p. 219-242.

_____; _____. **A propósito da linguística aplicada**. 7. ed. São Paulo: Unicamp 1986, p. 5-12.

_____; _____. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada implicações éticas e políticas. In: MOITA LOPES, Luis Paulo. (Org.). **Por uma Linguística Interdisciplinar**. Curitiba: Parábola da UTFPR, 2006, p. 234-252.

CHAGNON, Napoleon. **Yanomamö: the fierce people**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, Inc., 1968.

CLIFFORD, James. Sobre a alegoria Etnográfica. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. (Orgs.). **A escrita da Cultura: Poética e política da etnografia**. Tradução: Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016, p. 151- 205.

_____; MARCUS, George. **A escrita da Cultura: Poética e política da etnografia**. Tradução: Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

COURA, Felipe de Almeida. **Leitura e escrita de inglês para surdos**. Curso com Edital de Fluxo Contínuo SIGProj N°: 257710.1400.272419.22032017, 2017.

_____. **Um olhar surdo sobre políticas linguísticas na Universidade Federal do Tocantins**. 169 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2021.

CUNHA JUNIOR, Elias da Silva. **O embate em torno das Políticas Linguísticas para Surdos**: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2015.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 18. ed. São Paulo – SP: Perspectiva S.A., 1977.

ERICKSON, Frederick. **Etnografia na educação**: textos de Frederick Erickson. Tradução: Carmen Lúcia Guimarães de Mattos. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Qualitative Methods Research in teaching and learning**. Michigan: Michigan State University, 1985, p. 118-160.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Ulisseia limitada, 1961.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Prefácio José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de línguas de sinais**. [Reimpr]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

FREIRE, Alice Maria da Fonseca. Aquisição do português como segunda língua: uma proposta de currículo para o Instituto de Nacional de Educação de Surdos. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). **Atualidade as educações bilíngues para surdos**: interface entre pedagogia e linguística. v. 2. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016, p. 25-34.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 48. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 74. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRITZEN, Maristela Pereira. Olhar da Etnografia no fazer pesquisa qualitativa: Algumas reflexões teórico-metodológicas. In: LUCENA, Maria Inêz Probst; FRITZEN, Maristela Pereira. (Orgs.). **O olhar da etnografia em contextos educacionais**: interpretando práticas de linguagem. Blumenau – SC: Edifurb, 2012, p. 55-71.

GARCEZ, Pedro de Moraes; SCHULZ, Lia. Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. **D.E.L.T.A.**, 31. ed. esp., 2015, p. 1-34.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro-RJ: LTC- Livro Técnicos e Científicos S. A, 1989.

GESSER, Audrei. **LIBRAS que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. **O ouvinte e a surdez:** sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábola, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada – Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Gen. LTC, 2008.

GORETE NETO, Maria. Representações sobre os indígenas: algumas implicações para a pesquisa de inspiração etnográfica. In: LUCENA, Maria Inêz Probst; FRITZEN, Maristela Pereira. (Orgs.). **O olhar da etnografia em contextos educacionais:** interpretando práticas de linguagem. Blumenau – SC: Edifurb, 2012, p. 18-34.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 1. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GREHAN, Kate. Antonio Gramsci: em busca de um marxismo etnográfico. Tradução de Camila Góes. **Revista outubro**, 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. A dor da tese. **ILHA**. Florianópolis, v. 6, n. 2, julho de 2004, p. 221-232.

GUEROLA, Carlos Maroto. **Se nós não fôssemos guerreiros nós não existíamos mais aqui:** ensino-aprendizagem de línguas para fortalecimento da luta guarani, kaingang e laklãnõ-xokleng. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da Diáspora:** identidade e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Rezende (et al). 2. ed. Belo Horizonte – MG: UFMG, 2013.

HOFFMEISTER, Robert J. Famílias, Crianças Surdas, o mundo dos surdos e os profissionais da audiologia. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). **Atualidade as educações bilíngues para surdos:** interface entre pedagogia e linguística. 6. ed. v. 2. Porto Alegre: Mediação, 2016, p. 115-132.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HYMES, D. **Ethnography, Linguistics, Narrative Inequality:** Toward an Understanding of Voice. Bristol Londres: Taylor & Francis, 1996.

IANNI, Octavio. Raças e Classes Sociais no Brasil. 2. ed. **Civilização Brasileira**, 1972.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. **Porto Nacional**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/porto-nacional.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, p. 82.

KAUCHAKJE, Samira. Cidadania, surdez e linguagem. In: SILVA, Ivani Rodrigues. **Desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003, p. 57-76.

KLEIMAN, Angela B. As metáforas conceituais na educação linguística do professor: índices da transformação de saberes na interação. In: KLEIMAN, Angela B; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (Orgs.). **Letramento e formação do Professor: práticas discursivas, representações e construção do saber**. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2005, p. 203-228.

_____. Modelos de letramentos e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas – SP: Mercado das Letras, 1995, p. 15-61.

KYLE, Jim. O Ambiente Bilíngue: alguns o desenvolvimento do bilinguismo para surdos. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). 5. ed. **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. v. 1. Porto Alegre: Mediação, 2017, p. 15-26.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2017.

_____; LODI, Ana Cláudia B. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: LACERDA, Cristina B. F. de.; LODI, Ana Cláudia B. (Orgs.). **Uma Escola, duas línguas: Letramento em língua portuguesa e línguas de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014, p. 11-32.

LAGARES, X. C. A norma linguística e a “condição minoritárias”. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 174-190.

LAGES, Mary André Xavier. Surdismo *versus* Ouvintismo: práticas colonizadoras veladas pelo discurso. In: SOUZA, Maria Germano; LIRA, Thiago Roney. **Literatura e Cultura: ensaios críticos** (Orgs). 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, p. 15-24.

LANE, H. **A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LEITE, Tarcísio de Arantes; QUADROS, Ronice Muller de. Línguas de sinais do Brasil: reflexões sobre o seu estatuto de risco e a importância da documentação. Marianne Rossi Stumpf, Ronice Müller de Quadros e Tarcísio de Arantes Leite (Orgs.). Estudos da Língua Brasileira de Sinais II; **Série Estudos de Língua de Sinais**. V. Florianópolis: Insular, 2014, p. 14-29.

LODI, Ana Claudia B.; HARRISON, Kathryn Marie P.; CAMPOS, Sandra Regina L. de. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. In: LODI, Ana Claudia B.; HARRISON, Kathryn Marie P.; CAMPOS, Sandra Regina L. de.; TESKE, Ottmar (Orgs.). **Letramento de minorias**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013, p. 35-46.

LUCENA, Maria Inêz Probst. O papel da pesquisa de cunho etnográfico na discussão das políticas educacionais de línguas. In: LUCENA, Maria Inêz Probst.; FRITZEN, Maristela Pereira. (Orgs.). **O olhar da etnografia em contextos educacionais**: interpretando práticas de linguagem. Blumenau – SC: Edifurb, 2012, p. 118-135.

_____. Práticas de linguagem na realidade da sala de aula: contribuições da pesquisa de cunho etnográfico em Linguística Aplicada. **D.E.L.T.A.**, 31- especial, 2015, p. 67-95.

MAHER, Terezinha Machado. A educação do entorno para a interculturalidade e o Plurilinguismo. In: KLEIMAN, Angela B.; CAVALCANTE, Marilda C. (Orgs.). **Linguística Aplicada suas faces e interfaces**. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of the Western Pacific**. Prospect Highs: Waveland Press, 1984.

MARTINELLI, Marcello. Cartografia: reflexões acerca de uma caminhada. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 21-50, jan./jun., 2017.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia Histórica da Província de Goyáz**. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

MCCLEARY, Leland. O orgulho de ser surdo. In: **Encontro Paulista entre Intérpretes e Surdos**. São Paulo: FENEIS, 2003.

MÉSZAROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Orgs.) **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 49 – 85

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Introdução: Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.). **O português no século XXI: Cenário Geopolítico e Sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013, p. 18-52.

_____. **Português no século XXI: Cenário Geopolítico e Sociolinguístico**. Organizador Luiz Paulo da Moita Lopes. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

NOGUEIRA, A. S.; SILVA, I. R. A Construção das Identidades Surdas no Contexto da Clínica Fonoaudiológica. **Revista Intercâmbio**, volume XVII: 69-82. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2008.

OPAS. Organização Panamericana de Saúde. **Histórico da pandemia COVID-19**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

PENNYCOOK, Alastair. A linguística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. Tradução de Denise B. Braga e dos Santos e Maria C. dos Santos Fraga. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTE, Marilda C. (Orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas – SP: Mercado das Letras, 1998. p. 21-46.

_____. **Uma linguística aplicada transgressiva**. In: MOITA LOPES, Luis Paulo. (Org.). **Por uma Linguística Interdisciplinar**: Editora Parábola, 2006, p. 67-84.

PERLIN, Gladis T. T. Cultura e educação bilíngue no pulsar das Identidades surdas contemporâneas. In: ADREIS-WITKOSKI, Sílvia; FILIETAZ, Marta Rejane Proença. (Orgs.). **Educação de surdos em debate**. Curitiba: UTFPR, 2014, p. 223-232.

_____. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). 8. ed. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2016, p. 51-73.

QUADROS, Ronice Müller de. [et al.]. **Exame Prolibras**. Florianópolis, 2009.

_____. Contextualização dos estudos linguísticos sobre a Libras no Brasil. In: LEITE, Tarcísio de Arantes; QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. (Orgs.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais**. Volume I. Florianópolis – SC: Insular, 2013, p. 15-36.

_____. Contextualização dos estudos linguísticos sobre a Libras no Brasil. In: LEITE, Tarcísio de Arantes; QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. (Orgs.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais**. Volume I. Florianópolis – SC: Insular, 2013, p. 15-36.

_____. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. **Estudos Surdos III**. Petrópolis - RJ: Arara Azul, 2008, p. 98-123.

_____. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais**. Porto Alegre: Penso, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França, São Paulo: Ática, 1993.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A norma linguística do ponto de vista da política linguística. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. Linguagem e sociedade em tempos de isolamento. In: **Abralin ao Vivo - Linguists Live is an initiative of Abralin - Associação Brasileira de Linguística in cooperation with CIPL – Comité International Permanent des Linguistes**, ALFAL. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g-vEw5u4V3M&t=261s>. Acesso em: 22 maio 2020.

_____. **Nova pragmática: fazes e feições de um fazer**/São Paulo: Parábola, 2010.

_____. Por uma linguística crítica. Unicamp. **Línguas & Letras**. Dossiê: Refletindo sobre a pesquisa em linguística. SSN: 1517-7238 v. 8. N. 14. 1º sem., 2007.

_____. **Por uma linguística crítica: Linguagem, identidade e questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

RAMOS, Alcida Rita. **Os Yanomami no Coração das Trevas Brancas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. Série Antropologia n. 350.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SÁNCHEZ, Carlos. A escola, o fracasso escolar e a Leitura. In: LODI, Ana Claudia B. HARRISON, Kathryn Marie P.; CAMPOS, Sandra Regina L. de.; TESKE, Ottmar (Orgs.). **Letramento de minorias**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013, p. 15-26.

SANTANA, Ana Paula. **A Surdez e linguagem: aspecto e implicações neurolinguísticas**. 5. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Conferência proferida no **VII Congresso Brasileiro de Sociologia** realizado de 4 a 6 de setembro de 1995. Rio de Janeiro: UFRJ (texto policopiado).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

_____. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à conscientização universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHMITT, Deonísio. Espaço de conforto linguístico / cultural dos surdos na UFSC. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos III**. Língua de sinais. Petrópolis - RJ: Arara Azul, 2008, p. 98-123.

SIGNORINI, Inês. Política, língua portuguesa e globalização. In: MOITA LOPES, Luis Paulo (Org.). **O português no século XXI: Cenário Geopolítico e Sociolinguístico**: São Paulo: Parábola, 2013. p. 74-100.

SILVA, Angelica Bronzatto de Paiva. Surde, inteligência e afetividade. In: SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira, GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania, surdez e linguagem: Desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003, p. 89-96.

SILVA, Daniel do Nascimento e. **Pragmática da Violência: O Nordeste na mídia brasileira**. 2010. 192 f. Tese (Doutorado). Curso de Linguística Aplicada, Unicamp, São Paulo, 2010.

SILVA, Ivani Rodrigues. Educação Bilíngue para Surdos e valorização de línguas minoritárias. **Estudos linguísticos**, São Paulo, 44 (2): p. 574-583, maio-ago. 2015.

_____; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania, surdez e linguagem: Desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003, p. 57-76.

SILVA, Maurício Alves. **Geotecnologia aplicada ao ordenamento territorial do município de Porto Nacional, Tocantins**. 240 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2013.

_____; SOUZA, Neila Nunes de. **A expansão da educação superior no Brasil: uma abordagem da Universidade Multicampi**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

SILVA, Suiane Francisca da. **Inglês como língua franca na formação inicial de Professores em Pré – serviço**: Um estudo de caso em Curso de Letras da UFT. 199 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras de Porto Nacional – TO, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. P. 73- 102.

SKLIAR, Carlos. **Educação & exclusão**: abordagens sócio - antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUZA, José Divino Mendes de. **Um território Surdo na Universidade Federal do Tocantins**: o lugar como espaço vivido. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Universidade Federal do Tocantins – UFT, Porto Nacional – TO, 2018.

SOUZA, Neila Nunes de; SILVA, Maurício Alves da; LUDWIG, Carlos Roberto. Da Universidade Estadual do Tocantins - UFT à Universidade Federal do Tocantins - UFT, reminiscências do campus de Arraias. **Revista Humanidades e Inovação**. v. 5, n. 9, 2018.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

STROBEL Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. 1. reimp. Florianópolis: UFSC, 2018.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema SignWriting**: Línguas de Sinais no papel e no computador. 330 f. Tese (Doutorado) – Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

_____; QUADROS, Ronice Müller de. **Letras Libras EaD**. In: QUADROS, Ronice Müller de. (Org.). **Letras Libras-ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: UFSC, 2014.

TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura. Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental. **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 8, n. 2, p. 09-28, 2011.

TERZI, Sylvia Bueno. Transformações do Letramento e práticas e práticas locais. In: KLEIMAN, Angela B.; CAVALCANTE, Marilda C. (Orgs.). **Linguística Aplicada suas faces e interfaces**. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2007, p. 163-181.

TOMASELLI, Claudia Kuns. **A escrita do relatório de Projeto Integrador na educação técnica de nível médio no IFSC: um estudo etnográfico sobre letramento na educação profissional.** 192 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Centro de Comunicação e Expressão, Programa Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2020.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 1983.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE. **Resolução n. 3 de 25 de fevereiro de 2015.** Disponível em: <http://download.uft.edu.br/?d=ee09ebab-ac71-41ce-aaac-b1e55dbe3880;1.0:03-2015%20-%20Programa%20de%20Acessibilidade%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20-%20PAEI-UFT.pdf>. Acesso em 25 fev. 2021.

_____. Universidade Federal do Tocantins. Conselho Universitário – CONSUNI. **Resolução n. 23 de março de 2020.** Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/L9JzxjU0SUm6hmqfg21p0Q/content/23-2020%20-%20Plano%20de%20Conting%C3%Aancia%20para%20desenvolver%20%20atividades%20administrativas%20e%20acad%C3%AAmicas%20da%20UFT.pdf>. Acesso em 25 fev. 2021.

_____. Universidade Federal do Tocantins. Conselho Universitário – CONSUNI. **Resolução n. 26 de 30 de agosto de 2018.** 2018a. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/_kqFJTeAQtpTGs3w5_yKQ/content/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Consuni%20n%C2%BA26.2019.pdf. Acesso em 25 fev. 2021.

_____. Universidade Federal do Tocantins. COPESE. **Vestibular Letras – Libras 2020.** Disponível em: http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=314&Itemid=268. Acesso em: 25 fev. 2021.

_____. Universidade Federal do Tocantins. **Edital n. 01 /2021.** PPG-Letras Abertura do Processo Seletivo de Mestrado da Turma 2021/2 Programa de Pós-Graduação em Letras - Disponível em: http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=314&Itemid=268. Acesso em: 25 fev. 2021.

_____. Universidade Federal do Tocantins. **Manual de normalização para trabalhos acadêmicos – científicos da UFT.** 2017. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/481ED5C8SpG9TUTJu4GprQ>. Acesso em 25 fev. 2021.

_____. Universidade Federal do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2020.** 2016. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/proap/links/pdi-2016-2020>. Acesso em 25 fev. 2021.

_____. Universidade Federal do Tocantins. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado de Ciências da Computação.** Palmas - TO, 2019.

_____. Universidade Federal do Tocantins. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Libras**. Porto Nacional, 2018.

_____. Universidade Federal do Tocantins. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Libras**. Porto Nacional, 2014.

_____. Universidade Federal do Tocantins. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST. **Análise de dados dos alunos assistidos pela PROEST**. 2017. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/proest>. Acesso em 25 fev. 2021.

_____. Universidade Federal do Tocantins. **Publicada portaria com nomeação do reitor temporário da UFNT**. 2020. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/27588-publicada-portaria-com-nomeacao-do-reitor-temporario-da-ufnt/>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Universidade Federal do Tocantins. **Resolução nº 26, de 30 de agosto de 2018**. 2020. disponível em: [https:// http://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/13ESjO0sTfej9KhzBb5PWg/content/26-2018%20-%20Institui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Lingu%C3%ADstica%20da%20UFT.pdf](https://http://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/13ESjO0sTfej9KhzBb5PWg/content/26-2018%20-%20Institui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Lingu%C3%ADstica%20da%20UFT.pdf)

_____. Universidade Federal do Tocantins. **Resolução do Conselho Universitário nº 003/2004**. 2020. disponível em: [https:// https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/wfJ3U-_MSr6_AiRbj9bdhQ/content/regimento_consuni-1.pdf](https://https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/wfJ3U-_MSr6_AiRbj9bdhQ/content/regimento_consuni-1.pdf)

_____. Universidade Federal do Tocantins. **UFNT encaminha Projeto de Lei Orçamentária Anual para o MEC**. 2020a. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/27650-ufnt-encaminha-projeto-de-lei-orcamentaria-anual-2021-para-o-mec-5/>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Universidade Federal do Tocantins. **UFT completa 16 anos mais acessível aos tocaninenses e às pessoas de baixa renda**. Por Caroline Falcão, Cynthia Barreto e Daniel dos Santos, 2019. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/25279-uft-completa-16-anos-mais-acessivel-aos-tocantineses-e-as-pessoas-de-baixa-renda>. Acesso em: 2 ago. 2020.

_____. Universidade Federal do Tocantins. **Vestibular Letras Libras 2020**. 2020b. Disponível em: UFT. Disponível em: http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=314&Itemid=268. Acesso em: 5 ago. 2020.

VILHALVA, Shirley. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2009.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo – SP: 34, 2018.

**ANEXO A – OS EIXOS DE FORMAÇÃO DO CURSO DE LETRAS – LIBRAS DA
UFT, CAMPUS DE PORTO NACIONAL/TO**

EIXO I - FORMAÇÃO GERAL				
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL
Fundamentos da Tradução e da Interpretação	60			60
Estudos Linguísticos e Língua Brasileira de Sinais	60			60
Fonética e Fonologia da Língua Brasileira de Sinais	60			60
Morfossintaxe da Língua Brasileira de Sinais	60			60
Semântica e Pragmática da Língua Brasileira de Sinais	60			60
Sociolinguística da Língua Brasileira de Sinais	60			60
Aquisição de Línguas de Sinais	60			60
TOTAL DO EIXO				420
EIXO II - FORMAÇÃO ESPECÍFICA E INTERDISCIPLINAR				
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL
Leitura e Escrita da Língua Portuguesa I	60			60
Leitura e Escrita da Língua Portuguesa II	60			60
Escrita Acadêmica	60			60
Língua Brasileira de Sinais I	120		60	180
Língua Brasileira de Sinais II	120		60	180
Língua Brasileira de Sinais III	120		60	180
Língua Brasileira de Sinais IV	60		30	90
Língua Brasileira de Sinais V	60		30	90
Libras acadêmica	60			60
Escrita de Sinais I	60		30	90
Escrita de Sinais II	60		30	90
Linguística Aplicada e Estudos Surdos	60			60
Literatura Surda I	60		30	90
Literatura Surda II	60		30	90
Disciplina optativa I	60			60
Disciplina optativa II	60			60
TOTAL DO EIXO			360	1500

EIXO III – FORMAÇÃO DOCENTE

DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL
Fundamentos da Educação de Surdos	60			60
Estudos Surdos	60			60
Didática e Educação de Surdos	60			60
Psicologia e Educação de Surdos	60			60
Ensino de Libras – L1	60		30	90
Ensino de Libras – L2	60		30	90
Diversidade Cultural e Educação	60			60
Libras e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC	60			60
Metodologia da Pesquisa	60			60
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	60			60
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	60			60
TOTAL DO EIXO		30	60	720

ESTÁGIO SUPERVISIONADO				
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL
Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura I	120			120
Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura II	150			150
Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura III	150			150
TOTAL DO EIXO		30		420

FORMAÇÃO OPTATIVA					
DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL	PRÉ-REQ.
Oficina de Literatura	60			60	Lit. Surda I
Tópicos Especiais em Libras	60			60	---
Materiais Didáticos em Escrita de Sinais	60			60	Escrita de Sinais II
Escrita das Línguas de Sinais - ELiS	60			60	---
Sinais Internacionais	60			60	---
Alfabetização e Letramento de alunos surdos	60			60	---
Políticas Públicas e Educação	60			60	---
Introdução aos Estudos Literários	60			60	---
Fund. e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos Surdos	45			45	---

**ANEXO B – CONTÉM A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS –
LIBRAS DA UFT, CAMPUS DE PORTO NACIONAL/TO**

Matriz Curricular

Cores e legendas

	Disciplinas de Libras
	Disciplinas do Eixo de Formação Geral
	Disciplinas do Eixo de Formação Específica e Interdisciplinar
	Disciplinas do Eixo de Formação Docente
	Disciplinas de Estágio
	Disciplinas Optativas

1º PERÍODO							
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Língua Brasileira de Sinais I	12	120		60	180	FEI	---
Fundamentos da Educação de Surdos	4	60			60	FD	---
Leitura e Escrita da Língua Portuguesa I	4	60			60	FEI	---
Fundamentos da Tradução e Interpretação	4	60			60	FG	---
Total do período	24	300			360		
Total acumulado	24	300		60	360		

2º PERÍODO							
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Língua Brasileira de Sinais II	12	120		60	180	FEI	Libras I
Leitura e Escrita da Língua Portuguesa II	4	60			60	FEI	Leitura e Escrita da Líng. Portug
Escrita de Sinais I	6	60		30	90	FEI	---
Aquisição de Línguas de Sinais	4	60			60	FG	---
Total do período	26	300		90	390		
Total acumulado	50	600		150	750		

3º PERÍODO							
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Língua Brasileira de Sinais III	12	120		60	180	FEI	Libras II
Estudos Linguísticos e a Libras	4	60			60	FEI	---
Didática da educação de surdos	4	60			60	FD	Fund. da Ed. de Surdos
Escrita de sinais II	6	60		30	90	FEI	Escrita de Sinais I
Total do período	26	300		90	390		
Total acumulado	76	900		240	1140		

4º PERÍODO							
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Língua Brasileira de Sinais IV	6	60		30	90	FEI	Libras III
Fonética e Fonologia da Libras	4	60			60	FEI	Estudos Linguísticos e a Libras
Escrita Acadêmica	4	60			60	FEI	Leitura e Escrita da Líng. Portug. II
Psicologia da Educação de Surdos	4	60			60	FEI	---
Ensino de Libras como L1	6	60		30	90	FD	---
Total do período	24	300		60	360		
Total acumulado	100	1200		300	1500		

5º PERÍODO							
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Língua Brasileira de Sinais V	6	60		30	90	FEI	Libras IV
Morfossintaxe da Libras	4	60			60	FG	Estudos Linguísticos e a Libras
Estudos Surdos	4	60			60	FD	---
Ensino de Libras como L2	4	60		30	90	FD	---
Libras e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC	4	60			60	FD	---
Total do período	22	300		60	360		
Total acumulado	122	1500		360	1860		

6º PERÍODO							
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Semântica e Pragmática da Libras	4	60			60	FG	Estudos Linguísticos e a Libras
Linguística Aplicada e Estudos Surdos	4	60			60	FEI	Estudos Linguísticos e a Libras
Literatura Surda I	4	60		30	90	FEI	---
Metodologia da Pesquisa	4	60			60	FD	---
Estágio supervisionado em Libras e respectiva literatura I	8	120			120	ES.	Didática e Educ. Surdos
Total do período	24	360		30	390		
Total acumulado	146	1860		390	2250		

7º PERÍODO							
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Sociolinguística da Libras	4	60			60	FG	Estudos Linguísticos e a Libras
Literatura Surda II	4	60		30	90	FEI	Lit. Surda I
Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura II	10	150			150	ES.	Est. superv. em Libras e lit. I
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	4	60			60	FD	Metodologia da Pesquisa
Optativa I	4	60			60	FEI	---
Total do período	26	390		30	420		
Total acumulado	172	2250		420	2670		

8º PERÍODO							
Componentes curriculares	CR.	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH PCC	CH TOTAL	EIXO	PRÉ-REQ.
Diversidade cultural e educação	4				60	FD	---
Estágio supervisionado em Libras e respectiva Literatura III	10	150			150	ES.	Est. superv. em Libras e lit. I
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	4	60			60	FD	TCC I
Optativa II	4	60			60	FEI	---
Libras acadêmica	4	60			60	FEI	Libras V
Total do período	26	195			390		
Total acumulado	198	2640		420	3060		

**ANEXO C – EMENTA DA DISCIPLINA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO – TCC I DO CURSO DE LETRAS – LIBRAS DA UFT, CAMPUS DE
PORTO NACIONAL/TO**

DISCIPLINA	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I			PRÉ-REQUISITO	Metodologia da Pesquisa				
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA		CH PRÁTICA		CH PCC		CRÉDITOS	04

EMENTA

Projeto de pesquisa: etapas e elaboração. NBR 15287/2011. NBR15290/2005. Elaboração de projeto de pesquisa em Língua Portuguesa escrita e/ou filmado em Libras de acordo com as linhas de pesquisa do Curso e considerando as exigências teórico-metodológicas do tema abordado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *Normalização da documentação no Brasil (PNB)*. Rio de Janeiro, IBBD.
BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023*, Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6024*, Informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento escrito: Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15290*. Informação e documentação: Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2005.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724*: Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos: Apresentação, Rio de Janeiro, 2011.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15287*. Informação e documentação: Projeto de Pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10719*. Informação e documentação: Relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
BASTOS, Cleverson & KELLER, Vicente. *Aprender a Aprender: Introdução à Metodologia científica*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
CERVO, Amado Luiz. *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 3 ed., São Paulo: Mc Graw- Hill do Brasil, 1983.
D'ONOFRIO, Salvatore. *Metodologia do trabalho intelectual*. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
SANTOS, Antônio Raimundo. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: D&PA, 2000.
SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo:

**ANEXO D – EMENTA DA DISCIPLINA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO – TCC - II DO CURSO DE LETRAS – LIBRAS DA UFT, CAMPUS DE
PORTO NACIONAL/TO**

DISCIPLINA	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II				PRÉ-REQUISITO	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I			
CH TOTAL	60	CH TEÓRICA	60	CH PRÁTICA		CH PCC		CRÉDITOS	4

EMENTA

Elaboração de monografia ou artigo científico escrito em Língua Portuguesa ou filmado em Língua Brasileira de Sinais, baseado em projeto elaborado na disciplina de TCC I, relacionado com as linhas de pesquisa do Curso e considerando as exigências teórico-metodológicas do tema abordado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *Normalização da documentação no Brasil (PNB)*. Rio de Janeiro, IBBD.
BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023*, Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6024*, Informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento escrito: Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15290*. Informação e documentação: Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2005.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724*: Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos: Apresentação, Rio de Janeiro, 2011.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15287*. Informação e documentação: Projeto de Pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10719*. Informação e documentação: Relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
FRANÇA, Júlia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
LAKATO S, Eva Maria. *Metodologia científica*. 3ª. Ed. São Paulo, Ed. Atlas.
SANTOS, Antônio Raimundo. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3ed. Rio de Janeiro: D&P A Editora, 2000

**ANEXO E – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR POR EIXOS DO CURSO DE
LETRAS – LIBRAS DA UFSC**

Licenciatura:

COD.	DISCIPLINA	TEÓRICA Carga horária	PCC* Carga horária
	EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA		
	Introdução aos Estudos Linguísticos	72 h/a	36 h/a
	Estudos Linguísticos I	72 h/a	
	Estudos Linguísticos II	72 h/a	
	Estudos Linguísticos III	72 h/a	
	Estudos Linguísticos IV	72 h/a	
	Corporalidade e Escrita	72 h/a	
	Produção e Compreensão Textual em Libras	72 h/a	
	Introdução aos Estudos de Literatura	72 h/a	36 h/a
	Fundamentos da Tradução e da Interpretação	72 h/a	
	Metodologia Científica	72 h/a	
	Total do eixo	720 h/a	
	EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA		
	Fundamentos da Educação de Surdos	72 h/a	
	Psicologia da Educação de Surdos	72 h/a	
	Aquisição da Linguagem	72 h/a	
	Conversação Intercultural	72 h/a	
	Libras Iniciante	144 h/a	36 h/a
	Libras Pré-Intermediário	216 h/a	36 h/a
	Libras Intermediário	144 h/a	36 h/a
	Libras Avançado	144 h/a	36 h/a
	Libras Acadêmica	72 h/a	36 h/a
	Escrita de Sinais I	72 h/a	
	Escrita de Sinais II	72 h/a	36 h/a
	Estudos Surdos I	72 h/a	
	Estudos Surdos II	72 h/a	
	Literatura Surda I	72 h/a	
	Literatura Surda II	72 h/a	36 h/a
	Total do eixo	1.440 h/a	
	EIXO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA		
	Didática da Educação de Surdos	108 h/a	36 h/a
	Tecnologia da Informação e EaD	72 h/a	
	Ensino de Libras como L1 I	72 h/a	
	Ensino de Libras como L1 II	72 h/a	36 h/a
	Ensino de Libras como L2 I	90 h/a	36 h/a

	Ensino de Libras como L2 II	90 h/a	36 h/a
	Estágio em Ensino de Libras como L1	240 h/a	36 h/a
	Estágio em Ensino de Libras como L2	240 h/a	
	Total do eixo	984 h/a	
	TOTAL DOS EIXOS	3.144 h/a	
	EIXO DE FORMAÇÃO OPTATIVA		
	Leitura e Escrita do Português como 2ª Língua	72 h/a	
	Sinais Internacionais	72 h/a	
	História dos Estudos da Tradução e Interpretação	72 h/a	
	Produção de Materiais Didáticos em Libras	72 h/a	
	Total do eixo	288 h/a	
	Atividades acadêmico-científico-culturais	252 h/a	
	Total das PCC		504 h/a
	TOTAL GERAL	3.684 h/a	

* Prática como Componente Curricular.

Bacharelado:

COD.	DISCIPLINA	TEÓRICA Carga horária	PCC* Carga horária
	EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA		
	Introdução aos Estudos Linguísticos	72 h/a	36 h/a
	Estudos Linguísticos I	72 h/a	
	Estudos Linguísticos II	72 h/a	
	Estudos Linguísticos III	72 h/a	
	Estudos Linguísticos IV	72 h/a	
	Corporalidade e Escrita	72 h/a	
	Fundamentos da Tradução e da Interpretação	72 h/a	
	Metodologia Científica	72 h/a	
	Total do eixo	576 h/a	
	EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA		
	Fundamentos da Educação de Surdos	72 h/a	
	Tecnologia da Informação e EaD	72 h/a	
	Estudos da Tradução I	72 h/a	
	Estudos da Tradução II	72 h/a	
	Estudos da Interpretação I	72 h/a	
	Estudos da Interpretação II	72 h/a	
	Português I	72 h/a	
	Português II	72 h/a	

	Português III	72 h/a	
	Conversação Intercultural	72 h/a	
	Libras Iniciante	144 h/a	36 h/a
	Libras Pré-Intermediário	216 h/a	36 h/a
	Libras Intermediário	144 h/a	36 h/a
	Libras Avançado	144 h/a	36 h/a
	Libras Acadêmica	72 h/a	36 h/a
	Escrita de Sinais I	72 h/a	
	Escrita de Sinais II	72 h/a	
	Estudos Surdos I	72 h/a	
	Literatura Surda I	72 h/a	
	Literatura Surda II	72 h/a	36 h/a
	Total do eixo	1.800 h/a	
	EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
	Laboratório em Interpretação I	72 h/a	36 h/a
	Laboratório em Interpretação II	72 h/a	36 h/a
	Laboratório em Interpretação III	144 h/a	
	Prática de Tradução I	72 h/a	
	Prática de Tradução II	144 h/a	
	Estágio em Tradução	72 h/a	
	Estágio em Interpretação	144 h/a	
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	72 h/a	
	Total do eixo	792 h/a	
	TOTAL DOS EIXOS	3.168 h/a	
	EIXO DE FORMAÇÃO OPTATIVA		
	Produção Textual Acadêmica	72 h/a	
	Sinais Internacionais	72 h/a	
	Prática de Tradução: Textos Especializados	72 h/a	
	História dos Estudos da Tradução e Interpretação	72 h/a	
	Total do eixo	288 h/a	
	Atividades acadêmico-científico-culturais	252 h/a	
	Total das PCC		324 h/a
	TOTAL GERAL	3.708 h/a	

APÊNDICE A – PERECER (COMITÊ DE ÉTICA)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.547.907

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_MESTRADO_EM_LETR AS.pdf	15/06/2019 11:50:43	JOSÉ DIVINO MENDES DE SOUZA	Aceito
Outros	Apresentacao_do_Projeto.pdf	15/06/2019 11:48:38	JOSÉ DIVINO MENDES DE SOUZA	Aceito
Outros	Autorizacao_da_Pesquisa.pdf	15/06/2019 11:47:08	JOSÉ DIVINO MENDES DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	15/06/2019 11:39:33	JOSÉ DIVINO MENDES DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Tcle.pdf	15/06/2019 11:38:50	JOSÉ DIVINO MENDES DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 02 de Setembro de 2019

Assinado por:

PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 **E-mail:** cep_uf@uft.edu.br

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS-UFT

CAMPUS DE PORTO NACIONAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL

Termo Consentimento Livre Esclarecido – TCLE

Convido o (a) senhor (a) a participar da pesquisa com o provável título: Uma Análise das Políticas linguísticas e do Trabalho Conclusão de Curso (TCC) no curso de Letras/Libras da Universidade Federal de Tocantins. ¹A necessidade da pesquisa envolvendo os efeitos das políticas educacionais para os acadêmicos surdos é a tentativa de visualizar se existem efetividades destas políticas de Ingresso, participação e permanência dos acadêmicos Surdos no Curso de Letras Libras de Porto Nacional. Uma vez que, este curso finalizou a primeira turma em dezembro de 2018. Por tanto faz necessário à realização desta pesquisa para verificar se as políticas educacionais foram eficientes na formação dos acadêmicos surdos.

O Estudo tem como objetivo principal analisar a relação entre os discentes surdos e as políticas educacionais. Isto é, se estas atendem de forma efetiva a Comunidade Surda, que é uma Comunidade utente da Língua Brasileira de Sinais – Libras, que também é um grupo minoritário em relação à língua portuguesa que a língua majoritária brasileira desde o ano de 2002 os seus direitos aos poucos vem sendo reconhecidos.

Os riscos que o senhor (a) poderá sofrer caso seja identificados nas entrevistas seria gestão pública não concordar com a informação prestada pelo senhor (a) sobre políticas educacionais que poderá contrariar os gestores, as informações estão contidas no questionário e será respondida pelo senhor (a). Mas, como forma de segurança o senhor (a) não será identificado, o instrumento de coleta de dados será a aplicação de questionário impresso contendo sete perguntas abertas e fechada onde o senhor (a) escreverá como forma de reconhecimento pelo pesquisador as letras iniciais de seu nome e será assinado em duas vias pelo pesquisado e pelo senhor (a) e uma via ficará sobre a guarda do senhor (a), a pesquisa, será realizado em horário previamente agendado em que o tempo de duração da entrevista durará mais ou menos de 40 minutos e será realizado das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, em uma sala reservada para que o senhor (a) não seja exposto, o pesquisador será o principal responsável por qualquer dano que o senhor (a) venha sofrer em detrimento desta pesquisa e o mesmo providenciará todos os meios para sanar o dano, seja de cunho moral ou material. Após o término desta pesquisa o senhor (a) terá acesso à mesma através do Repositório Institucional da Universidade Federal do Tocantins (sítio: repositório. uft.edu.br).

O processamento de dados coletados terá o objetivo único de extrair os efeitos positivos e negativos da políticas educacionais para os alunos surdo do Curso de Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional, em que, serão os atores mais importantes desta pesquisa. A pesquisa será custeada pelo pesquisador (financiamento próprio) no valor aproximado de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para custear papeis, copias e compra de alguns livros que não tem nas bibliotecas públicas.

O (a) senhor (a) terá total liberdade entre aceitar ou não a entrevista e caso, queira desistir não será constrangido. As respostas serão anotadas no roteiro a para garantir mais sigilo, não será gravado em áudio (para os ouvintes que se comunicam através da oralidade) e nem em vídeo (para os surdos que se comunicam através da linguagem espacial visual). Esclareço, também, que não haverá benefícios pecuniários com a entrevista.

Reitero mais uma vez que nome do senhor (a) não será divulgado e também lhe advirto que ao responder o questionário poderá sentir algum desconforto como emoções por que talvez alguma das políticas educacionais o senhor (a) não teve acesso ou simplesmente não existiu e se existisse poderia ser crucial para o sucesso do seu curso. Sendo assim os benefícios desta pesquisa poderá dar a oportunidade de visualizar o que está dando certo e também o que não está sendo efetivo em questões de políticas educacionais para os discentes Surdos do Curso de Letras: Libras do Campus de Porto Nacional.

Para dúvidas e reclamações o senhor (a) poderá entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos** que funciona das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min na Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO -14 - (63) 3229-4023 - email: cep_uft@uft.edu.br- Prédio do Almoarifado, Plano Diretor Norte, Palmas - TO, 77001-090 ou com o pesquisador José Divino Mendes de Souza, celular (63) 99270-1995 – email: divinomendes@uft.edu.br - morador na Rua NC 35 Qd 12 Lt 11 Casa 02 n° 1040 Nova Capital – Porto Nacional – TO CEP: 77.500-000.

Porto Nacional – TO, / /

Entrevistado

Assinatura

Pesquisador

Assinatura

¹ Obs.: esse título foi alterado e no relatório final para o CEP, será informado sendo que, o objeto de pesquisa continua o mesmo e questionário só foi aplicado após o pesquisador ter incluído a questão do TCC.

APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE QUESTÕES ABERTAS E FECHADAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL (TO)

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AOS ALUNOS SURDOS DO CURSO DE LETRAS: LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT CAMPUS DE PORTO NACIONAL (TO)

Iniciais do Entrevistado: _____ LOCAL/End:ata: _____
_____/_____/2019

I – IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

1 – Nasceu em qual cidade/estado? _____

2 – Idade? _____

3-Quando o Senhor (a) ingressou no Curso de Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional?

4- Participa de Algum programa de ensino do português como L2?

() sim () não

Se a resposta for “sim” faça um relato do que melhorou ou na sua percepção do português como L2?

Se não houve melhora em tais percepções quais dificuldades o Senhor (a) encontrou no aprendizado do português como L2?

5-Como o Após o seu ingresso no Curso de Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional o Senhor (a) participou de algum Programa como: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Programa Institucional de Monitoria (PIM), Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) ?

() sim () não

Se a resposta for “sim” identifique qual Programa você participou e o que o mesmo lhe proporcionou para a continuidade no Curso de Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional?

Se a resposta for “não” quais dificuldades você encontrou para a não contemplação nestes Programas?

6 – Quais são as suas dificuldades para permanecer até finalizar a sua graduação no Curso de Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional, levando em consideração a realização do TCC?

7 – Quais são as suas motivações para permanecer até finalizar a sua graduação no Curso de Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional?

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DOCENTE E O OS (AS)
DISCENTES DA UFSC**

NOME DO DOCENTE:

Como o senhor ver a UFSC, no qual é referência nacional no ensino em nível superior para alunos surdos, ou seja, a primeira universidade brasileira a criar um Curso de Letras: Libras?

Qual são os desafios na regência da disciplina Estágio em Ensino de Libras como L2, sendo que esta disciplina tem como pré-requisito a entrega do relatório como trabalho final de conclusão de curso?

Em relação aos desafios do Relatório de Estágio em Ensino de Libras como L2, ele atende as questões em relação à pesquisa em que o TCC teria essa peculiaridade?

Como o senhor ver o Relatório de Estágio em Ensino de Libras como L2 como trabalho final de conclusão de curso em relação as especificidades dos alunos surdos?

NOME DO DISCENTE:

O senhor (a) o já estar escrevendo o seu trabalho de conclusão de curso TCC?

O que lhe causa desconforto neste momento de construção do TCC ou Relatório de estágio?

Quais foram os motivos que levaram o Senhor (a) a preferir o relatório de estágio e não o TCC?

Para o senhor (a), qual seria a melhor forma de escrever o relatório estágio tido como trabalho final para conclusão de Curso?

No Curso de Letras Libras, quais são os pontos fortes que te auxilia na construção do relatório de estágio?

**APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS (AS) DOCENTES E
TRADUTOR (A) E INTÉRPRETE DE LÍNGUAS DE SINAIS DA UFT**

NOME DO (DA) DOCENTE DA UFT:

Como o senhor ver as políticas linguísticas na UFT, em relação as especificidades dos alunos surdos na área e no Curso de Letras?

Quais são os desafios os alunos surdos no momento da escrita do TCC?

O Senhor (a) acredita que o PPC do Curso de Letras: Libras da UFT, no que preconiza a elaboração do TCC, esta forma atende as peculiaridades linguísticas dos alunos surdos?

Além do Trabalho de Conclusão (TCC), existe alguma outra modalidade de trabalho de pesquisa como pré-requisito à conclusão de curso que atenda as especificidades das pessoas surdas, ou seja, que possa ser construído e apresentado em Libras?

NOME DO (A) TRADUTOR (A) DE LÍNGUAS DE SINAIS:

Como o senhor ver as políticas linguísticas na UFT, em relação as especificidades dos alunos surdos na área de tradução no Curso de Letras?

Qual são os desafios em auxiliar os alunos surdos no momento da escrita do TCC?

O Senhor (a) acredita que o PPC do Curso de Letras: Libras da UFT, no que preconiza a elaboração do TCC, esta forma atende as peculiaridades linguísticas dos alunos surdos?

Além do Trabalho de Conclusão (TCC), existe alguma outra modalidade de trabalho de pesquisa como pré-requisito à conclusão de curso que atenda as especificidades das pessoas surdas, ou seja, que possa ser construído e apresentado em Libras?

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS (AS) DISCENTE DA UFT

NOME DO DISCENTE:

Idade:

Qual ano o senhor (a) ingresso no curso de Letras: Libras?

O senhor o já estar escrevendo o seu trabalho de conclusão de curso (TCC)?

O que lhe causa desconforto neste momento de construção do TCC?

Para o senhor (a), qual seria a melhor forma de escrever o TCC?

Para você qual seria a melhor formar para escrever o TCC?

Aqui no Curso de Letras Libras, os pontos fortes que te auxilia na construção do TCC?

O senhor (a) irá se graduar no período de quatro anos conforme o PPC do Curso de Letras Libras?

Quais foram os pontos importantes que lhe auxiliou a finalizar o curso no período de quatro anos sem atraso?

Além do Trabalho de Conclusão (TCC), existe alguma outra modalidade de trabalho de pesquisa como pré-requisito à conclusão de curso que atenda as especificidades das pessoas surdas, ou seja, que possa ser construído e apresentado em Libras?